

RELATÓRIO DE GESTÃO 2 0 1 6



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA (ENSP)

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2 0 1 6

QUADRO DIRETIVO EM 2016

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Ministério da Saúde

Paulo Gadelha

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)

Hermano Albuquerque de Castro

Vice-diretor de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG/ENSP)

Alex Alexandre Molinaro

Vice-diretora de Escola de Governo em Saúde (VDEGS/ENSP)

Rosa Maria Pinheiro Souza

Vice-diretora de Pesquisa e Inovação (VDPI/ENSP)

Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza

Vice-diretora de Ensino (VDE/ENSP)

Tatiana Wargas de Faria Baptista

Vice-diretor de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL/ENSP)

Marco Antônio Carneiro Menezes

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2 0 1 6

Rio de Janeiro, 2017

Copyright © 2017 by Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz

Elaboração

Direção e Vice-Direções da ENSP

Colaboração

Deyves Mendes Paraguassu

Patrícia Canto Ribeiro

Revisão

Marcelo Bessa – Coordenação de Comunicação Institucional (CCI/ENSP)

Ana Lucia Normando – CCI/ENSP

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa

Carlos Fernando Reis – CCI/ENSP

Fotos

Virginia Damas – CCI/ENSP

Produção editorial

CCI/ENSP

Sumário

APRESENTAÇÃO	ENSP CONTRA A VIOLÊNCIA EM SEU TERRITÓRIO	ESTRUTURA DA ENSP
7	9	15
FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (FADI)	VICE-DIREÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO (VDDIG)	VICE-DIREÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO (VDPI)
17	21	31
VICE-DIREÇÃO DE ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE (VDEGS)	VICE-DIREÇÃO DE ENSINO (VDE)	VICE-DIREÇÃO DE AMBULATÓRIOS E LABORATÓRIOS (VDAL)
59	85	121
OUVIDORIA	ENSP NA MÍDIA	NOTÍCIAS DE DESTAQUE DO INFORME ENSP
133	137	143



Homenagem ao professor Luiz Fernando Ferreira nos 62 anos da ENSP

Apresentação

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) contribui, desde sua criação, para o alinhamento das necessidades dos cidadãos brasileiros com o sistema de saúde pública, por meio do ensino, da pesquisa, da inovação e da prestação de serviços laboratoriais e ambulatoriais.

É uma honra fazermos parte dessa história e podermos contá-la, anualmente, por meio de nosso relatório de gestão.

Esta publicação resume os últimos quatro anos e completa nosso ciclo de gestão na ENSP. Nela, os leitores encontrarão análise dos indicadores desse período.

Este momento é uma oportunidade de demonstrar aos cidadãos brasileiros os desafios, as conquistas e as realizações no campo da saúde pública vividos por nossa Escola.

Podemos dizer “nossa” porque ela é formada por trabalhadores, estudantes, pacientes e toda a população brasileira que acessa os serviços de saúde que, muitas vezes, têm participação da Escola no desenvolvimento de políticas públicas. Por isso, a ENSP é de todos!

Construímos este rico material com fatos marcantes em 2016, com desafios e realizações de cada uma das vice-diretorias e, ainda, com o apoio de nossa ouvidoria, que nos apresenta, todo tempo, as críticas e sugestões recebidas.

Convidamos todos para leitura.

Hermano Albuquerque de Castro
Diretor da ENSP

Eu fui!



Aniversário de 62 anos da ENSP

**Saúde é nossa conquista
e nosso direito!**

**30 anos da
8ª Conferência
Nacional de Saúde**



Placa comemorativa concedida aos participantes da
8ª Conferência Nacional de Saúde, por ocasião dos 62 anos da ENSP

ENSP contra a violência em seu território

A ENSP está inserida no território de Manguinhos, do qual se orgulha e com o qual compartilha de seu desenvolvimento e suas mazelas. Episódios de violência e morte ocorridos na região têm assustado todos nós.

Ao longo dos últimos quatro anos de gestão, deparamo-nos com o tema violência, não como retórica ou reflexão teórica, mas vivido por toda a população de Manguinhos, trabalhadores e alunos da nossa instituição. Cotidianamente, vivíamos situações de risco, e isso nos obrigava a reduzir as atividades para proteção da vida. Portanto, ao encerrarmos este ciclo de gestão, a ENSP e seus trabalhadores se unem às vozes de todo o território no enfrentamento das violências que agredem nossa população.

Nesse contexto, assinamos um manifesto contra a violência construído por diversas instituições e entidades e decidimos reproduzi-lo neste relatório, ao fim deste ciclo de gestão.

CARTA ABERTA

Documento de repúdio de profissionais, estudantes e moradores de Manguinhos, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Cerro-Corá contra a violência armada nas favelas¹

Nós, moradores da favela, profissionais da educação e da saúde, estudantes, igrejas, trabalhadores(as), organizações, instituições e movimentos de Manguinhos, Jacarezinho, Maré, Rocinha e Cerro-Corá, manifestamos, por meio desta nota, nossa profunda preocupação e indignação com os seguidos confrontos armados e ações violentas no território que resultaram em mortes, lesões por armas de fogo e agressões físicas. As ações efetuadas por agentes de segurança pública e grupos armados no território este ano vêm acontecendo quase todos os dias e em diferentes horários de circulação intensa de moradores e de funcionamento de equipamentos públicos. São ações que têm vitimado, de forma grave, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras que moram na favela, como também profissionais que não moram e os próprios agentes de segurança pública – os servidores públicos que mais matam e mais morrem no mundo.

O uso repetido de armas de fogo e os constantes disparos efetuados por agentes de segurança pública em localidades próximas a áreas residenciais, praças, escolas, Fiocruz, bibliotecas parque, unidades de saúde e áreas de lazer em nossos territórios têm representado um risco elevado à integridade física de cidadãos e cidadãs, profissionais e moradores. Significam o impedimento ao direito à educação pública, à cultura pública e à saúde pública de qualidade, como também têm colocado em risco direto o direito à vida e o próprio funcionamento dos equipamentos públicos para a população. Os tiroteios e ações com uso de arma de fogo acontecem nos períodos da manhã, da tarde e da noite, expondo todas as pessoas que circulam, moram e trabalham nas favelas. Muitas atividades culturais das favelas também acabam sendo proibidas. Desde a crise criada no governo do Estado do Rio de Janeiro, essa situação vem se tornando ainda mais grave e intensa em nossas favelas e em outras diversas favelas do estado. Ações como as que resultaram nas mortes da estudante de 13 anos Maria Eduarda Alves da Conceição, baleada quando estava em sua escola, em Acari, e do senhor Evangelista Cordeiro da Silva, morador de 71 anos que trabalhava na comunidade do Mandela 2 quando foi baleado, cresceram assustadoramente na maioria das favelas e periferias do estado. Pessoas em suas casas, em escolas, unidades de saúde, espaços culturais e demais locais de trabalho do território têm vivido diariamente repetidos momentos de terror e precisam se refugiar onde for possível para não serem baleadas.

¹ Publicado no site Fala, Manguinhos!, em 17/4/2017. Disponível em: <<http://www.falamanguinhos.com.br/index.php/2017/04/17/cartaaberta/>>.

Em tempos de banalização da violência, os valores educacionais ficam cada vez menos importantes na rotina das escolas, até porque o importante passa a ser a sobrevivência. No Rio de Janeiro, estamos vivendo um tempo em que a violência armada não tem dia, não tem hora nem lugar para começar, mas tem um objetivo: ceifar vidas. Se não é do modo convencional, matando alguém com um tiro disparado por uma arma de fogo, é do modo “alternativo”, tirando o direito de ir e vir dos cidadãos, tirando o direito de voz daqueles que querem pedir paz e, o mais grave de tudo, tirando o direito à educação da geração que representa o futuro. Só no período entre fevereiro e abril de 2017, foram mais de cinco dias sem termos a dignidade de ter “aula normal” nas escolas do Complexo de Manguinhos. E aí nós perguntamos: como será até dezembro? Estamos em abril ainda. Essas crianças e jovens terão chance digna no mundo sem ter tido acesso ao conhecimento, sem ter tido acesso à convivência, sem ter seus direitos minimamente assegurados? São muitas perguntas e nenhuma resposta. Mas é comum ouvirmos que sempre foi assim. É comum ouvirmos que o morador da favela já está acostumado. Só que não é verdade. Ninguém se acostuma à violência. O ser humano se “acostumou” com a sobrevivência. Esse é o instinto que faz com que cada ser humano suporte a violência desenfreada que assola o Rio de Janeiro, fruto do “ajuste” da política pública que teve que ser adotado mediante a escassez de recursos do estado. O problema é que esse “ajuste” tem um peso sobre a vida do carioca que não está sendo suportado no dia a dia. Esse “ajuste” está matando a população carioca por imposição de uma violência moral e social que culmina com a violência armada. Nunca houve uma complexidade tão grande entre as formas de violência exercidas no Estado do Rio de Janeiro, embora a mais visível e perceptível seja a violência armada. E tudo começa com a falta de educação e termina com a interrupção do direito à educação. Quanto menos os jovens permanecem na escola, mais violentos eles se tornam e mais poder eles terão para impedir que outros jovens tenham esse acesso. É um ciclo alimentado pelas diferentes formas de violência que vivemos todos os dias, mas que pode ter o seu sentido invertido quando a alimentação deixar de ser a violência e passar a ser a educação.

Os estudantes, crianças, jovens e adultos das escolas públicas do Brasil, assim como os cidadãos usuários do SUS, em sua maioria expressiva possuem baixa renda, são negros, negras e residem nas periferias do país. Lutar pela garantia do direito à educação, à cultura e à saúde pública de qualidade para nós significa enfrentar e questionar o marcante racismo, a desigualdade social e a violência contra os trabalhadores mais pobres com baixa escolaridade formal e suas famílias. Um jovem negro no Brasil tem duas vezes e meia chances a mais de ser assassinado que um branco. Não ter o ensino fundamental completo aumenta em quase 3,5 vezes a chance de ser assassinado (SIM/SVS/MS). Além disso, também cabe registrar que temos a violência estrutural de vivermos ainda no sétimo país economicamente mais desigual do mundo. De forma ampliada, constatamos que a violência no Brasil atualmente “vitima mais pessoas que o câncer, a Aids, as doenças respiratórias, metabólicas e infecciosas” e se constitui na (...) primeira causa de óbito da população de 5 a 49 anos de idade” (NJAINE, 2013, p. 15). A violência por armas de fogo contribui muito para as mortes, além de adoecer familiares,

amigos e pessoas próximas que têm sua vida marcada de várias formas por esse grave evento. A lógica da “guerra às drogas” nas periferias das cidades do país tem se mostrado ineficaz em reduzir significativamente a violência e, pior, tem sido também geradora de uma quantidade inaceitável de homicídios, lesões e adoecimento nesses territórios. Na prática, essa lógica acaba se tornando uma “guerra aos pobres”.

Reivindicamos a realização de reunião direta do governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e com o secretário de Segurança Pública, Roberto Sá, com representantes da Comissão contra a Violência na Favela, Movimento Popular de Favelas e do Conselho Comunitário de Manguinhos sobre a situação gravíssima de violência em nosso território. Também reivindicamos a realização de audiência pública para enfrentar a situação gravíssima que afeta as favelas do estado. Para garantir segurança pública às condições de vida e trabalho das pessoas, precisamos de maior apoio e investimento em educação pública, em saneamento e moradia dignos, em equipamentos públicos de saúde, em transporte público, em ações de segurança pública que valorizem a vida e os direitos humanos, em políticas sociais para a juventude e em áreas públicas de lazer. Os(as) trabalhadores(as) e moradores(as) de favelas querem a valorização da vida nesse território, mas só haverá paz com garantia de direitos e só existirá segurança com respeito aos direitos humanos para todos.

Subscrevem o referido documento até o momento:

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP);
 Associação de Moradores da comunidade do Samora Machel - Mandela 2;
 Associação de Moradores da comunidade Nelson Mandela - Mandela 1;
 Associação de Moradores da comunidade Parque Oswaldo Cruz - Amorim;
 Ballet Manguinhos;
 Biblioteca Parque de Manguinhos;
 Sarau Manguinhos;
 Ceasm;
 Fórum de Educação e Cultura da Maré;
 Fórum de Saúde do Rio de Janeiro;
 Comissão contra a Violência na Favela;
 Conselho Comunitário de Manguinhos;
 Levante Popular da Juventude;
 Movimento Popular de Favelas;
 Pastoral da Criança de Manguinhos;
 Pastoral da Criança da Vila Cruzeiro;
 Igreja Santa Bernadete;

Pastoral da Criança da Maré;
Organização Mulheres de Atitude;
Projeto Marias: como posso ajudar meu filho especial;
Capela São Daniel Profeta;
Coletivo de Estudantes da EJA Manguinhos (EPSJV/CCAP);
Coletivo Recriando Manguinhos;
Conselho Comunitário em Defesa dos Idosos e do Abrigo Cristo Redentor;
Criança Pequena em Foco;
Conselho Comunitário da Rocinha;
Asfoc/SN - Sindicato da Fiocruz;
Rede CCAP;
Experimentalismo Brabo;
Jornal *Fala Manguinhos*;
Cooperação Social da presidência da Fiocruz;
EPSJV/Fiocruz;
Núcleo de Ações Territorializadas do Museu da Vida/Fiocruz;
Icict/Fiocruz.



Aula inaugural

Estrutura da ENSP

Os órgãos diretivos da ENSP são compostos de Direção e de cinco vice-direções: Ensino (VDE), Escola de Governo em Saúde (VDEGS), Pesquisa e Inovação (VDPI), Ambulatórios e Laboratórios (VDAL) e Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG). As ações realizadas por esses órgãos em 2016, bem como informações pertinentes ao período desta gestão (2013-2016), estão discriminadas nas páginas seguintes deste relatório.

Além disso, a estrutura da Escola conta com nove departamentos e três centros, que buscam integrar ensino, pesquisa, inovação e serviços ambulatoriais e laboratoriais.

Departamentos e centros da ENSP

- Departamento de Administração e Planejamento em Saúde (Daps) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/daps>
- Departamento de Ciências Biológicas (DCB) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/dcb>
- Departamento de Ciências Sociais (DCS) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/dcs>
- Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHSDC) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/dihs/>
- Departamento de Endemias Samuel Pessoa (Densp) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/densp>
- Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos (Demqs) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/demqs>
- Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/claves>
- Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (NAF) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/naf>
- Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental (DSSA) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/dssa>
- Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/heliofraga>
- Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/cesteh>
- Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF) – <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/departamento/csegsf>



Reunião do Conselho Deliberativo extraordinário da Escola para discussão do orçamento

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Fadi)

Seu objetivo é dinamizar e agilizar ações do Conselho Deliberativo (CD) da ENSP por meio da implantação de macroprojetos e projetos específicos. Tais ações buscam integrar áreas internas na Escola e garantir o desenvolvimento institucional de maneira estruturada.

O CD/ENSP estimou, em 2016, R\$ 800.000,00 para aplicação em 6 macroprojetos e em 15 projetos específicos. Após adotar medidas de contenção de gastos, realizaram-se R\$ 775.621,43, ou seja, 3% abaixo do estimado, conforme apresenta a tabela seguinte.

Tabela 1 – Aplicação de recursos do Fadi

Aplicação dos recursos	Previsto (em R\$)	Realizado (em R\$)	Análise horizontal realizado/previsto (em%)
Macroprojetos	361.000,00	402.041,60	111
Gabinete/ENSP*	100.000,00	125.441,64	125
Apoio a congressos	70.000,00	33.064,36	47
Memória	60.000,00	61.796,56	103
Projeto Zika	57.000,00	60.690,48	106
Feira Agroecológica Josué de Castro	50.000,00	23.870,56	48
Apoio à estrutura	24.000,00	97.178,00	405

Tabela 1 – Aplicação de recursos do Fadi (cont.)

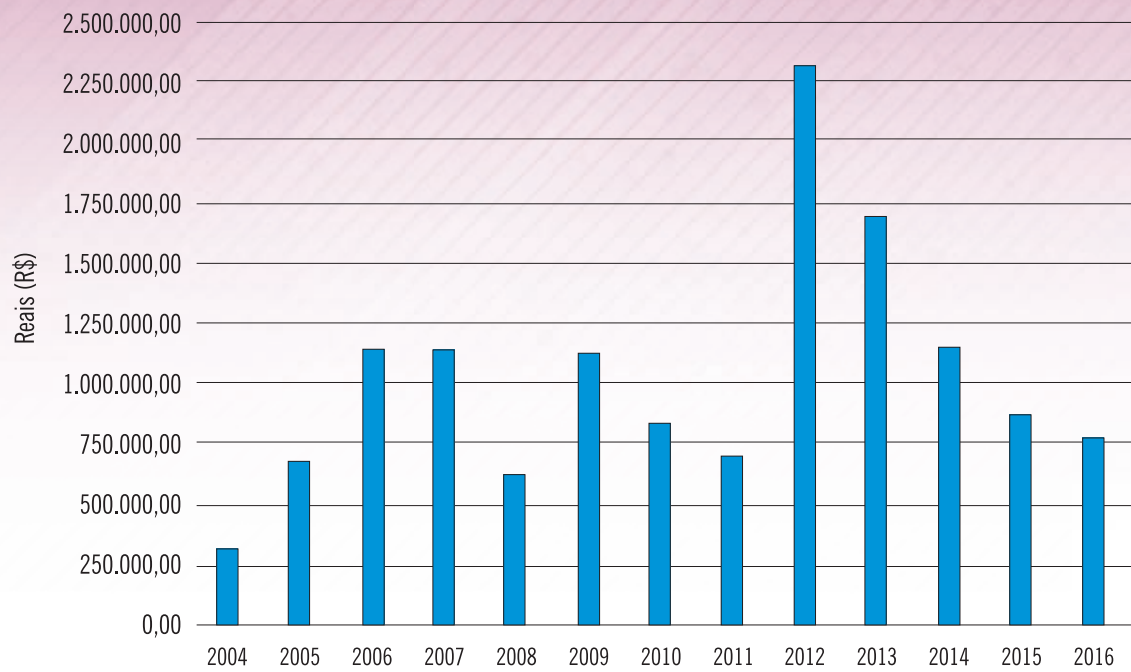
Aplicação dos recursos	Previsto (em R\$)	Realizado (em R\$)	Análise horizontal realizado/previsto (em%)
Projetos específicos	439.000,00	373.579,83	85
Ensino e pesquisa	70.000,00	46.358,25	66
GT Saúde Ambiente	70.000,00	32.814,39	47
VDDIG	38.000,00	46.915,79	123
CCI	30.000,00	30.895,87	103
Simbravisa	24.000,00	17.961,74	75
Cepi-DSS	207.000,00	42.944,00	96
Radis		36.587,21	
Cebes		30.000,00	
Cesteh		25.573,45	
VDEGS		22.158,68	
DIHSDC		20.779,45	
CSEGSF		13.560,60	
CRPHF		5.285,00	
VDAL		1.150,40	
DSSA		595,00	
Total (macroprojetos e projetos específicos)	800.000,00	775.621,43	97

Fonte: Gabinete/ENSP.

* Os gastos incluem, principalmente, telefones institucionais, materiais de consumo e permanente.

Os valores aplicados pelo Fadi vêm sendo reduzidos significativamente, demandando do CD mais controle e priorização dos gastos. No período de 2012 a 2016, os gastos foram reduzidos em 66%, como comprova o gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Aplicação de recursos do Fadi



Fonte: Gabinete/ENSP



Alex Molinaro, vice-diretor de Desenvolvimento Institucional e Gestão, em reunião do Conselho Deliberativo

Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG)

Sua atuação refere-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos incrementais e inovadores de governança e gestão e à busca contínua da melhoria do desempenho gerencial com sustentabilidade organizacional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da ENSP.

Programação e execução orçamentária

Em resposta à demanda social por mais transparência pública e pelo incremento da eficiência e eficácia institucional, a ENSP investiu, em consonância com a Fiocruz, na consolidação e aprimoramento do seu sistema de planejamento, monitoramento e avaliação, com a construção de novos indicadores para melhor expressar seu desempenho.

Os atuais indicadores do processo de avaliação de desempenho institucional da ENSP foram regulamentados pela Portaria 342/2016 da Presidência da Fiocruz, que descreveu o conjunto de indicadores globais e intermediários da Fundação, referente ao ano de 2016, com a atualização das metas.

Entre os dez indicadores intermediários da ENSP, o indicador relacionado ao desempenho da VDDIG é o índice de execução orçamentária do recurso do Tesouro (custeio e capital). Esse indicador mede a capacidade da Escola em executar os recursos orçamentários liberados pela Fiocruz. A meta de 2016 foi a execução mínima de 90%. Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e fornecidos pelo Serviço de Orçamento e Finanças (Seof/VDDIG). A descrição do indicador está disponível no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicador de execução orçamentária do recurso do Tesouro (custeio e capital)

Significado	Fórmula	Unidade de medida	Fonte de dados	Meta 2016
Mede a capacidade de executar os recursos orçamentários liberados	$\frac{\text{Total de recursos executados}}{\text{Total de recursos liberados}} \times 100$	%	Seof/Siafi	≥ 90%

Fonte: Seof/Siafi Gerencial.

Em 2016, a ENSP executou 100% dos recursos liberados de custeio e capital, superando, assim, a meta pactuada ($\geq 90\%$). Ao longo dos últimos quatro anos, a Escola apresentou boa capacidade de execução orçamentária (Tabela 2).

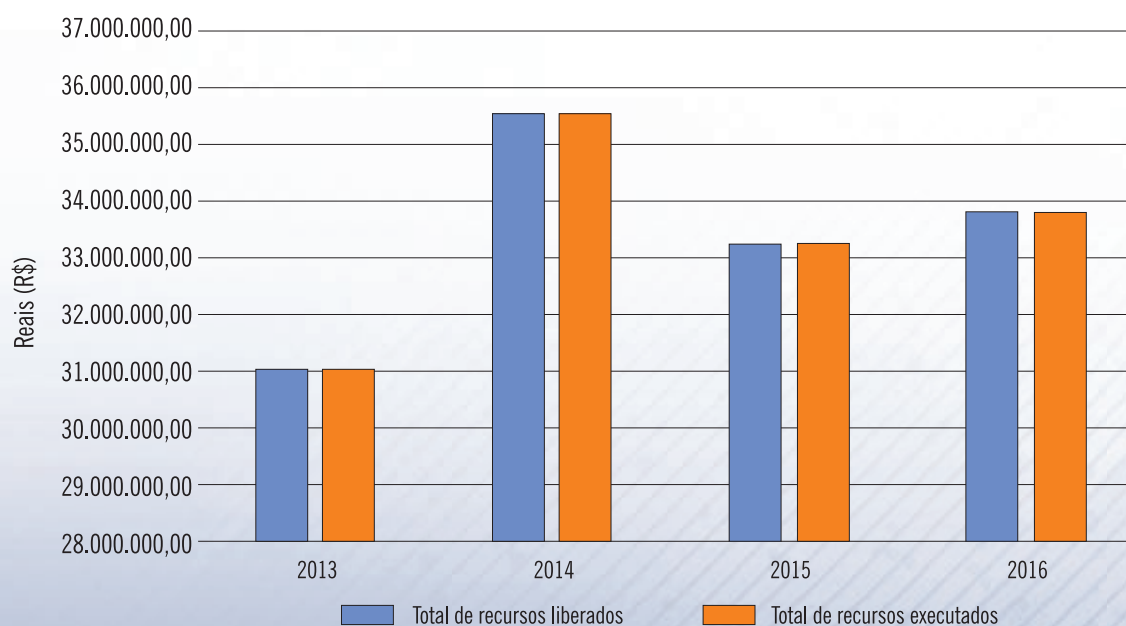
A série histórica dos recursos do Tesouro liberados para a ENSP mostra aumento de 1,7% do valor entre 2015 e 2016, superando o decréscimo de 6% ocorrido entre 2014 e 2015, mas ainda permanecendo inferior ao valor repassado à Escola entre 2013 e 2014, que teve um aumento de 14% (Tabela 2 e Gráfico 2).

Tabela 2 – Recursos do Tesouro de custeio e capital liberados e executados (2013-2016)

	Recurso	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Total (R\$)
2013	Liberado	29.255.077,79	1.846.333,09	31.101.410,88
	Executado	29.255.077,79	1.846.333,09	31.101.410,88
2014	Liberado	33.812.651,32	1.716.796,23	35.529.447,55
	Executado	33.812.651,32	1.716.796,23	35.529.447,55
2015	Liberado	32.644.986,09	656.646,86	33.301.632,95
	Executado	32.644.986,09	656.646,86	33.301.632,95
2016	Liberado	33.424.852,89	450.305,90	33.875.158,79
	Executado	33.424.852,89	450.305,90	33.875.158,79

Fonte: Seof/Siafi Gerencial.

Gráfico 2 – Recursos do Tesouro de custeio e capital liberados e executados (2013-2016)



Fonte: Seof/Siafi Gerencial.

Os recursos de capital tiveram, entre 2015 e 2016, decréscimo de 31,42%. Restrição orçamentária tem ocorrido ao longo dos últimos anos na Escola e impede a aquisição de novos equipamentos. Em médio e longo prazo, essa redução pode interferir na qualidade e continuidade de projetos e processos vigentes, bem como na realização de novos projetos, limitando a modernização do parque tecnológico da ENSP (Tabela 2).

Os recursos do Tesouro da ENSP são prioritariamente utilizados para as despesas de custeio, tais como telefonia, reprografia, correios, material de consumo (expediente, laboratorial, ambulatorial, informática etc.), manutenção de equipamentos, terceirização, gráfica, entre outros. Mesmo com restrição orçamentária, a Escola destinou, no último ano, R\$ 116.286,88 para projetos de fomento interno, como o Inova-ENSP, além de apoiar outras iniciativas relacionadas às atividades finalísticas, com a destinação de R\$ 225.912,54 para projetos departamentais. Os gastos orçamentários do Tesouro referentes ao custeio em 2016 estão discriminados na Tabela 3.

Tabela 3 – Gastos orçamentários do Tesouro (custeio), por item, empenhados em 2016

Despesas	Valor (R\$)	%
Diárias	89.146,85	0,26
Passagens e despesas com locomoção	222.446,57	0,66
Bolsas – mestrado e doutorado	621.800,00	1,84
Bolsas – residência médica	184.379,56	0,54
CIEE – bolsistas	322.662,24	0,95
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	2.853.250,28	8,42
Serviços técnicos profissionais	395.909,33	1,17
Serviços de TI	3.275.842,00	9,67
Serviços de manutenção predial – terceirização não substituível por servidor	2.328.184,27	6,87
Terceirização – apoio administrativo e assistência à saúde – substituível por servidor	14.379.285,23	42,45
Terceirização – apoio administrativo – não substituível por servidor	3.104.639,02	9,16
Material de consumo	3.194.071,20	9,43
Inova-ENSP	116.286,88	0,34
Projetos departamentais	225.912,54	0,67
Despesas de exercícios anteriores	923.226,55	2,73
Outras despesas	1.638.116,27	4,84
Total	33.875.158,79	100,00

Fonte: Seof/Siafi Gerencial.

Os contratos de terceirização corresponderam a 68,16% do total das despesas empenhadas na ENSP distribuídos em quatro contratos firmados para a prestação dos serviços de apoio administrativo e assistência à saúde; serviços de manutenção predial; e serviços de informática (TI). A terceirização dos serviços de TI foi substituída por contratos de prestação de serviços a partir do segundo semestre de 2015 em atendimento à determinação da Instrução Normativa 4/2010. A mão de obra desses contratos atua em regime de dedicação exclusiva, ou seja, os trabalhadores das empresas contratadas desempenham suas atividades laborais somente para a ENSP.

Despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica representaram, respectivamente, 9,43% e 8,42%.

Embora o cenário econômico do país tenha imposto à Escola a restrição do orçamento nos últimos dois anos, a ENSP conseguiu otimizar as despesas de forma a garantir a manutenção de suas principais atividades.

Outros contratos contínuos

Os outros contratos contínuos da ENSP possuem valores orçamentários substanciais e, por seu impacto nas diversas atividades da Escola, têm grande importância.

A Tabela 4 apresenta, na coluna “Valor contratual vigente”, os valores estimados no escopo do contrato. O período de vigência desses contratos contínuos é, em geral, de 12 meses prorrogáveis por até 60 meses. A exceção é o contrato com os Correios, que tem prazo de 60 meses por se tratar de inexigibilidade de licitação, conforme orientação da Procuradoria Federal. Durante o período de vigência dos contratos, a unidade pode executar até o limite do teto do valor contratual e, se houver necessidade devidamente justificada, pode aditivá-lo em até 25%, em caso excepcional de aumento da demanda. Os contratos dessa coluna que não apresentam valores são de uso compartilhado, gerenciados pela presidência da Fiocruz por meio da Diretoria de Administração (Dirad) ou da Diretoria de Administração do Campus (Dirac), e a ENSP, ao utilizar tais serviços, paga o que consome.

Na coluna “Valor de execução 2016”, aparecem valores que de fato foram executados no mencionado ano (Tabela 4).

Tabela 4 – Outros contratos contínuos da ENSP (2016)

Empresa	Objeto	Valor contratual vigente (R\$)	Valor de execução (R\$)
Agilent	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos cromatógrafos (Cesteh e DSSA)	124.959,94	119.800,30
Avanti	Prestação de serviços de gestão em telecomunicações, tarifação de ligações e controle de tráfego telefônico	40.680,00	25.768,65
Brasfilter	Serviço de locação, manutenção e assistência técnica de 64 purificadores de água potável	52.608,00	52.608,00
C Peterson	Serviço de revisão de textos de <i>Cadernos de Saúde Pública</i>	93.750,00	79.607,46
CPM Braxis	Fábrica de <i>software</i> para serviços técnicos na área de tecnologia da informação	1.595.674,08	1.200.771,86
CTIS	Prestação de serviços de suporte às equipes de infraestrutura tecnológica	2.419.154,33	3.207.168,00
Correios	Prestação de serviços e vendas de produtos postais (valor para 60 meses)	1.998.000,00	1.499.267,94
EBC Radiobrás	Prestação de serviços de publicação em jornais	0,00	6.904,92
Eletrônica Guterres	Manutenção e assistência técnica em portas de vidro temperado	29.698,99	31.235,04
Encomendas e Transportes Cargas Pontual	Prestação de serviços de transportes de encomendas	151.935,78	151.935,78
Simpress	Prestação de serviços de Reprografia – <i>outsourcing</i>	343.355,34	112.272,19
Imprensa Nacional	Prestação de serviços de publicação oficial – DOU	0,00	35.927,81

Tabela 4 – Outros contratos contínuos da ENSP (2016) (cont.)

Empresa	Objeto	Valor contratual vigente (R\$)	Valor de execução (R\$)
Metrohm	Serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos: cromatógrafo de íons e amostrador automático com peças	30.684,96	28.127,88
Oi	Prestação de serviços de telefonia fixa, DDD e DDI	0,00	266,16
Oi Telemar (link)	Prestação de serviços de enlace de comunicação de dados para interligação do CRPHF	56.501,38	40.654,92
Perkinelmer	Manutenção e qualificação de equipamento de laboratório, com inclusão de partes e peças	51.746,80	39.768,35
Quattri	Serviço de revisão de textos de <i>Cadernos de Saúde Pública</i>	133.500,00	106.614,52
Seminter	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de autoclave da marca Baumer	14.700,00	15.950,00
Ligas Sistemas	Serviço contínuo de informatização laboratorial para o Laboratório de Diagnóstico, Ensino e Pesquisa (Ladep/CSEGSF/ENSP)	177.147,65	168.198,00
Perrone	Serviço de manuseio mensal da revista <i>Radis</i>	200.388,00	182.637,94
Rotaplan gráfica	Serviços de gráficos pelos sistemas <i>offset</i> tradicional (<i>direct-to-plate</i> /DTP) e digital (<i>computer-to-plate</i> /CTP), com impressão monocromática e policromática (CMYK e cores especiais)	1.188.000,00	857.805,00
Total		8.702.485,25	7.963.290,72

Fonte: Gescon/ENSP.

Recursos humanos

As informações sobre a força de trabalho da Escola são apresentadas a seguir. Entende-se como força de trabalho o conjunto de profissionais que exercem suas atividades na instituição: servidores federais e trabalhadores terceirizados. Beneficiários de projetos sociais, estagiários relacionados às áreas de formação e bolsistas de projetos não estão incluídos na análise.

Dados gerais da força de trabalho

A força de trabalho divide-se em duas modalidades: servidores federais e trabalhadores terceirizados. Os servidores são regidos pela Lei 8.112/1990, em sua maioria, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na modalidade dos trabalhadores terceirizados, relacionam-se os contratados em regime CLT por meio de empresas licitadas.

Distribuição da força de trabalho

Em 2016, 79,4% (730) da força de trabalho da ENSP é composta de servidores federais, e 20,6% (190) são trabalhadores terceirizados.

Cumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ENSP, no período de 2014 a 2016, reduziu o número de trabalhadores terceirizados: houve diminuição de 19 trabalhadores entre 2014 e 2015 e de 28 entre 2015 e 2016. A força de trabalho de servidores teve um incremento de 42 profissionais de 2014 (698) para 2015 (740), e diminuição de 10 servidores entre 2015 e 2016 (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução da força de trabalho na ENSP (2013-2016)

Vínculo/ano	2013	2014	2015	2016
Servidores*	706	698	740	730
Terceirizados**	233	237	218	190
Total	939	935	958	920

* Fonte: Siape (ref.: dezembro de cada ano).

** Fonte: SGT/ENSP (ref.: dezembro de cada ano).

Concursos da Fiocruz

Ingressaram na ENSP, por meio de concursos públicos, entre 2013 e 2016, 40 servidores. Os cargos que receberam concursados foram: pesquisador (72%), tecnologista (18%) e técnico (10%) (Tabela 6).

Tabela 6 – Ingresso por concurso público, por cargo (2014-2016)

Cargo/ano do concurso	2014	2015*	2016	Total	%
Pesquisador	13	15	1	29	72
Tecnologista	7	0	0	7	18
Analista	0	0	0	0	0
Técnico	0	4	0	4	10
Assistente	0	0	0	0	0
Total	20	19	1	40	100

Fonte: SGT/ENSP.

* Refere-se aos que ingressaram, por meio do concurso de 2014, até dez./2015.

Saída de servidores

De 2013 a 2016, saíram da ENSP 70 servidores. Os cargos que contabilizaram mais saídas nesse período foram pesquisador (30%) e tecnologista (27,2%). Os cargos de assistente, técnico e analista representaram, respectivamente, 20%, 15,7% e 7,1% do total de perdas de servidores no período (Tabela 7).

Tabela 7 – Saída de servidores, por cargo (2013-2016)

Cargo/tipo	2013	2014	2015	2016	Total	%
Pesquisador	3	5	4	9	21	30,0
Tecnologista	2	5	8	4	19	27,2
Analista	1	1	1	2	5	7,1
Técnico	7	1	0	3	11	15,7
Assistente	1	8	2	3	14	20,0
Total	14	20	15	21	70	100,0

Fonte: SGT/ENSP.

As saídas dos servidores ocorreram pelos seguintes motivos: aposentadoria (68%), falecimento (13,9%), aposentadoria por invalidez (11,1%), exoneração (5,6%) e vacância (1,4%). No período 2013-2016, não se consideraram cessão e remoção no quadro de saídas (Tabela 8).

Tabela 8 – Saída de servidores, por tipo e cargo (2013-2016)

Tipo/cargo	Pesquisador	Tecnologista	Analista	Técnico	Assistente	Total	%
Aposentadoria	15	18	2	6	8	49	68
Aposentadoria por invalidez	0	1	0	4	3	8	11,1
Exoneração	0	3	1	0	0	4	5,6
Vacância	0	0	0	1	0	1	1,4
Falecimento	6	0	0	1	3	10	13,9
Total	21	22	3	12	14	72	100

Fonte: SGT/ENSP.

Servidores com abono de permanência, por cargo

Do total de servidores da ENSP, 38,4% recebiam abono de permanência em dezembro de 2016, com possibilidade de requerer aposentadoria a qualquer momento. Os cargos que apresentavam os maiores percentuais de servidores com abono eram: professor (60%), assistente (51,2%), tecnologista (43,7%) e pesquisador (40,4%) (Tabela 9).

Tabela 9 – Servidores com abono permanência, por cargo (2015)

Cargo	Ativos	Abono	% Abono
Pesquisador	198	80	40,4
Tecnologista	215	94	43,7
Professor	5	3	60,0
Analista	116	23	19,8
Técnico	113	38	33,6
Assistente	82	42	51,2
Auxiliar	1	0	0,0
Total	730	280	38,4

Fonte: SGT/ENSP.

Terceirizados por subunidade

A distribuição dos terceirizados está descrita na Tabela 10. Observa-se que a VDDIG apresenta 35,79% dos terceirizados por concentrar as atividades de apoio e gestão de toda a Escola.

Tabela 10 – Terceirizados por subunidade (2016)

Subunidade	Terceirizados	%
Biblioteca	1	0,53
Cadernos (CSP)	6	3,16
CCI	12	6,32
Cesteh	25	13,15
CRPHF	9	4,74
CSEGSF	7	3,68
Daps	6	3,16
DCB	3	1,58
DCS	3	1,58
DIHSDC	0	0,00
Demqs	2	1,05
Densp	2	1,05
Claves	2	1,05
NAF	1	0,53
DSSA	10	5,26
Direção	4	2,11
Radis	1	0,53
VDEGS	8	4,21
VDDIG	36	18,95
VDPI	4	2,11
VDE	46	24,20
VDAL	2	1,05
Total	190	100,00

Fonte: Gescon/ENSP.



Alex Molinaro, vice-diretor de Desenvolvimento Institucional e Gestão, em reunião do Conselho Deliberativo ampliado



Sheila Mendonça (à esq.), vice-diretora de Pesquisa e Inovação,
em homenagem ao professor Aduino Araújo

Vice-Direção de Pesquisa e Inovação (VDPI)

A pesquisa na ENSP

A pesar das restrições severas impostas pelo desfinanciamento da instituição, a pesquisa na ENSP em 2016 manteve patamares adequados de produção e teve reforço pela inclusão de novos quadros. As perdas em razão de afastamento, aposentadoria e morte foram relativamente poucas, o que manteve o conjunto de profissionais grande e complexo da Escola. A integração ao ensino e aos serviços foi reforçada. Na VDPI, a estrutura formalizada a partir do novo Regimento da Escola colocou em marcha a rotina de seleção e acompanhamento de projetos, procedimentos de apoio à pesquisa, gestão de documentos e esforços pela qualidade, com avanço em alguns aspectos na pesquisa. A integração com a Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL) aumentou, com participação mútua em colegiados e encaminhamentos conjuntos de gestão.

A área de apoio da VDPI manteve-se atuante em diferentes frentes, buscando atender às diferentes demandas e às diversas necessidades de pesquisadores e gestores. Atuou também com a Presidência da Fiocruz e outras unidades, principalmente em atenção à emergência sanitária, representada pela questão da epidemia de zika e suas consequências. A participação em comitês institucionais e nas discussões para construção de projetos coletivos, dentro e fora da ENSP, foram contínuas ao longo do ano. O suporte e o acompanhamento de projetos, como os programas Pibic e Pibit (de bolsas de iniciação científica e tecnológica), entre outras atividades de rotina, mantiveram-se inalterados, ainda que seu desenvolvimento tenha fluído com mais dificuldades.

Os três setores técnicos vinculados à VDPI (Coordenação de Desenvolvimento e Monitoramento de Pesquisas, Núcleo de Inovação Tecnológica/NIT e Comitê de Ética em Pesquisa/CEP) mantiveram-se ativos, apesar de a vice-direção contar com menos uma funcionária, afastada para qualificação. Foi possível manter a agenda da VDPI graças à prorrogação pela Gestec de um bolsista remunerado pelo CNPq, com atuação de apoio ao NIT. As reuniões do colegiado de pesquisas² e suas informações pertinentes encontram-se

² Ao longo do ano, realizaram-se 11 reuniões, que foram gravadas e suas atas disponibilizadas na intranet. O Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento, sob responsabilidade da VDPI, manteve agenda regular e realizou 8 reuniões no ano.

sumarizadas neste relatório. O Centro de Estudos Miguel Murat de Vasconcellos (Ceensp) realizou 20 sessões científicas no ano. A VDPI produziu relatório sobre o funcionamento do Ceensp ao longo dos últimos anos e disponibilizou em sua página da ENSP.

Além da execução de mais um ciclo de projetos de pesquisa financiados pelo Teias e gerenciados na vice-direção, publicou-se edital, a partir de recursos aprovados pelo Conselho Departamental da Escola, com apoio do Colegiado de Pesquisas. O edital visou à seleção de projetos de pesquisa a serem financiados com recurso do Tesouro alocado no orçamento da ENSP. Em função das incertezas orçamentárias e da disponibilização de recurso para o fomento, os prazos foram adiados sucessivamente, com a aquiescência do Colegiado de Pesquisas e da Direção da ENSP, que julgaram pela manutenção do edital, apesar do risco crescente de não haver recursos para os projetos. Obtiveram-se avanços consideráveis com o redesenho da concepção do *site* da VDPI no portal da ENSP: além de incorporar os dados já atualizados em 2016, deverá proporcionar aos usuários cada vez mais e melhores acessos à informação sobre a pesquisa na instituição. Como forma de melhorar sua eficiência, de acordo com o que foi realizado no veículo da Vice-Direção de Ensino (VDE), a VDPI optou por alimentar diretamente o *site* com as informações produzidas pela sua secretaria e áreas técnicas.

O presente relatório de 2016 buscou abranger as diferentes dimensões das atividades e produção, além de apresentar séries temporais construídas com diferentes indicadores extraídos ao longo dos últimos anos pela equipe.

Área de apoio à pesquisa na ENSP: ações administrativas

Os fluxos de atendimento e trabalho não sofreram modificações: permaneceram inalterados e sem novas atividades em 2016. Além dos atendimentos de balcão por demanda de pesquisadores, bolsistas, alunos e gestores, realizaram-se as atividades discriminadas a seguir.

Planejamento e realização da Reunião Anual de Iniciação Científica (Raic)

A Raic/ENSP – atividade obrigatória para os programas Pibic e Pibit, de bolsas de iniciação científica e tecnológica – ocorreu de 11 a 13 de maio. Nesse período, realizaram-se sete bancas, compostas de doutores e doutorandos da Escola e de outras unidades/instituições. Apresentaram-se no evento 37 alunos bolsistas.

Revisão e atualização do cadastro de candidatos à iniciação científica

Tal como de rotina, no início do ano, e com a finalidade de prover os pesquisadores da Escola de candidatos elegíveis para suas pesquisas, realizou-se atualização do cadastro de candidatos ao Pibic/Pibit. Disponibilizaram-se, ao início do ano, cerca de 300 inscritos oriundos de diferentes cursos de graduação e universidades. Ao longo do ano, houve acréscimo de outros candidatos.

Acompanhamento e orientação para inscrições de renovações e bolsas novas Pibic/Pibit

Esse processo, ocorrido de 16/3 a 18/4, recebeu 21 inscrições de pedidos de novas bolsas Pibic e 4 de novas bolsas Pibit. Encaminharam-se 18 pedidos de renovações de bolsas Pibic e apenas 1 de bolsa Pibit.

Recebimento e difusão dos resultados da seleção de bolsistas Pibic e Pibit

O processo de divulgação dos resultados sofreu diversas discontinuidades, em razão dos cortes realizados após o processo seletivo, revertidos pelas renegociações feitas pela Fiocruz para as cotas de bolsa. A Escola teve o seguintes resultados: 26 bolsas Pibic concedidas, das quais 7 foram renovações e 19 bolsas novas. O Pibit teve uma bolsa nova e uma renovação. Além disso, permaneceram três submissões em lista de espera, na expectativa de desistências, para serem efetivadas. Do total de bolsas vigentes na ENSP em 2016, duas foram substituídas ao longo do ano.

Artigos confirmados para pagamento à *Revista de Saúde Pública*, da USP

Apesar das restrições financeiras, sete artigos de pesquisadores da ENSP foram aceitos para publicação pela *Revista de Saúde Pública*. Os artigos foram pagos pela Escola, com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (Fadi/ENSP), sem necessidade de recusa de nenhum artigo para a referida revista. Os pagamentos para publicação em outras revistas, inclusive o BioMed Central (BMC), ainda estão suspensos por falta de recursos. A pedido de alguns pesquisadores, encaminharam-se solicitações de isenção/desconto para pagamento de artigos aceitos dos profissionais da Escola em periódicos internacionais, geralmente aceitos em parte pelas editoras.

Apoio à organização do Ceensp

A realização das 20 sessões do Ceensp em 2016, como de rotina, teve apoio da VDPI, encarregada de assegurar agendamento e local, encaminhar as providências necessárias à Coordenação de Comunicação Institucional (CCI/ENSP) para preparação de cartaz, convites e diplomas, distribuir a divulgação (convite eletrônico e cartaz) na Escola e em unidades da Fiocruz, controlar frequência e fornecer declarações de participação, quando solicitado, além de providenciar passagens e diárias, quando necessário, para alguns dos convidados. A agenda do Ceensp foi prejudicada pela paralisação das atividades da Fiocruz por um período prolongado.

Ações da Coordenação de Desenvolvimento e Monitoramento de Pesquisas (CDMP)

A CDMP manteve rotina de produção de informações para os indicadores intermediários (ENSP) e globais (Fiocruz). Os dados consolidados para tais indicadores são apresentados em séries temporais para a devida contextualização.

Cabe assinalar que os valores atribuídos aos indicadores no ano de 2016 não têm correspondência adequada com os anteriores, visto que, por aprovação do CD Fiocruz, estabeleceram-se novas regras para inclusão de servidores em atividade de pesquisa. Para os cálculos, portanto, consideraram-se, em 2016, como servidores em atividade de pesquisa *apenas os servidores ativos* (não aposentados) que estivessem no *cargo de pesquisador*, ou, estando em outro cargo, ter sido credenciado em programa de pós-graduação da sua respectiva unidade ou incluído em grupo de pesquisa da unidade.

Pesquisadores da ENSP

• Pesquisadores por departamento

A Escola declarou, por meio de listas validadas em 2016 pelas chefias de departamentos, um total de 265 servidores envolvidos em atividades de pesquisa. Desse número, seguidos os novos critérios da Fiocruz, apenas 246 puderam ser mantidos na categoria “servidor em atividade de pesquisa”. Os departamentos da ENSP têm tamanhos e missões diversas, e isso justifica as grandes diferenças quantitativas entre eles.

Tabela 11 – Pesquisadores por departamento* (2016)

Departamento	Número	%
Cesteh	28	11
Claves	9	4
CRPHF	7	3
CSEGSF	10	4
Daps	42	17
DCB	17	7
DCS	28	11
Demqs	35	14
Densp	23	10
DIHSDC	10	4
DSSA	25	10
NAF	8	3
Outros**	4	2
Total	246	100

Fonte: VDPI/ENSP.

* Considerou-se a nova estrutura conforme o Regimento Interno da ENSP.

** Corresponde a outras lotações de servidores que não sejam departamentos.

• Pesquisadores por cargo

Os cargos considerados no levantamento foram: pesquisador, tecnologista e outros. Na denominação “outros”, incluem-se analistas e servidores que não foram enquadrados, do ponto de vista funcional, na carreira de ciência e tecnologia, tais como médicos, psicólogos, biólogos, enfermeiros etc. De acordo com a Tabela 12, embora o cargo de pesquisador seja o da maioria daqueles que exercem essa atividade na ENSP, quantidade considerável dos profissionais que realiza pesquisa não se insere nessa categoria. Essa condição, mantida na ENSP há longo tempo, também é descrita para outras unidades da Fiocruz.

Tabela 12 – Pesquisadores por cargo (2016)

Cargo	Número	%
Pesquisador	170	70
Tecnologistas	51	20
Outros	25	10
Total	246	100

Fonte: VDPI/ENSP.

- Pesquisadores por titulação

A Tabela 13 apresenta a distribuição dos servidores declarados pelos departamentos no exercício de atividade de pesquisa, pela respectiva titulação: doutorado, mestrado, especialização e graduação. A tabela permite verificar o alto nível de qualificação dos quadros da ENSP.

Tabela 13 – Pesquisadores por titulação (2016)

Titulação	Número	%
Doutorado	213	87
Mestrado	31	12
Especialização	2	1
Graduação	0	0
Total	246	100

Fonte: VDPI/ENSP.

- Pesquisadores por situação funcional

A Tabela 14 discrimina a situação funcional dos servidores em atividade de pesquisa, se são permanentes da Fiocruz ou cedidos de outros órgãos governamentais.

Tabela 14 – Pesquisadores por situação funcional (2016)

Situação funcional	Número	%
Servidor do quadro permanente da Fiocruz	239	97
Servidor cedido à Fiocruz	7	3
Total	246	100

Fonte: VDPI/ENSP.

Alguns dos pesquisadores da ENSP, apesar de aposentados, permanecem atuantes e mantêm projetos de pesquisa, inclusive na qualidade de coordenadores e ordenadores de despesa, recebendo recursos de agências de fomento e outras fontes, nacionais e internacionais, como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso a VDPI responsabiliza-se, fornecendo aos profissionais cartas de endosso e assinando seus termos de outorga. Geralmente, também estão credenciados para atuar como professores e orientadores nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da ENSP e, portanto, podem ser considerados profissionais doutores produtivos.

Outro aspecto modificado pela nova orientação diz respeito aos servidores falecidos, que eram mantidos nas listagens da Escola por até dois anos após o falecimento, pois suas respectivas produções ainda compunham dados da média móvel trienal, base do planejamento da ENSP. Com a nova orientação do CD Fiocruz, servidores falecidos e aposentados não atuantes foram retirados dos cálculos.

- **Produção de artigos, livros e capítulos de livros por departamento (2016)**

A produção total dos pesquisadores da ENSP, por departamento, é detalhada na Tabela 15, que também apresenta a produção de artigos, livros e capítulos de livros.

Tabela 15 – Produção de artigos, livros e capítulos de livros por departamento (2016)

Departamento	Produção total	Artigo	Livro	Capítulo de livro
Cesteh	45	41	1	3
Claves	30	14	1	15
CRPHF	12	10	0	2
CSEGSF	17	15	0	2
Daps	85	78	3	4
DCB	39	36	0	3
DCS	44	32	4	8
Demqs	116	113	1	2
Densp	50	36	6	8
DIHSDC	22	8	5	9
DSSA	29	21	3	5
NAF	55	39	4	12
Outros*	4	2	0	2
Total	548	445	28	75

Fonte: VDPI/ENSP.

*Corresponde a outras lotações de servidores que não sejam em departamentos.

A produção de artigos, livros e capítulos de livros, mostrada na Tabela 15, apresenta contagem de publicações sem que se tenham eliminado as duplicações, ou seja, se um determinado produto tem mais de um autor como pesquisador da ENSP, então esse produto está contabilizado tantas vezes quantas são os pesquisadores da Escola, podendo inclusive aparecer em mais de um departamento.

A Tabela 16 sugere que a quantidade de artigos e capítulos publicados diminuiu gradualmente entre 2012 e 2016, em contraste com a quantidade de livros publicados que se manteve estável ao longo do período. Esses valores, entretanto, deveriam ser mais bem analisados levando em conta dois fatores que dificultam sua comparação: o viés introduzido pelas mudanças realizadas nos critérios para definição de servidor em atividade de pesquisa e, portanto, na base de cálculo utilizada a cada ano; a data em que as extrações de produção foram feitas, tendo em vista a atualização dos currículos, os tempos necessários à saída das publicações depois de aceitas, e assim por diante.

Tabela 16 – Total anual de publicações da ENSP por tipo, eliminadas as duplicações (2012-2016)

Tipo de publicação	2012	2013	2014	2015	2016
Artigos	468	443	437	391	340
Livros	28	30	24	25	27
Capítulos	119	130	75	77	65

Fonte: VDPI/ENSP.

A Tabela 17 mostra as médias de publicação por pesquisador de cada departamento da ENSP, em 2016, a partir dos números totais, sem eliminação das duplicações, ou seja, uma mesma publicação pode estar contabilizada mais de uma vez, a depender do número de coautores. Entretanto, é necessário considerá-la para se obterem as médias individuais desejadas.

Tabela 17 – Média de publicações por pesquisador de cada departamento da ENSP, obtidas a partir do somatório total de publicações para 2016, sem eliminação das duplicidades

Departamento	Produção total	Artigo	Livro	Capítulo de livro
Cesteh	1,61	1,46	0,04	0,11
Claves	3,33	1,56	0,11	1,67
CRPHF	1,71	1,43	0,00	0,29
CSEGSF	1,70	1,50	0,00	0,20
Daps	2,02	1,86	0,07	0,10
DCB	2,29	2,12	0,00	0,18
DCS	1,57	1,14	0,14	0,29
Demqs	3,31	3,23	0,03	0,06
Densp	2,17	1,57	0,26	0,35
DIHSDC	2,20	0,80	0,50	0,90
DSSA	1,16	0,84	0,12	0,20
NAF	6,88	4,88	0,50	1,50
Outros*	1,00	0,50	0,00	0,50
Total	2,23	1,81	0,11	0,30

Fonte: VDPI/ENSP.

* Corresponde a outras lotações de servidores que não sejam em departamentos.

A Tabela 18 mostra a publicação anual de artigos, livros e capítulos, por pesquisador, da ENSP, sem duplicidade.

Tabela 18 – Médias de cada um dos diferentes tipos de publicações por pesquisador da ENSP em 2016, obtidas após eliminação de duplicidades

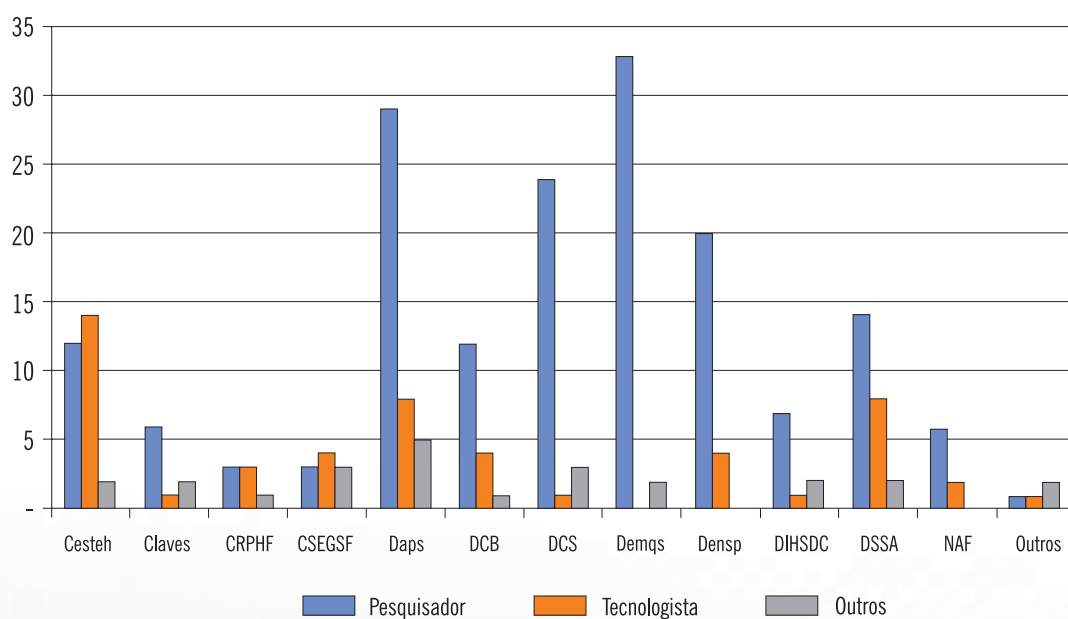
Tipo de produção	Total	Produção média por pesquisador
Artigos	340	1,38
Livros	27	0,11
Capítulos	65	0,26
Total	432	1,76

Fonte: VDPI/ENSP.

• Pesquisadores por departamento e cargo

A distribuição dos pesquisadores por departamento e cargo é mostrada no Gráfico 3. Conforme comentado anteriormente, o termo “outro” inclui todos os pesquisadores que não estão lotados em departamentos.

Gráfico 3 – Pesquisadores por departamento e cargo (2016)



Fonte: VPD/ENSP.

• Pesquisadores por departamento e titulação (2016)

A Tabela 19 apresenta a distribuição dos pesquisadores por departamento e titulação. Do total de 213 doutores em função de pesquisa, 31% realizaram pós-doutorado.

Tabela 19 – Pesquisadores por departamento e titulação (2016)

Departamento	Total	Doutorado	Mestrado	Especialização
Cesteh	28	23	5	0
Claves	10	8	1	1
CRPHF	6	4	2	0
CSEGSF	10	9	1	0
Daps	42	38	4	0
DCB	17	12	5	0
DCS	28	24	4	0
Demqs	35	33	2	0
Densp	24	22	2	0
DIHSDC	10	8	2	0
DSSA	24	21	2	1
NAF	8	7	1	0
Outros*	4	4	0	0
Total	246	213	31	2

Fonte: VDPI/ENSP

* Corresponde a outras lotações de servidores que não sejam em departamentos.

A fonte de informações para a extração dos dados referentes aos pesquisadores é, basicamente, a Plataforma Lattes. Eventualmente, confirma-se uma ou outra informação no Serviço de Gestão do Trabalho, responsável pelos recursos humanos da ENSP, ou no Portal da Transparência, do governo federal. Quanto aos dados da Plataforma Lattes, que são de autopreenchimento, sabe-se que o pesquisador atualiza seu currículo Lattes quando se necessita acrescentar dado ou informação nova, quando ocorrem chamadas de editais ou quando há solicitação da instituição.

Assim, quando se realizou o presente levantamento, apurou-se que 218 pesquisadores que compõem a base de 2016 haviam atualizado seus respectivos currículos Lattes em algum momento desse ano, e apenas cinco no início de 2017. Cabe chamar atenção, uma vez mais, para a subestimativa da produção científica, que é decorrente não só da não atualização do currículo Lattes, mas também do atraso existente entre as datas efetivas de publicação e de liberação dos produtos. Desse modo, a compilação da produção realizada nos anos seguintes ao da publicação mostra acréscimos que chegam a mais de 25% do total de publicações. Para evidenciar tal situação, a VDPI comparou a extração da produção de 294 pesquisadores da ENSP listados no ano de 2014, a partir da Plataforma Lattes, em duas datas diferentes. O resultado em janeiro de 2015 mostrou 363 artigos, 24 livros e 75 capítulos; e em janeiro de 2017 mostrou 455 artigos, 29 livros e 107 capítulos, ficando evidente o atraso e a perda de informação passado o tempo. É importante lembrar que a extração dos produtos (artigos, livros e capítulos) do Lattes é feita com base na data referida para a publicação.

Os programas de pós-graduação da Escola têm demandado, com regularidade, a atualização de currículo, e a VDPI, por sua vez, evita solicitar mais vezes essa atividade. Para melhorar a qualidade dos dados, seria recomendável que os pesquisadores fossem instruídos a atualizar os currículos nos primeiros dias do mês de janeiro, para que a extração seja mais fidedigna.

O novo critério, que permite incluir como servidor em atividade de pesquisa, além dos ocupantes dos cargos de pesquisador, tecnologistas e outros, desde que estejam credenciados na pós-graduação da ENSP ou que integrem equipe de grupo de pesquisa certificado pela Escola, muda a proporção entre pesquisadores e servidores credenciados nos programas de pós-graduação, que este ano ficou em 52%. Ainda assim, a quantidade de servidores doutores da ENSP que realizam pesquisa e publicam, mas estão excluídos da pós-graduação da própria Escola, permanece elevada. Aspecto a ser ressaltado é que muitos dos servidores não credenciados na pós-graduação *stricto sensu* da ENSP atuam e orientam em outros programas de pós-graduação na Fiocruz e em outras instituições de ensino e pesquisa.

O número de pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq, em 2015, era 28. Em 2016, esse número passou para 24. Anualmente, saem e entram nomes na relação de bolsistas da agência, embora alguns tenham mais longa permanência. Ao se comparar 2015 e 2016, a diminuição desse número de bolsistas entre os pesquisadores da ENSP reflete a perda de pesquisadores da Escola por morte e a retirada da base de servidores aposentados.

Em relação aos grupos de pesquisa, até o fim de 2016, a Escola contava com 83 grupos certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DPG). A maior parte dos grupos mantém seus respectivos formulários atualizados no DPG, mas persiste pequeno número deles desatualizados.

Na ENSP, a produção científica permanece centrada em artigos, ainda que haja produção expressiva de livros e capítulos. Eliminada a duplicidade de itens, ou seja, excluídos os produtos referidos nos Lattes de mais de um autor da ENSP (coautorias), a produção total em 2016, contabilizada até janeiro de 2017, foi igual a 432 produtos (340 artigos, 65 capítulos de livros e 27 livros). A partir desses números, em atenção às novas diretrizes aprovadas em CD da Fiocruz, conforme explicado anteriormente, calculou-se a produção unitária líquida da ENSP, ou seja, a produção por pesquisador em 2016, que foi igual a 1,71 produto por pesquisador. O aparente aumento na produtividade se dá, naturalmente, pela redução do denominador, a partir de critérios agora menos inclusivos. Caso fosse adotado o critério anterior – com manutenção, na base, dos aposentados e dos servidores em atividade de pesquisa, mesmo quando não credenciados ou formalmente inseridos nos grupos do DGP, e eliminação dos que referem atividade de pesquisa mas não têm produção registrada na Plataforma Lattes há três anos ou mais –, o valor seria ainda maior, subindo para 1,98.

De modo aproximado, esses cálculos apontam para uma estimativa de produção em torno de 2 artigos, por pesquisador doutor, por ano, e algo em torno de 0,3 capítulo de livro, por pesquisador doutor, por ano, e 0,12 livro, por pesquisador doutor, por ano, para o conjunto da Escola. A flutuação, em função das mudanças sucessivas dos denominadores, representa desafio à forma como os indicadores têm sido propostos e calculados. Isso deve ser motivo de reflexão futura, para aprimoramento do sistema de avaliação da produção científica em bases quantitativas, hoje adotado.

Comentários finais

Os dados e as informações sobre os pesquisadores e suas produções tiveram, como base, consultas ao SGT/ENSP, aos departamentos, ao Portal da Transparência e à Plataforma Lattes, que se constituiu na base para a extração manual da produção dos pesquisadores.

Ações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ENSP)

Durante o ano de 2016, o CEP desenvolveu sua rotina de reuniões colegiadas e apreciação/tramitação de projetos de pesquisa. Realizaram-se, no ano, reuniões mensais e, ocasionalmente, reuniões extraordinárias.

Servidores indicados por departamentos da Escola passaram a constituir seu corpo deliberativo, em substituição a antigos membros. Atualmente, o CEP conta com 31 membros fixos, além de 1 representante dos alunos e 4 representantes da sociedade civil.

Em 2016, o CEP recebeu e analisou dezenas de projetos de pesquisa, principalmente de alunos que concluíram exames de qualificação dos programas de mestrado e doutorado. Essa demanda tem crescido pela necessidade de comprovação de submissão ao CEP (e de sua posterior aprovação) dos projetos submetidos a financiamento e daqueles enviados para concorrer a bolsas, inclusive de programas como Pibic, e também em atenção à exigência de muitos periódicos científicos no momento de publicação dos resultados da pesquisa. O número de pareceres emitidos por mês encontra-se na Tabela 20.

À parte da análise dos projetos, representantes do CEP participaram de atividades na Fiocruz, entre as quais o Fórum dos CEPs da Fiocruz. Destaque foram as discussões relativas ao PL 200 e a outros temas de grande relevância que afetam a condução das análises dos projetos de pesquisa da perspectiva da ética. Finalmente, assinala-se a participação em encontros científicos nacionais, com a apresentação de trabalhos por parte de seus membros.

Ao longo do ano, prosseguiram as reuniões para reformulação do Regimento do CEP, que culminaram em sua aprovação, bem como a participação no Comitê de Qualidade da ENSP, uma vez que o atendimento às normas éticas é o controle mais estruturado que a Escola realiza sobre a qualidade e as boas práticas de pesquisa na instituição. A indicação para participação nas discussões prévias à instalação de biobancos na Fiocruz foi outro destaque da atuação do CEP, que, além disso, manteve assento mensal regular nas reuniões do Colegiado de Pesquisas da Escola. Por fim, realizaram-se modificações necessárias à atualização da página do CEP.

Tabela 20 – Pareceres emitidos pelo CEP, por mês (2014-2016)

Mês	2014		2015		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Janeiro	16	25,8	30	48,4	16	25,8	62	100,0
Fevereiro	32	27,1	38	32,2	48	40,7	118	100,0
Março	33	26,8	47	38,2	43	35,0	123	100,0
Abril	39	30,5	41	32,0	48	37,5	128	100,0
Mai	46	29,7	50	32,3	59	38,1	155	100,0
Junho	39	23,6	69	41,8	57	34,5	165	100,0
Julho	51	28,5	52	29,1	76	42,5	179	100,0
Agosto	53	33,8	42	26,8	62	39,5	157	100,0
Setembro	49	31,0	44	27,8	65	41,1	158	100,0
Outubro	40	37,4	40	37,4	27	25,2	107	100,0
Novembro	63	39,9	43	27,2	52	32,9	158	100,0
Dezembro	44	33,8	48	36,9	38	29,2	130	100,0
Total	505	30,8	544	33,2	591	36,0	1.640	100,0

Fonte: Plataforma Brasil (acesso em: 7 fev. 2017).

Atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/ENSP)

O NIT desenvolveu, em 2016, suas atribuições gerais referentes a atendimento, orientação, assessoria e sensibilização em questões relacionadas à propriedade intelectual e inovação voltadas para pesquisadores, funcionários e alunos da Escola, por meio de entrevistas pessoais e reuniões específicas nos departamentos e nos programas de pós-graduação. Além disso, o NIT participou de grupos de estudo sobre temas relacionados a prioridades em pesquisa na ENSP, empreendedorismo, patrimônio genético e Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (Naac).

O NIT aproximou-se da Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL) com intuito de apoiar a implementação de práticas de qualidade para a área de pesquisa da Fiocruz, incentivando e administrando a distribuição e a utilização dos livros de registro para pesquisadores, projetos e laboratórios que os demandaram.

No ano de 2016, o NIT desenvolveu as seguintes atividades: três notificações de invenção encaminhadas à Gestec para depósito de patente; um subsídio para registro de programa de computador; seis subsídios para formalização de cessão de direitos autorais patrimoniais; dois subsídios para solicitação de cadastro de acesso ao patrimônio genético; participação em três grupos de trabalho; participação em cinco eventos como palestrante; e participação em três eventos como ouvinte.

Além disso, houve intensificação nas ações de sensibilização em questões relacionadas à propriedade intelectual e inovação e ao Sistema Fiocruz de Biodiversidade entre pesquisadores, funcionários e alunos da ENSP.

No âmbito do sistema Gestec-NIT, deu-se prosseguimento ao projeto de capacitação para realização de estudo de viabilidade técnica e econômica (EVTE), com seleção de um projeto de pesquisa da ENSP com intuito de ser utilizado como estudo de caso para ser replicado posteriormente em outros projetos de pesquisa da Escola.

Um servidor em atividade no NIT permanece liberado para formação em nível de doutorado, com previsão de retorno ao término do ano. Em seu afastamento, outro servidor do quadro da VDPI o substitui.

Gestão da VDPI no período de 2013 a 2016

Há cerca de quatro anos, esta gestão da VDPI, então denominada Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (VDPDT), assumiu com o diretor eleito, Hermano Castro. Apesar da experiência acumulada na Coordenação de Pesquisas do Densp e na própria VDPI, a missão apresentada foi muito maior do que a prevista, principalmente pelo crescente desfinanciamento institucional, decorrência, entre outros fatores, do contexto político-econômico do país. No entanto, o apoio dos colegas em diferentes níveis da gestão e o comprometimento e a competência da equipe da VDPI permitiram chegar ao presente momento com alguns encargos cumpridos e avanços na institucionalização de processos que asseguram melhor desempenho para a missão da Escola.

Os resultados alcançados devem-se a todos que colaboraram, acompanharam e compreenderam os esforços para apoiar a gestão da Escola, que enfrenta o desafio de formar profissionais que atuam no campo da saúde pública e da saúde coletiva, atendendo áreas acadêmicas e de cooperação nacional e internacional, e de atuar como instituição de ciência e tecnologia.

Produção de conhecimentos científicos e tecnologias para a saúde

Criada na década de 1950 para prover a formação profissional em saúde, a ENSP é reconhecida por seus produtos científicos e tecnológicos, com efetivas contribuições para solução dos problemas de saúde pública e de saúde coletiva. Durante sua existência, a Escola passou por diferentes momentos no que se refere à pesquisa. A partir de sua instalação no prédio atual, em 1966, a ENSP teve a produção de conhecimentos novos sobre a saúde impulsionada pelo olhar para a realidade sanitária do país e por uma sequência de ações de fomento, com destaque para aquelas proporcionadas pelos projetos Finep (Peppe e Pesis), em 1976, da Opas, em 1981, e do Pares, em 1984. A consolidação progressiva da estrutura acadêmica formal voltada para a pós-graduação, com a introdução de programas institucionais de bolsas como pesquisador visitante, Pibic, pós-doutorado e outros, beneficiou a ENSP, com reforço do projeto de crescimento da pesquisa na Escola e aumento da produção científica e tecnológica. Desde então, produtos científicos e, também, aplicados, desde documentos normativos para gestão em saúde até patentes internacionais, acumulam-se como contribuições da Escola para a saúde no país.

A capacidade de responder às questões da saúde a partir de diferentes campos do saber constituiu-se numa opção da ENSP: o entendimento do campo da saúde coletiva e pública como necessariamente multidisciplinar e da saúde como algo mais que uma condição do corpo, mas uma condição da própria sociedade. A partir da década de 1990, o crescimento dos investimentos na pós-graduação *stricto sensu* passou a exercer controle cada vez maior sobre a pesquisa, com exigência de produção científica mais internacionalizada e regular e

existência de controle externo (Capes), que, por meio dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, passou a pressionar cada vez mais, com seu modelo produtivista, pelo aumento e aligeiramento da produção científica.

O aprofundamento das diferenças na produtividade acadêmica, com a hierarquização da natureza da produção e dos temas de interesse, modulando o acesso aos recursos e a disponibilidade de equipes e alunos, entre outros assuntos, aumentou as tensões na comunidade de pesquisa e nas suas inserções no ensino. O quadro resultante trouxe divisões importantes e dificuldades crescentes para lidar com as diferenças e com a subjetividade na discussão da qualidade e da prioridade em pesquisa. Perdas acumuladas em certas áreas de atuação da saúde pública demandavam revisão e recuperação de potenciais, rediscussão de prioridades, linhas de pesquisa e projetos pedagógicos. Por outro lado, a crescente complexidade do campo de pesquisas, formas de fomento e exigências externas e internas levavam à necessidade de mais atividades e respostas por parte da VDPI, numa escola grande, diversa e cada vez mais dividida.

O crescimento da pesquisa na ENSP levou, em 1990, a um novo regimento da Escola, que passou a prever, em seu artigo 23, uma Coordenação de Pesquisas. As exigências de qualidade e regulação ética em pesquisa com seres humanos ocasionaram, em 1997, a constituição do primeiro Comitê de Ética em Pesquisa na ENSP. A necessidade crescente de buscar recursos externos que mantivessem e melhorassem as condições de trabalho na instituição conduziu à criação, à semelhança do que vinha sendo feito por outras instituições acadêmicas de natureza pública, de uma fundação de apoio, capaz de captar e gerenciar recursos para pesquisa e outras missões institucionais, surgindo a ENSPTEC, que, posteriormente, viria a ser a Fiotec.

Seguindo o crescimento institucional, criou-se regimentalmente, em 2007, a Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, destinada a realizar a gestão da pesquisa na ENSP. Contando, principalmente a partir de 2009, com maior disponibilidade de recursos e grande estímulo à produção acadêmica, a VDPDT implementou procedimentos básicos essenciais à instituição, entre eles a certificação de grupos de pesquisa para encaminhamento ao Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq). Alinhando-se institucionalmente ao crescimento da pós-graduação *stricto sensu*, promoveu crescente integração entre a pesquisa e o ensino, com investimento em incentivos à produção acadêmica. Seguindo redefinições institucionais, absorveu o componente descentralizado dos programas de bolsas, como pesquisador visitante e Pibic/Pibiti, entre outras ações. Também assumiu o então criado Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), atendendo à necessidade de constituição de um sistema voltado para a gestão da inovação na Fiocruz.

Ao início da presente gestão, a pesquisa na Escola aparecia fortemente vinculada aos programas de pós-graduação, respondendo ao grande incentivo aos produtos científicos (artigos, livros e capítulos). Dissertações e teses na forma de artigos, da mesma forma, eram enfatizadas, com forte internacionalização da produção e um esforço no investimento de apoio ao acesso aberto. A valorização de avaliações baseadas em indicadores cientométricos e a ênfase na produção voltada para periódicos bem classificados no Qualis (Capes) eram prioridade, ainda que a discussão, dentro e fora do ensino, apontasse distorções e inadequações desse modelo, principalmente na área específica de atuação da Escola. Em que pese o esforço para a implementação do NIT e o fomento em programa Inova, a cultura institucional ainda privilegiava publicações como produtos. Essa condição representava dificuldades para pactuação de prioridades institucionais, ocasionando agravamento da competição por recursos internos, retenção de grupos menos competitivos e demanda de mecanismos

institucionais de compensação. Ao mesmo tempo, a segregação entre segmentos de pesquisadores inseridos ou não na pós-graduação *stricto sensu* e a crescente autonomia individual pelos recursos de fomento contribuíam para que o cenário da pesquisa na ENSP se tornasse cada vez menos claro, apesar dos esforços para registrar as atividades em pesquisa, como foi a criação de um cadastro de pesquisa.

Esta gestão assumiu num momento em que já se efetivava a restrição acelerada de recursos internos. Desse modo, vivenciou desafios de organização e de produção de dados para tomada de decisão e enfrentou necessidade de restrições financeiras, de maior controle dos processos de trabalho em andamento e de redução da fragmentação da Escola. Ao mesmo tempo, precisou trabalhar para revalorizar a produção tecnológica, incentivar a inovação, intensificar a translação em pesquisa, efetivar a aproximação com os serviços, entre outros. Com uma equipe formada inicialmente por três servidores na função de analistas e dois terceirizados, todas as atividades de apoio administrativo ou funções de rotina precisavam ser mantidas e incrementadas, sem descontinuidade na gestão. Parte do esforço foi mudar progressivamente alguns processos de trabalho, redistribuir atribuições e implementar novas ações, acompanhando as propostas das demais áreas da Direção, além de impulsionar a equipe, por meio de sua qualificação e valorização das competências respectivas. A melhoria progressiva da integração da equipe, sua participação continuada em todos os desafios da gestão e o incentivo à proatividade permitiram aumentar o pertencimento e a autonomia com resultados positivos. Parte dos desafios foi superada, e outra certamente demandará mais tempo.

Desafios e demandas

Os principais desafios da presente gestão foram:

- ✓ Produzir regularmente informação sobre pesquisas, produtos e pesquisadores da ENSP, atividade necessária para alinhar a Escola aos propósitos do Observatório da Fiocruz, mas, sobretudo, para prover dados necessários à gestão.
- ✓ Prover recursos para cumprir compromissos novos e anteriormente assumidos, de modo a manter o fomento para a área finalística da pesquisa, apoiar a produção científica e manter as metas institucionais pactuadas.
- ✓ Adequar atividades ao crescente controle externo de processos, produtores e produtos da pesquisa, em constante diálogo, ainda que não exclusivo, com a área de pós-graduação.
- ✓ Incentivar a área de inovação e produção tecnológica associada à pesquisa, visando principalmente à revalorização da pesquisa voltada para produtos tangíveis ou intangíveis de interesse para o SUS.
- ✓ Contribuir para a formação profissional, por meio dos programas já existentes na esfera da pesquisa acadêmica.
- ✓ Apoiar a pesquisa associada à área de serviços, principalmente considerando a questão do território.
- ✓ Incentivar a cultura das boas práticas e qualidade em pesquisa, acompanhando, mais uma vez, o movimento da Fiocruz.
- ✓ Incentivar a translação de conhecimentos na pesquisa, fortalecendo uma produção multivocal de conhecimentos realmente aceitáveis e socialmente relevantes.

- ✓ Contribuir para a coletivização das informações, participando do esforço institucional facilitador de acesso ao conhecimento científico.
- ✓ Estreitar a integração nas diferentes instâncias da Escola por meio de atuação colegiada e transparente, diálogo com outros departamentos e toda a área da gestão.

Do ponto de vista da VDPI, todos esses desafios atendiam ao que se propunha como “Mais ENSP, melhor ENSP”, meta da gestão do diretor Hermano Castro.

Entre 2013 e 2016, embora atravessando grandes mudanças e restrições financeiras, a VDPI participou de importantes mudanças na estrutura da Escola. Apesar do tempo de mudanças, as atividades de pesquisa na ENSP mantiveram-se produtivas em diferentes modalidades e temas, sem descontinuidade na produção científica e tecnológica. No entanto, o progressivo desfinanciamento/contingenciamento obrigou a racionalizar, cada vez mais, recursos e oportunidades, reduzindo os investimentos nas áreas finalísticas. Tais opções, muitas vezes criticadas, foram, no entanto, assumidas a partir da produção de informações, apresentadas aos órgãos colegiados e justificadas com vistas a maximizar o benefício coletivo. Ressalte-se que exigiram esforço para conciliar interesses e reduzir tensões decorrentes de uma cultura historicamente competitiva e individualista. Ainda assim, a compreensão do momento cada vez mais desafiador tem possibilitado ações solidárias. Na interação com a Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios, por exemplo, um longo processo de amadurecimento do conceito de compartilhamento (equipamentos multiusuários e plataformas para uso compartilhado de competências específicas) vem permitindo grande e inédito avanço nesse processo, embora, numa instituição em que a pesquisa é tão grande e complexa, ainda seja necessário avançar muito.

A pesquisa na ENSP apoia-se em uma matriz complexa de difícil acompanhamento e regulação. Isso se deve ao fato de, entre outras características, a pesquisa distribuir-se em diferentes funções em departamentos, centros e núcleos acadêmicos e de, na Escola, atuar-se, concomitante ou alternativamente, com total liberdade de escolha, em pesquisa, ensino, cooperação e/ou serviços.

Realizou-se continuamente trabalho persistente de ajustes e diálogo para que o período de gestão pudesse ser menos tenso. Conceitos distintos de valorização da produção, tipos de objetos de pesquisa e seus produtos e um campo de pesquisa que vai desde bancadas até os desafios da avaliação criam contradições e disputas permanentes na área da pesquisa numa escola com tanta diversidade. Desse modo, a gestão procurou definir compartimentos não concorrentes para fomento, critérios distintos de qualidade e processos avaliativos apropriados. Esse foi um desafio contínuo para a VDPI, que buscou formas de lidar com as diferenças e distintas aspirações, visões e prioridades, maximizando os investimentos e resultados da pesquisa na ENSP. Ainda assim, muito deve ser trabalhado, principalmente pela demanda, que também vem da pós-graduação, de melhor definir a produção técnica, regular sua institucionalização, defender a propriedade intelectual e assegurar critérios aplicáveis de qualidade, tanto as propostas como os seus produtos.

A VDPI assumiu, portanto, o desafio da complexidade e das múltiplas dimensões da pesquisa na ENSP. As soluções para as questões levantadas ainda estão em processo, mas acredita-se que a gestão, ao abrir discussão ampliada sobre algumas dessas questões, mesmo sem solução definitiva, contribuiu para seu equacionamento futuro, valorizando na Escola as diferentes formas de cooperar com conhecimento novo e produtos relevantes para a saúde.

Produtores, pesquisas, produtos: a pesquisa na ENSP

Produtores de conhecimento novo atuam, na ENSP, em diferentes campos e inserções: professores, orientadores, tutores e colaboradores externos, parceiros em uma grande diversidade de situações em que, muitas vezes, os papéis se alternam e a proporção de contribuição para a pesquisa também. A quantidade de projetos varia de ano para ano; desse modo, é difícil acompanhar o fluxo, dadas as múltiplas entradas e naturezas do que é feito. A comunidade científica, grande e móvel, não é controlada formalmente, exceto os funcionários e bolsistas de programas institucionais. Dessa forma, a pesquisa na ENSP é maior do que se vê, a produção dos seus pesquisadores varia em quantidade e pode ser classificada por diferentes critérios cientométricos e subjetivos em relação à qualidade.

Quem é o pesquisador da ENSP? Essa pergunta, feita também em outros níveis de gestão da Fiocruz, foi uma das questões debatidas durante a gestão. Embora escolhas tenham sido arbitradas na Escola, conforme apresentado nos relatórios de gestão anteriores, ainda permanecem discussões em aberto na Fiocruz, principalmente após a aprovação, em novembro de 2016, de critérios pela Diplan cujos impactos não satisfizeram igualmente diferentes unidades da Fiocruz.

Como se organizam, produzem, tornam-se visíveis equipes, laboratórios, departamentos, plataformas, serviços de assistência e pesquisa, grupos de pesquisa, equipes temporárias de projetos e redes? E os servidores ou pesquisadores de vínculo temporário cedidos, visitantes, contratados, bolsistas? Ativos ou aposentados? As definições têm perpassado diversas categorias, com diferentes impactos sobre os indicadores de produtividade e as decisões de gestão. Pesquisa-se o quê? Áreas de conhecimento, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa. E que produtos se devolvem e de que maneira? Produtos científicos, tecnológicos, aplicados ou não, de inovação ou com potencial inovador, tangíveis e intangíveis, registrados, protegidos. Definições adotadas após discussões colegiadas foram parte do cotidiano, e que ainda prosseguem, e parte dessas perguntas não chegou a ser totalmente respondida. Talvez o maior mérito desse período tenha sido, portanto, ampliar as discussões, compartilhando dilemas e decisões e suas consequências.

A partir dos dados gerados ao longo dos quatro anos de gestão, realizou-se progressivamente produção regular de informações anuais e retrospectivas. Isso permitiu construir retrato mais detalhado da pesquisa na Escola, divulgado nos documentos que circularam ao longo do período e que estão disponíveis no portal da ENSP.

Principais realizações por ano

Algumas decisões da Fiocruz afetaram diretamente a pesquisa na Escola, assim como em outras unidades, com repercussão sobre projetos e desenvolvimento de algumas áreas ou linhas de pesquisa. A descontinuidade do programa institucional de pesquisador visitante, por exemplo, impactado pelas restrições orçamentárias da Fiocruz e pela necessidade de revisão de sua proposta, deixou a Escola sem renovação desses tradicionais colaboradores, muitos dos quais chegaram a ser fixados em concursos que revigoraram e ampliaram a pesquisa em anos anteriores. A redução dos recursos de fomento, as dificuldades crescentes com a restrição de recursos para equipamentos, as dificuldades na área de TI, que criaram obstáculos e atrasos nos projetos institucionais, foram alguns dos problemas existentes.

A atividade da VDPI contornou, na medida do possível, os obstáculos. Além de manter rotinas, como a realização das inscrições de candidatos Pibic/Pibiti, organização de Raic e outras, promoveram-se novas ações. A seguir, discriminam-se, por ano, algumas das principais realizações.

• 2013

Implementação da produção sistemática e anual de indicadores e da realização dos censos demográficos e de produtividade em pesquisa; implementação de reuniões colegiadas mensais, com elaboração e publicação de atas; implementação de programa complementar de atividades de apoio ao Pibic e ao Pibiti (culturais e científicas); conclusão dos projetos e prestação de contas de 15 projetos do programa Inova I e concomitante negociação e alocação de recursos para implementação dos 21 projetos do programa Inova II, selecionados na gestão anterior; início de levantamento das informações sobre o Pibic, seus egressos e seus resultados na ENSP; reestruturação funcional da VDPDT, buscando melhor aproveitar sua qualificada equipe, porém reduzida, e incrementá-la com novos colaboradores; admissão, na estrutura de gestão, do Comitê de Ética em Pesquisa, assumindo os esforços para fixar, em seu quadro, tecnologista concursada e prover a ampliação das suas instalações, atendendo ao exigido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); criação formal (por portaria) do NIT/ENSP e incentivo a sua intensificação de atividades na Escola; seleção e implementação de 16 projetos para o primeiro programa de fomento à pesquisa financiado pela Secretaria Municipal de Saúde, com finalidade de contribuir com a Estratégia de Saúde da Família no território de Manguinhos, no escopo do Teias I, em cooperação com a Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR); discussão e revisão das linhas de pesquisa da Fiocruz e da ENSP; contratação do Ephorus, *software* para controle de plágio aberto aos usuários ENSP; elaboração do primeiro relatório de gestão (*Relatório de 100 dias*).

• 2014

Abertura das discussões sobre custos de acesso aberto em publicações científicas, elaboração de relatório detalhado sobre os investimentos da ENSP na publicação de artigos no BioMed Center (BMC) e não renovação daquele contrato; renovação do contrato para uso do pacote estatístico SAS, após consulta à comunidade de usuários; elaboração da primeira proposta de reformulação da página da Pesquisa da ENSP; realização, acompanhamento, conclusão e devolutiva pública de resultados dos projetos Teias I, financiados pela Secretaria Municipal de Saúde; recertificação dos grupos de pesquisa da ENSP, acompanhada de revisão, análise e discussão coletiva desses grupos, suas propostas, produtos, configurações etc., e consequente elaboração e divulgação de relatório pertinente; discussões iniciais com a Vice-Direção de Ensino e coordenações de programas de pós-graduação sobre as linhas de pesquisa, produção de informação sobre produtos, produção técnica e outros tópicos de interesse comum do ensino e da pesquisa; treinamento para uso do scriptLattes aberto às equipes das vice-direções da ENSP; abertura do Colegiado de Pesquisa a novos atores-chave para a gestão, entre os quais representações das vice-direções, escritório de projetos, CEP etc.; deliberações visando à realização dos ajustes contratuais necessários para realização do programa de pesquisas Teias II.

• 2015

Ampliação da equipe do NIT, com incorporação de um bolsista (projeto institucional com o sistema Gestec-NIT) e consequente crescimento substancial das atividades de apoio, prospecção, atendimento aos pesquisadores, aulas, participação em comissões, entre outras; implementação do Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (Naac) e coordenação de suas atividades na ENSP; renovação do contrato para uso do pacote estatístico SAS, após consulta à comunidade de usuários; participação na reformulação do novo Regimento Interno da ENSP, com implementação da nova denominação (VDPI) e algumas modificações estruturais e

funcionais, como a criação da Coordenação de Desenvolvimento e Monitoramento de Projetos; implementação do programa de pesquisa Teias II com dez projetos; elaboração de relatório sobre as sessões do Ceensp, realizadas desde 2011; conclusão de estudo avaliativo dos dez anos do programa Pibic na ENSP.

• 2016

Articulação de projetos institucionais para enfrentamento da epidemia de zika (estudo epidemiológico da tríplice epidemia; Zika Alliance: Ciências Sociais e Humanas e outros); levantamento e análise da relação de projetos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes, no sistema Sage e na Caap (antigo Escritório de Projetos) em 2015; não renovação do pacote estatístico SAS, após consulta a usuários; implementação de sistema de pagamento individual de artigos da ENSP aceitos na *RSP*, como forma de fomento à produção; realização, acompanhamento, avaliação e conclusão do programa de pesquisas Teias II; proposição, aprovação e desenvolvimento da nova página de pesquisa já em fase de entrada de arquivos; implementação de procedimentos para seleção de 20 projetos de pesquisa (categorias jovem doutor e sênior) a serem financiados por recursos do Tesouro na ENSP; preparativos e pactuação para a realização de projetos Teias III (em processo, aguardando definição sobre recursos); intensificação de esforços para implementação da política de qualidade em pesquisa, em apoio à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), às Vice-Direções de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG) e de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL) e ao NIT, com a implantação para uso dos livros padronizados para registro da pesquisa e gestão (verde e bordô), reforços à utilização de termos de compromisso e controles contratuais sobre propriedade intelectual e outros, passagem de todos os projetos pelo CEP/ENSP etc.; estabelecimento de rotinas de arquivamento com aplicação de tabelas de temporalidade e arquivamento digital e físico racional dos documentos da VDPI.

Principais realizações por área/setor

Detalham-se, a seguir, as atividades por área/setor e alguns quantitativos alcançados no período de 2013-2016.

• Área de apoio da VDPI

Embora conte apenas com dois colaboradores terceirizados, essa área de apoio atuou continuamente no sentido de manter e aprimorar o atendimento continuado a pesquisadores e professores: difusão permanente de informações de interesse à pesquisa, por meio de *e-mails* repassados para o Colegiado de Pesquisa e, também, diretamente para a lista dos servidores em atividade de pesquisa, em especial sobre oportunidades de fomento e de projetos, avisos emergenciais, orientação sobre processos e procedimentos, intermediação com agências etc.; fornecimento de documentos, como declarações e cartas definidos pelo fluxo na Direção; agendamento, preparação, divulgação e apoio à realização de sessões do Ceensp, além do controle de frequência ao evento; atendimento presencial permanente às demandas para intermediação, esclarecimento, contatos, orientações e outras ações relacionadas à pesquisa, contribuindo para aprimorar e agilizar processos internos e intermediação com órgãos externos à ENSP.

Ofereceram-se atendimentos continuados e esclarecimentos sobre os procedimentos e rotinas de tramitação de bolsas, eventos, processos seletivos, revisão anual do cadastro de candidatos a bolsas Pibic, acompanhamento e intermediação dos processos de inscrição e divulgação de seleção Pibic/Pibiti; planejamento, organização e

realização da Raic na ENSP, apoio aos programas Pibic e Pibiti (palestras temáticas para alunos); realização de algumas atividades em apoio ao NIT e ao CDMP, outros dois setores da VDPI, tais como levantamentos de dados, contatos e agendamentos de atividades, organização de atividades de cursos e palestras, entre outras; realização de atividades relacionadas à manutenção do setor e do patrimônio, assim como processamento de documentos e rotinas de afastamentos do país, licenças de funcionários, atendimento a processos, emissões de passagens, tramitação de contratações, consultas para orientações jurídicas, preparação, acompanhamento e efetivação de pagamentos, arquivamento e organização de documentos, agendamento, acompanhamento, preparação/divulgação de reuniões de colegiado e atas pertinentes. Atualmente, o esforço da secretaria encontra-se fortemente centrado na alimentação da página da VDPI, com apoio da TI, uma vez que a estrutura apresentada e aprovada já se encontra em condições de receber os arquivos pertinentes. O Comitê de Ética, que conta com dois terceirizados, não demanda apoio da secretaria da VDPI, exceto para a rotina de recebimentos dos projetos para submissão cujas folhas de rosto são assinadas na vice-direção.

Alguns números dão ideia rápida do que foi realizado. Ao longo da gestão, forneceram-se 155 cartas de endosso para agências, demandadas por diferentes projetos (62, em 2014; 43, em 2015; 50, em 2016), além de cartas de apresentação, declarações de participação, emissão de certificados, de presença em eventos/palestras/Ceensp. Processamento das autorizações de pagamento para artigos no BMC e 20 artigos na RSP. Apoio a 63 sessões do Ceensp, totalizando público de 1.251 assistentes, e confecção do relatório pertinente a esse evento, disponibilizado no portal da ENSP. A chamada anual de promoção do programa Pibic/Pibiti, por meio de redes sociais e divulgação direta aos universitários, permitiu contemplar, no período da gestão, 60 bolsistas novos e 47 bolsistas aprovados para renovação, para o Pibic, e 3 bolsas novas e 1 renovação, para o Pibiti, cujo movimento impactou a secretaria da VDPI, entre outros aspectos com a estruturação de cinco edições da Reunião Anual de Iniciação Científica (Raic), nas quais atuaram 30 bancas, além da organização de programação suplementar com 15 palestras temáticas. A partir deste ano, com a aprovação de outorga do Prêmio Adauto Araújo de Iniciação Científica, cabe à organização da Raic mais uma atividade. Finalmente, destaca-se que, no apoio à VDPI, a secretaria atuou em 36 reuniões colegiadas, resultando em fortalecimento importante das decisões colegiadas e capilarização da informação.

• Coordenação de Desenvolvimento e Monitoramento de Projetos (CDMP)

A CDMP – criada com a finalidade de formulação de procedimentos e processos de trabalho para gestão da pesquisa, centralização das atividades de acompanhamento de projetos e produtos de pesquisa, produção de indicadores, elaboração de informações para o censo da pesquisa na ENSP, revisão e certificação de linhas de pesquisa, apoio à construção de projetos e programas institucionais de pesquisa e outras ações correlatas – realizou uma série de atividades. Parte delas tornou-se rotina ajustada às necessidades e demandas institucionais, como a produção dos indicadores para Diplan e Seplan.

Nesse período, a CDMP foi responsável pela implementação e acompanhamento de programas de fomento realizados pela VDPI:

- ✓ Gestão dos 15 projetos Inova I, programa de pesquisa realizado com recursos do Tesouro ENSP, com a garantia de seu encerramento, e prestação de contas. Gestão dos 21 projetos Inova II, assegurando implementação, acompanhamento, atendimento permanente aos coordenadores na execução e

encerramento dos projetos, além de agendamento e acompanhamento crítico das devolutivas e recebimento de relatórios (em conclusão).

- ✓ Gestão dos 16 projetos Teias I, com execução da chamada para seleção de projetos de pesquisa a serem realizados no território de Manguinhos, com o objetivo de contribuir para a Estratégia de Saúde da Família (recursos da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro), conciliação de interesses com a Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR), ampliação do financeiro disponível, realização de oficinas de acompanhamento, agendamento e acompanhamento de devolutivas e prestação de contas, com participação na realização do portfólio, em parceria com a VPPLR. Gestão dos dez projetos Teias II, com a execução do processo completo, todo o acompanhamento e execução financeira do projeto, realização das oficinas, devolutiva e prestação de contas, e preparação do portfólio em andamento. Encaminhamentos para realização do Teias III (em fase de implementação).
- ✓ Apoio à formulação de projetos institucionais em resposta à emergência da tríplice epidemia (dengue, zika e chikungunya), com atuação em comitês e entre pesquisadores, promoção e participação nas reuniões deliberativas na Escola, unidades e presidência da Fiocruz, apoio a pesquisadores da ENSP de diferentes departamentos nas negociações com agências, órgãos públicos e outros atores, e contribuição para a pactuação interna referente à integração das equipes de diferentes origens etc.
- ✓ Programa de pesquisas na ENSP 2016-2018, que teve chamada por edital e inscrição de 40 projetos, contemplando separadamente jovens pesquisadores e sêniores, como forma de promover maior inclusão nesse processo de seleção para financiamento por recursos do Tesouro. Os resultados encontram-se em vias de divulgação.

Como parte das rotinas da CDMP, realizaram-se, ainda, o acompanhamento e a certificação dos grupos de pesquisa da ENSP e o cadastramento de novos grupos em fluxo contínuo. Dessa ação, resultaram o aumento do número de grupos da ENSP, o estímulo a pesquisadores no cadastramento (com redução de 17% quanto ao absenteísmo), a elaboração de relatório detalhado sobre grupos, qualidades e desafios, e a atualização das linhas de pesquisa, em consonância com as linhas da Fiocruz, incentivando a revisão nos programas de pós-graduação.

São rotinas da VDPI: extração anual automatizada da produção científica e tecnológica, a partir dos dados atualizados na Plataforma Lattes; discussão, definição e produção de indicadores intermediários da ENSP no campo pesquisa; e produção de dados para os indicadores globais de produtividade em pesquisa da Fiocruz, em trabalho integrado com a Diplan e a Seplan. Apesar das dificuldades decorrentes do contínuo processamento manual dos muitos dados produzidos, pela falta de sistemas que permitam depositar e alimentar regularmente as informações sobre a pesquisa, os relatórios anuais de gestão apresentam os números principais, explicados devidamente a partir de critérios e fórmulas. É possível estimar cerca de 80% de doutores entre os servidores em atividade de pesquisa na ENSP, o que significa alto índice de qualificação. Desse total mencionado, cerca de 66% ocupam o cargo de pesquisador, pois a Escola conta com proporção elevada de tecnologistas em atividade de pesquisa. Também desse total mencionado, 60% são mulheres e apenas 3% são cedidos, o que mostra o vigor dos quadros próprios à Escola. Como dado preocupante, em especial neste momento em

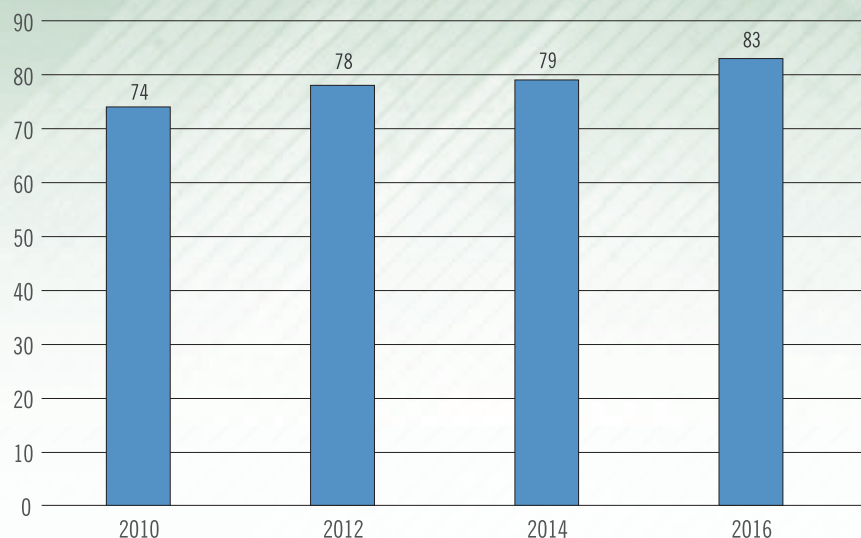
que se observa crescimento acelerado dos processos de aposentadoria, 80% dos pesquisadores têm mais de 50 anos, e 30%, mais de 60 anos. Isso assinala a importância de se instituírem políticas de reposição ou redirecionamento de força de trabalho, investimento nos pesquisadores jovens e revisão de metas de produção. Também é importante revisar o critério de retirada dos servidores aposentados dos indicadores de produção, atualizando, como é feito pela Capes, essa possibilidade de vinculação específica.

As expressivas diferenças entre os departamentos da ENSP, em relação à participação na atividade de pesquisa, chamam atenção para a necessidade de fazer a gestão com vistas à diversidade de uma escola plural e que atende a diferentes missões, sem hierarquizá-las. Ao se aferir a proporção anual de pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq, constata-se que a ENSP vem se mantendo na média nacional, com cerca de 10% de seus pesquisadores contemplados nessa categoria. Por meio de levantamento da produção científica da ENSP, a CDMP confirmou publicação, ao longo dos últimos anos, em mais de 420 diferentes periódicos, com concentração em periódicos da área nacionais, mas com parte expressiva da produção em inglês. A respeito disso, alguns números merecem ser mencionados. Estão indexados 97% dos periódicos (SciELO, Lilacs, PubMed, Scopus e outros). Em 2014, a ENSP havia publicado 75% dos artigos em revistas A1, A2, B1 e B2. Entretanto, as tão polêmicas reclassificações dos periódicos Qualis penalizaram a Escola severamente, com a redução para menos de 60% de sua produção nos mesmos Qualis em 2015, tema debatido na ENSP e com repercussões na Capes. Nesse aspecto, parte do esforço de levantamento de dados pela VDPI dialoga permanentemente com a VDE, reforçando o compromisso de integração institucional.

Com uma produção variável, mas relativamente estável nos últimos anos, confirma-se que a ENSP tem em torno de 360 a 460 artigos publicados anualmente por seus pesquisadores, mas também tem produção relativamente mais alta, em torno de 80 a 100 obras, do que outras instituições, na forma de livros e capítulos de livros, uma característica da Escola. O levantamento dos grupos de pesquisa mostra tendência a grupos grandes, com grande proporção de colaboração externa e diversidade de linhas de pesquisa. Isso não se expressa plenamente nas linhas da Escola, o que reforça a urgência de que sejam revistas.

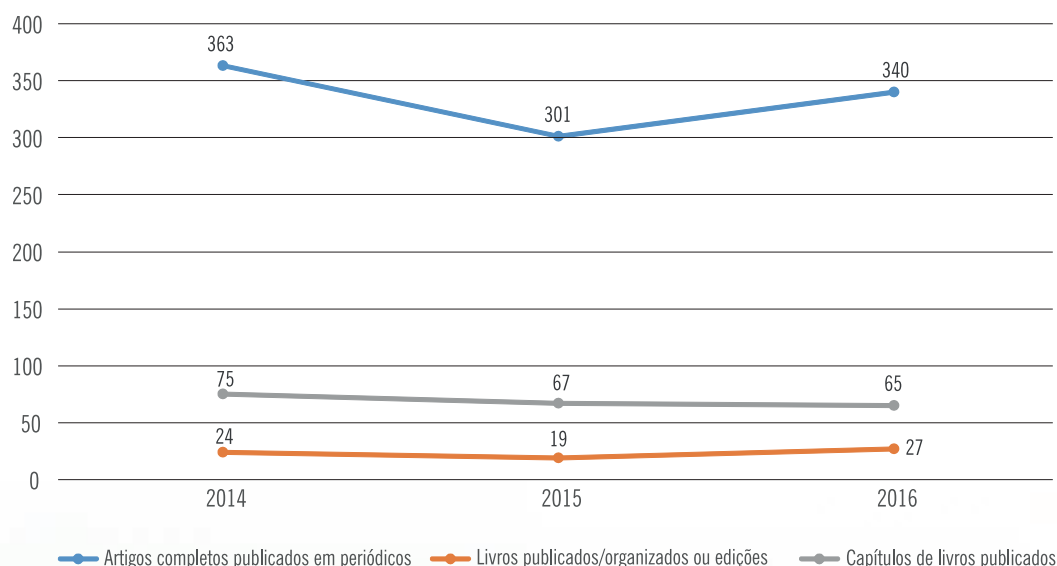
Observa-se relativa estabilidade na ENSP em termos de produtores e produção de pesquisa, apesar do risco representado, na instituição, pelo perfil demográfico e pela tendência à aposentadoria. Entretanto, as mudanças de critério para estimativa dos indicadores, além da subnotificação importante decorrente das extrações de dados no início de janeiro, quando muito da produção não está publicada ou confirmada nos currículos, têm levado à subestimativas na produção da unidade. Outro fator é a subnotificação no sistema Sage, que ainda persiste. Esses problemas, levantados pela VDPI na Seplan e na Diplan, encontram-se em discussão.

Gráfico 4 – Grupos de pesquisa certificados (2010-2016)



Fonte: VDPI/ENSP.

Gráfico 5 – Produção de artigos, livros e capítulos de livros (2014-2016)



Fonte: VDPI/ENSP.

Nota: Número de pesquisadores: 294 (2014), 272 (2015) e 245 (2016).

Período de extração: janeiro do ano subsequente ao período mencionado.

A realização continuada de monitoramento e aprofundamento dos esforços para retratar a ENSP no aspecto pesquisa foi acrescida de estudo-piloto dos projetos de pesquisa e sua distribuição por três das bases de informação mais acessíveis na Escola: Lattes, o sistema Sage e o cadastro do Caap, antigo escritório de projetos.

Finalmente, ocorreram dois outros esforços para identificar diferentes aspectos da pesquisa na ENSP: o trabalho de uma comissão formada no Colegiado de Pesquisa para conhecer os tipos de projeto de pesquisa da Escola (por meio de levantamento de projetos cadastrados em 2015); e a dissertação de mestrado sobre o Pibic/ENSP, realizada no programa da ESPJV, com apoio da VDPI. No primeiro trabalho mencionado, evidenciou-se pouca correspondência entre o cadastramento dos projetos nos currículos Lattes, no Sage e no Caap, e a escassez de

informação registrada sobre eles, o que dificulta sobremaneira sua análise, classificação, identificação de linhas de pesquisa, produtos e resultados esperados e, por conseguinte, planejamento de prioridades institucionais, por exemplo. No segundo, constatou-se, exceções à parte, proporção menor do que o esperado de egressos do Pibic em programas de mestrado e doutorado, principalmente na Escola. Esses e outros dados apontam para áreas nas quais a gestão da pesquisa na ENSP deverá se debruçar, buscando aumentar a relação custo-benefício dos investimentos efetuados.

- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)

O NIT, apesar do afastamento da analista responsável para realizar doutorado fora do país, teve crescimento efetivo de sua atuação ao longo da gestão, assegurado pela substituição de seu quadro com remanejamento interno de servidora e com colaboração temporária de um bolsista CNPq, graduado e mestre na área tecnológica, além de ter especialização na área de inovação.

Como parte de suas funções, o NIT realizou: atividade de estímulo à inovação; orientações e intervenções em casos de proteção de propriedade intelectual; orientações para licenciamento das criações e acesso/uso da informação tecnológica como ferramenta de inovação; assessoria aos pesquisadores e alunos sobre temas correlatos ao sistema Gestec-NIT; prospecção de projetos e produtos tecnológicos; apoio ao Colegiado de Pesquisas, ao Naac e a comitês diversos; atuação no processo de proteção de criações intelectuais e de formalização das pesquisas colaborativas, em contínua articulação com os demais NITs da Fiocruz; treinamento oferecido pelo sistema Gestec para prospecção tecnológica; e levantamento de projetos para o portfólio da Fiocruz.

No âmbito da qualidade, atua como responsável pela distribuição e controle dos livros verde e bordô, finalmente implementados como rotina em parte significativa dos laboratórios da ENSP, nos quais já se alocaram mais de 100 livros. Com o início de sua atuação nos estudos de viabilidade técnica e econômica de produtos tecnológicos, em desenvolvimento desde 2015, o NIT tornou-se, durante a presente gestão, instância reconhecida e atuante pelo seu papel, ajudando a valorizar produtos tecnológicos e incentivando pesquisadores com essa vocação a buscarem, por meio deste setor da VDPI, apoio para suas realizações. O crescimento em números das participações do NIT na Escola consta deste relatório de gestão.

- Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (Naac)

Embora não esteja no organograma, mas formalmente ligado à VDPI, o Naac é uma comissão formada por representantes de diferentes setores, conforme ditado pela Presidência. Dedicado a organizar e executar a política de acesso aberto na Escola, o Naac passou a reunir-se regularmente, sob a coordenação da VDPI, com os seguintes objetivos: instrumentalizar sua equipe a partir de discussões colegiadas, com a presença, quando necessário, de convidados externos; estabelecer processo de trabalho para adequar, com segurança jurídica, a disponibilização de teses, dissertações e outros materiais existentes no Repositório ENSP (mais de 700 documentos) e no Arca, o repositório institucional da Fiocruz; trabalhar para solucionar necessária interoperabilidade (Drupal para DSpace) entre o Repositório ENSP e o Arca; estabelecer fluxos de procedimentos internos da rede que operacionaliza o encaminhamento de materiais para acesso aberto; entre outros. A partir de reuniões mensais críticas e avaliativas, o Naac já conduziu todos os artigos do Repositório ENSP para o Arca e mantém a rotina de encaminhamento dos produtos acadêmicos. Agora, está pronto para iniciar busca ativa da produção científica dos pesquisadores da ENSP para acesso aberto.

• Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ENSP)

O CEP, apesar de administrativamente vinculado à VDPI, atua em total autonomia e é apoiado totalmente pela Direção. Tendo ajustado sua produção e avançado cada vez mais em processos de trabalho adequados à legislação vigente, o CEP conta com página própria e seus dados, também inseridos nos relatórios anuais de gestão, são relevantes: 72 reuniões realizadas (44 ordinárias e 28 extraordinárias), 1.640 pareceres consubstanciados emitidos, com um crescimento anual de produção, acompanhando a demanda da Escola, participação em atividades do ensino, eventos, comissões, discussões temáticas e dos processos de seleção e apoio a projetos de pesquisa.

Últimas reflexões sobre a gestão

Concluído este ciclo de gestão, apontam-se algumas reflexões sobre o que foi efetivamente conseguido.

O primeiro desafio – produção de informações sobre projetos, produtores e produtos –, embora muito ainda deva ser aprimorado, teve resposta. A carência de um sistema que permita alimentação contínua e processamento de dados é óbvia, ainda que parte da extração dos dados precise ser feita de maneira quase artesanal. Conhecer a dispersão e diversidade da produção da ENSP, por sua vez, reforçou a necessidade de centrar a extração das informações a partir da Plataforma Lattes, uma vez que ela ainda é a base mais utilizada pelos servidores em atividade de pesquisa da Escola. Cabe manter o incentivo para que o preenchimento dessa base seja cada vez mais completo e atualizado. Até que a cultura institucional e os constrangimentos internos e externos forcem migração para outra base mais acessível e funcional, que atenda a todos, dificilmente se encontrará substituição para essa fonte, como atestado por vários colegas que acompanharam, ao longo da gestão, os esforços da VDPI na produção da informação.

Em relação ao provimento de recursos, manteve-se o compromisso, apesar dos tempos difíceis, em que foram necessárias algumas escolhas de prioridade. Cabe lembrar que, ao descentralizar recursos para uso livre dos departamentos, em 2016, a VDDIG também apoiou ações de produção científica, na forma de participação em eventos, publicações e outras de livre escolha dos departamentos, contribuindo para a cultura solidária no uso dos recursos cada vez mais escassos da Escola.

O esforço da equipe da VDPI para dar resposta a demandas individuais e institucionais, relacionadas ao controle externo, também se caracterizou no atendimento dispensado a alunos, pesquisadores e gestores. Ainda que tenha ocorrido acréscimo de uma servidora, o crescimento da equipe da VDPI poderá ser necessário para atender à intensificação das rotinas de trabalho e aumento das demandas.

O aumento de capacitação e a resposta do NIT, cada vez mais procurado pelos pesquisadores na ENSP, e atuação em diferentes interfaces e campos, desde a contratação de projetos até a área de acesso aberto, também preveem seu necessário crescimento. Para além de toda sua atuação estratégica na prospecção de produtos, o NIT deu resposta clara e demonstrou seu potencial na VDPI. Apesar de aguardar o retorno da servidora afastada para qualificação, o NIT hoje não prescinde de reforço, tendo-se tornado setor visível na ENSP, identificado por diversos pesquisadores como reforço à pesquisa, mesmo fora do estrito âmbito do desenvolvimento tecnológico. O acompanhamento dos projetos Inova, por sua vez, fez investimento no sentido de destacar os produtos tecnológicos e com potencial de inovação decorrentes do programa. Alguns resultados, como a inclusão de dois dos seus produtos entre os destaques de 2016 para o relatório Sucupira,

além de um modelo aperfeiçoado de equipamento submetido à consulta para patente, apontam caminho ainda longo, mas que se volta a percorrer.

Olhar para o resultado de dez anos de investimento na iniciação científica e tecnológica e refletir sobre os resultados desse investimento são ações que devem ser aproveitadas para incentivar novos e diferentes investimentos no Pibic. Uma instituição sem graduação e que conta com essa formação prévia para ter futuros alunos especialmente qualificados para seus programas deverá debruçar-se sobre o problema, aliás perceptível também nas estatísticas do CNPq quando se comparam os desempenhos semelhantes da Fiocruz com o de outras instituições científicas e tecnológicas e universidades do país.

Ao compartilhar com a VDDIG e a VDAL os esforços para incentivar a qualidade em pesquisa na ENSP, a VDPI pode ir além do limite mais conservador da qualidade ligada à ética, questão que, desde a criação do CEP há 20 anos, vem sendo trabalhada na Escola. Há muito que avançar nesse campo, em alinhamento com a Vice-Presidência de Gestão e a Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fiocruz, num trabalho, desde 2016, para retomar intensamente essa preocupação. Deve-se seguir, cada vez melhor, essa rota bem traçada de cultura institucional de pesquisa.

Os esforços para que a pesquisa também fosse realizada a partir de questões específicas da Estratégia Saúde da Família no território, retornando, na medida do possível, na forma de sugestões e mudanças no serviço, permitiram dois ciclos de grande interação com gestores dentro e fora da ENSP. A discussão de processos de trabalho com quem faz e decide nos serviços comprovou, nas oficinas, o impacto dessas pesquisas. Adicionalmente, o reconhecimento do potencial de produção científica qualificada nesses projetos apontou para a necessidade de investimentos além do fomento. A hierarquização das pesquisas na ENSP não favorece o desenvolvimento desse exercício, e, assim, deve-se continuar a trabalhar em rede, avaliar a qualidade e a importância de tais projetos e dar continuidade ao apoio internacional por meio de instituições como a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Montreal.

Ainda no âmbito da pesquisa em serviço, os exercícios de translação também avançaram, mas devem ser continuados e estendidos. Como resultados positivos dos projetos Teias, obtiveram-se seguramente incremento de conhecimentos sobre os problemas de saúde e atenção básica no território de Manguinhos, pesquisas e execução de produtos de interesse local, empoderamento dos serviços básicos de saúde na região e reforço à ESF, introdução de conteúdos relevantes na formação de profissionais de saúde que atuam na atenção básica dentro e fora do território, e melhorias em programas específicos de atendimento desenvolvidos no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria e na Clínica de Família Victor Valla.

O trabalho de divulgação permanente de informações e relatórios de gestão manteve, todo este tempo, as informações acessíveis à comunidade dentro e fora da Escola. Os esforços para efetivar uma política segura de acesso aberto, alinhada com os propósitos da Fiocruz, asseguram posição pelo amplo acesso ao conhecimento, respeitados os cuidados contratuais, de propriedade intelectual e outros que fazem pressão para além do ideal, em tempos definitivamente judicializados.

Finalmente, os esforços para atuar integradamente estiveram presentes em todas as ações da VDPI nesta gestão. Um cenário reservado aparece como desafio ainda maior para o futuro imediato, e já se começa

a sentir seus efeitos: desfinanciamento, degradação das condições materiais de trabalho, esvaziamento de quadros, redução de pessoal em áreas-meio, mudança de prioridades e políticas públicas, aumento de custos na produção científica e na publicação, entre outros. A resposta a essa condição exigirá capacidade de atuar para além de um momento político, na valorização da diversidade, na solidariedade, na integração, na capacidade não predatória de partilhas, na agilidade e na capacidade de manter fluxo ágil da informação e do diálogo para tomada de decisão, de modo a permanecer firmemente capaz de cumprir os compromissos com o projeto institucional da ENSP com a Fiocruz e com o SUS.



Rosa Maria Pinheiro Souza, vice-diretora de Escola de Governo em Saúde, no Encontro Nacional da RedEscola

Vice-Direção de Escola de Governo em Saúde (VDEGS)

É o espaço de coordenação da política institucional de relações externas e cooperação (nacionais e internacionais), reforçando a atuação da ENSP como uma escola nacional, do Estado brasileiro, com reconhecimento e protagonismo dentro e fora do país.

Nos últimos anos, a VDEGS passou por profunda reestruturação de suas atribuições e competências, como resultado do novo Regimento Interno da Escola. Seu princípio e seus valores são:

- ✓ papel estratégico como uma escola de governo;
- ✓ papel crítico como instituição protagonista na produção do conhecimento em saúde;
- ✓ papel articulador e cooperativo como referência nacional e internacional na formação em saúde.

Para a VDEGS, pesquisadores e grupos de pesquisa devem ter garantida sua autonomia em realizar projetos de cooperação com parceiros externos. Desse modo, é necessário garantir sintonia desses projetos com a política de relações institucionais e internacionais. Para tanto, tem investido na busca de agilidade em relação aos processos internos, baseada nas seguintes premissas:

- ✓ apreciação e corresponsabilização dos departamentos;
- ✓ apreciação pelos órgãos colegiados pertinentes;
- ✓ apoio ao processo de elaboração e tramitação de projetos de cooperação.

A otimização das estratégias de comunicação (intra e interinstitucional) e o acesso à informação como princípios básicos para a boa condução de projetos de cooperação se destacam mediante a transparência e o engajamento intra e interinstitucional.

Nessa perspectiva, a articulação em redes é, para a VDEGS, princípio de uma política de relações institucionais e internacionais, que vem se consolidando nos últimos anos. Essa política evidencia a função

da ENSP nas redes nacionais e internacionais, a formação/indução de rede, alianças e parcerias e o papel estratégico das redes para a produção acadêmica, para a qualidade dos serviços e para a construção e condução de grandes programas de formação.

A prioridade à cooperação estruturante em saúde, mediante o apoio ao desenvolvimento de serviços, programas e sistemas de saúde e o fortalecimento de capacidades formativas e investigativas no Brasil e na América Latina, tem se fortalecido, nos últimos anos, pelas seguintes ações:

- ✓ internacionalização como princípio de aperfeiçoamento contínuo das capacidades formativas e investigativas da ENSP, com ênfase no intercâmbio de experiências docentes e discentes e no diálogo permanente com outras instituições formadoras;
- ✓ fortalecimento de uma política de relações institucionais e de cooperação na ENSP, tendo, como ideias-força, a articulação em redes e a cooperação estruturante;
- ✓ apoio ao desenvolvimento de projetos estratégicos para o fortalecimento de serviços, programas e sistemas de saúde

Cooperação internacional

O ano 2016 marcou a continuação da política de relações institucionais da ENSP no âmbito internacional, com ênfase na colaboração bi e multilateral com outras escolas e centros formadores em saúde pública da América Latina, bem como instituições de referência nos Estados Unidos e na Europa.

Como estratégia para o fortalecimento da atuação da Escola com outras instituições formadoras e instâncias de governo da América Latina, deu-se sequência ao cumprimento do Plano de Trabalho 2015-2016 da Rede de Escolas de Saúde Pública da União de Nações Sul-Americanas (Resp/Unasul), na qual a ENSP ocupa, desde sua criação, a secretaria executiva.

Algumas ações de destaque realizadas pela Resp foram:

- ✓ Realização de seminário virtual com o tema “Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e saúde das redes estruturantes da Unasul”, realizado em parceria com a Rede de Escolas Técnicas em Saúde (Rets) e a Rede de Institutos Nacionais de Saúde (Rins).
- ✓ Presença da secretaria executiva da Resp no congresso da Alames, por meio da apresentação do mapeamento da formação em saúde pública na América do Sul e da participação nas mesas-redondas: “A formação dos trabalhadores técnicos em saúde na região das Américas” e “A cooperação em saúde e a experiência das redes de formação e desenvolvimento de recursos humanos em saúde”.
- ✓ Realização da IV Reunião Ordinária Resp, no Peru, em que ocorreram o acompanhamento do plano de trabalho e a discussão sobre as tecnologias educacionais e a formação em saúde pública: desafios e oportunidades na região da Unasul. Na reunião, a ENSP foi reconduzida ao cargo de secretária executiva da Rede para o biênio 2017-2018.
- ✓ A ENSP, por meio da secretaria executiva da Resp, apoiou a estruturação da Rede de Formação em Saúde Pública, na Colômbia, ao lado do Ministério da Saúde e Proteção Social colombiano e do Instituto Nacional de Saúde da Colômbia (INS). Destacou-se o papel das redes estruturantes

como estratégia de organização de projetos de escola de governo em saúde. O apontamento para a necessidade da constituição dessa rede surgiu durante a terceira reunião da Resp, realizada em Santiago do Chile, em 2014, quando se salientou que a constituição de redes nacionais nos países integrantes da Unasul representa importante estratégia para a consolidação da Resp.

Dessa forma, foi possível utilizar os fóruns oficiais do bloco como espaços estratégicos para fortalecimento de alianças e organização de ações para solidificação, na região, das capacidades formativas dessas instituições formadoras, assim como para aproximação destas em torno de ações conjuntas de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, numa lógica menos hierarquizada e mais solidária de cooperação estruturante, própria do modelo Sul-Sul de relações internacionais.

Para cooperação com instituições formadoras dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, como França, Portugal, Reino Unido, Alemanha e República Tcheca, seguiu-se a estratégia de organização de missões institucionais de prospecção e de construção de agenda de trabalho, ampliando o escopo de oportunidades para o intercâmbio de conhecimento e de experiências entre pesquisadores e alunos da ENSP e de diversas instituições de referência para o ensino e a pesquisa em saúde pública nesses países. Tal esforço possibilitou a identificação de projetos de interesse comum e oportunidades de financiamento para iniciativas de ensino e pesquisa colaborativas. Desse modo, mostrou ser uma estratégia viável e recomendável para consolidação de uma política de cooperação internacional com países desenvolvidos que ultrapasse a relação individual/pessoal entre pesquisadores e grupos de pesquisa da Escola com contrapartes americanas e europeias.

Destacam-se algumas iniciativas no âmbito dessas cooperações:

- ✓ Realização do curso Segurança do Paciente, realizado em cooperação com a Universidade Nova de Lisboa (Portugal).
- ✓ Projetos de cooperação com a Escola de Altos Estudos em Saúde Pública da França (EHESP/ Sorbonne, Paris). Entre os temas destacados estão: estudos sobre sistemas de saúde comparados Brasil-França; projetos de desenvolvimento na área da gestão hospitalar relacionada à saúde materno-infantil (que também envolvem o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz); apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de incorporação de tecnologias educacionais, educação a distância e acreditação pedagógica e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área da saúde ambiental e saúde do trabalhador. Dando prosseguimento a essa cooperação, a ENSP recebeu, em 2016, delegação do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Meio Ambiente e Saúde (Leres/EHESP) para discussão de temas prioritários, como treinamento profissional de doutores brasileiros na França, atividades docentes por meio do ensino a distância, pesquisas e projetos em contaminação de água e, ainda, participação do Leres/EHESP no estudo interlaboratorial.
- ✓ Parceria com a Masaryk University, da República Tcheca, para apoiar a capacitação de profissionais de laboratórios com intuito de fortalecer as capacidades analíticas da ENSP.

No ano de 2016, foi possível dar continuidade ao Programa de Estágio Internacional da ENSP, que teve sua primeira chamada lançada em 2015. Priorizaram-se alunos dos programas de residência (médica e multiprofissional) da Escola para realizar estágio em Cuba, possibilitando-lhes vivência de um dos mais importantes sistemas públicos de saúde baseados na atenção primária no mundo. Essa ação foi uma parceria entre a ENSP, a Escola Nacional de Saúde Pública de Cuba (Ensap) e o Instituto Nacional de Higiene, Epidemiología y Microbiología de Cuba (INHEM).

No processo de implementação do Programa de Estágio Internacional da ENSP, realizou-se o II Colóquio Brasil-Cuba de Formação em Saúde Pública, ocorrido na Ensap, com participação de dirigentes, professores, alunos e profissionais dos dois países. Na ocasião, também se discutiram com alunos e professores de instituições cubanas os desafios da internacionalização, bem como as peculiaridades da formação em serviços, na perspectiva de Cuba e do Brasil.

A ENSP e o INHEM assinaram, em 2016, plano de trabalho em saúde ambiental para o biênio 2017-2018. O acordo foi firmado em novembro desse ano na ENSP, com a presença do vice-diretor do INHEM. O objetivo do plano de trabalho é fortalecer a capacidade de resposta das instituições participantes na área de saúde ambiental. Para tanto, pretende desenvolver pesquisas conjuntas, divulgar, também em conjunto, evidências científicas produzidas por uma ou ambas as partes e, ainda, formar recursos humanos em nível profissional e técnicos.

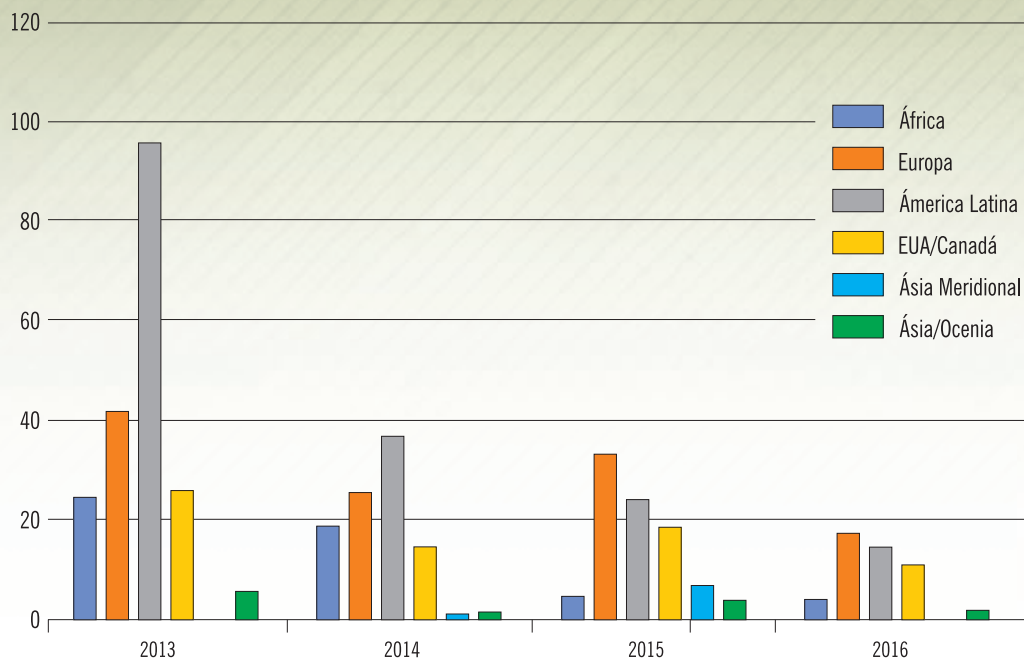
Apresentam-se, a seguir, dados referentes à cooperação internacional realizada pela ENSP.

Tabela 21 – Afastamento do país de servidores da ENSP, segundo região (2013-2016)

Ano	Região						Total
	África	Europa	América Latina	EUA/ Canadá	Ásia Meridional	Ásia/ Oceania	
2013	24	42	96	26	0	6	194
2014	19	26	37	15	1	2	100
2015	5	34	24	19	7	4	93
2016	4	18	15	11	0	2	50
Total	52	120	172	71	8	14	437

Fonte: SGT/ENSP; VDEGS.

Gráfico 6 – Afastamento do país de servidores da ENSP, segundo região (2013-2016)



Fonte: SGT/ENSP; VDEGS.

Tabela 22 – Afastamento do país de servidores da ENSP, por subunidade organizacional (2013-2016)

Ano	2013	2014	2015	2016	Total
Cesteh	10	8	13	2	33
CRPHF	3	3	1	4	11
CSEGSF	9	8	1	—	18
Daps	52	17	14	10	93
DCB	8	2	1	2	13
DCS	6	6	6	2	20
Demqs	30	8	16	2	56
Densp	19	7	4	8	38
Direção	5	11	11	5	32
DSSA	8	3	11	4	26
VDDIG	3	1	3	1	8
VDEGS	6	13	5	4	28
NAF	4	6	6	4	20
VDPI	11	2	1	0	14
Claves	1	0	0	0	1
VDE	16	5	0	0	21
VDAL	0	0	0	1	1
DIHSDC	3	0	0	1	4
Total	194	100	93	50	437

Fonte: SGT/ENSP; VDEGS.

Gráfico 7 – Afastamento do país de servidores da ENSP, por subunidade organizacional (2013-2016)

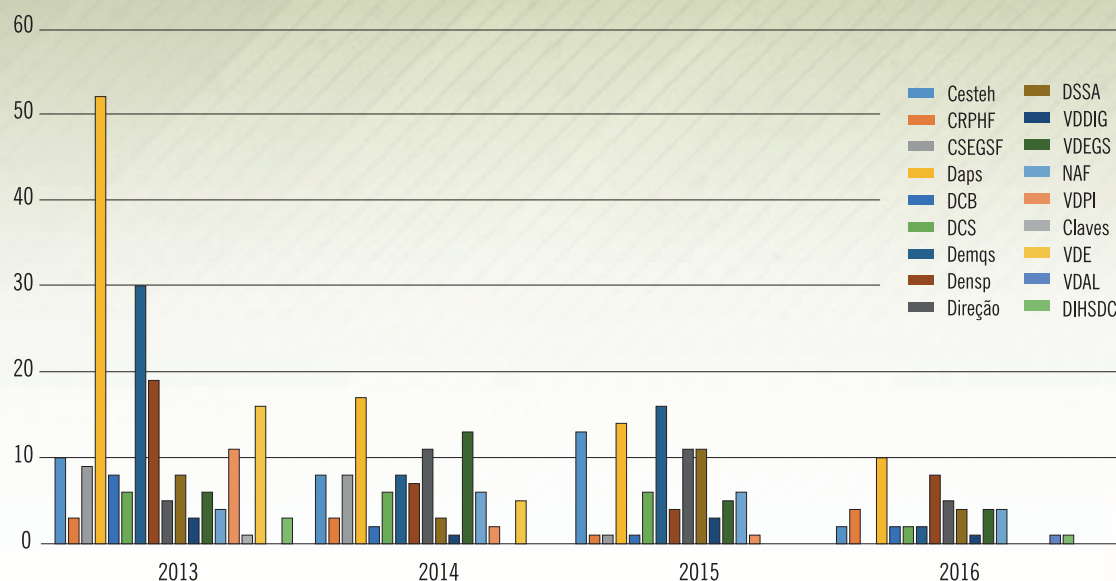


Tabela 23 – Afastamento do país de servidores da ENSP, segundo motivo da viagem (2013-2016)

Ano	Assessoria/consultoria	Atividade de projeto	Evento científico	Formação	Missão de prospecção	Missão técnica institucional	Reunião internacional	Visita	Total geral
2013	96	4	57	14	3	0	20	0	194
2014	27	5	41	3	0	3	21	0	100
2015	8	6	24	21	4	6	23	1	93
2016	0	0	25	9	0	10	6	0	50
Total	131	15	147	47	7	19	70	1	437

Fonte: SGT/ENSP; VDEGS.

Gráfico 8 – Afastamento do país de servidores da ENSP, segundo motivo da viagem (2013-2016)

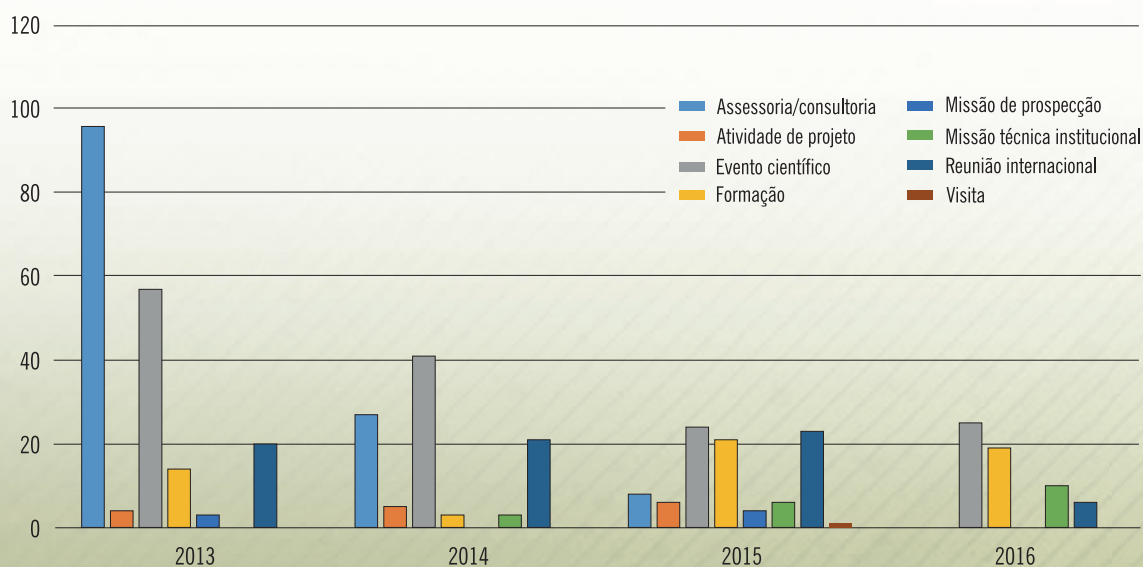
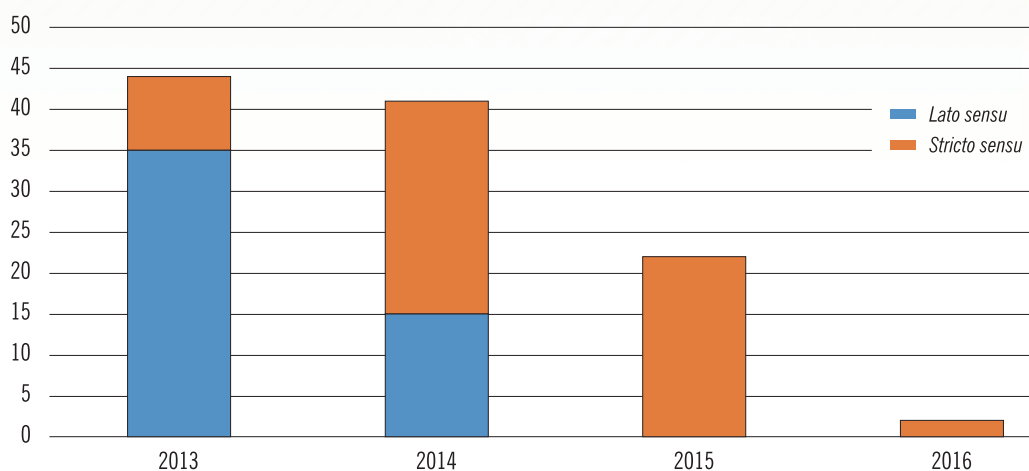


Tabela 24 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP (2013-2016)

Ano de conclusão	<i>Lato sensu</i>	<i>Stricto sensu</i>	Total
2013	35	9	44
2014	15	26	41
2015	0	22	22
2016	0	2	2
Total	50	59	109

Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Gráfico 9 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP (2013-2016)



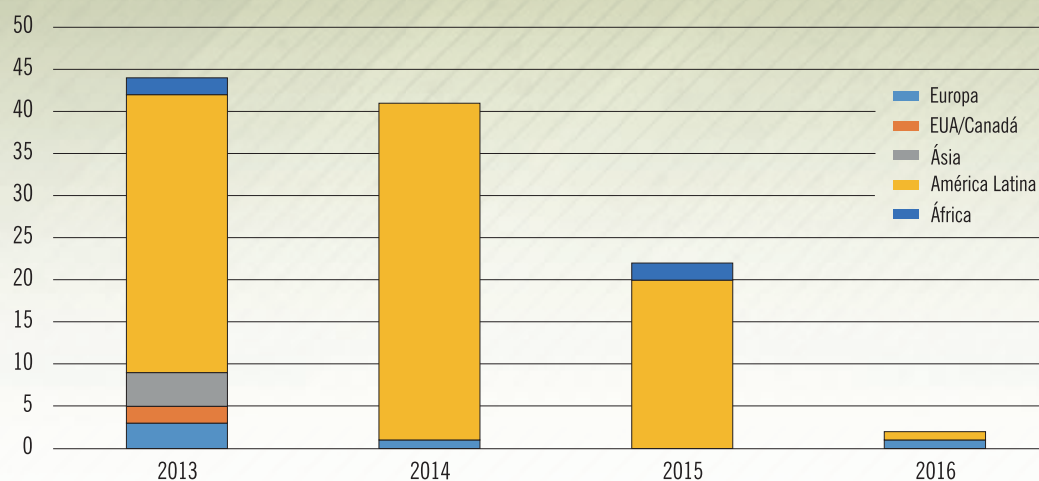
Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Tabela 25 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP, por região de origem (2013-2016)

Ano de conclusão	África	América Latina	Ásia	EUA/Canadá	Europa	Total
2013	2	33	4	2	3	44
2014	0	40	0	0	1	41
2015	2	20	0	0	0	22
2016	0	1	0	0	1	2
Total	4	94	4	2	5	109

Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Gráfico 10 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP, por região de origem (2013-2016)



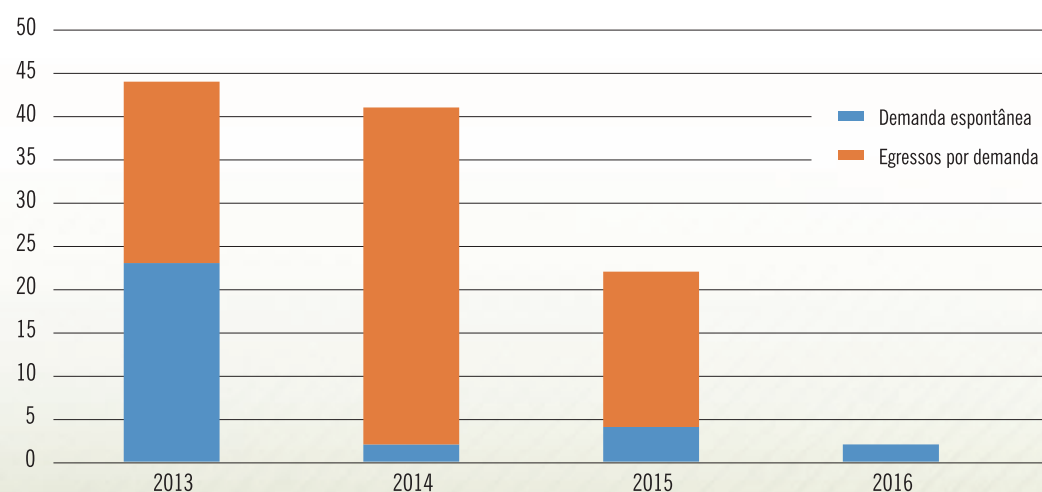
Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Tabela 26 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP, por tipo de oferta (2013-2016)

Ano de conclusão	Demanda espontânea	Egressos por demanda	Total
2013	23	21	44
2014	2	39	41
2015	4	18	22
2016	2	0	2
Total	31	78	109

Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Gráfico 11 – Egressos estrangeiros em cursos da ENSP, por tipo de oferta (2013-2016)



Fonte: Seca/ENSP; VDEGS.

Tabela 27 – Estagiários estrangeiros recebidos na ENSP, por ano (2013-2016)

Estagiários recebidos	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016	
Alunos	4	13	6	2	25

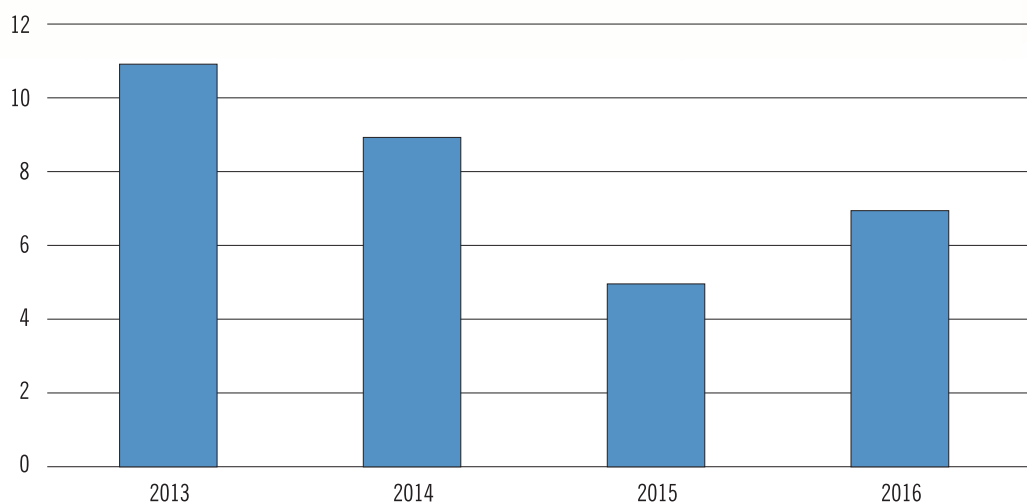
Fonte: VDEGS.

Tabela 28 – Visitas internacionais de instituições de ensino e pesquisa ou instituições governamentais à ENSP, por ano (2013-2016)

Ano	Quantidade
2013	11
2014	9
2015	5
2016	7
Total	32

Fonte: ACI/ENSP.

Gráfico 12 – Visitas internacionais de instituições de ensino e pesquisa ou instituições governamentais à ENSP, por ano (2013-2016)



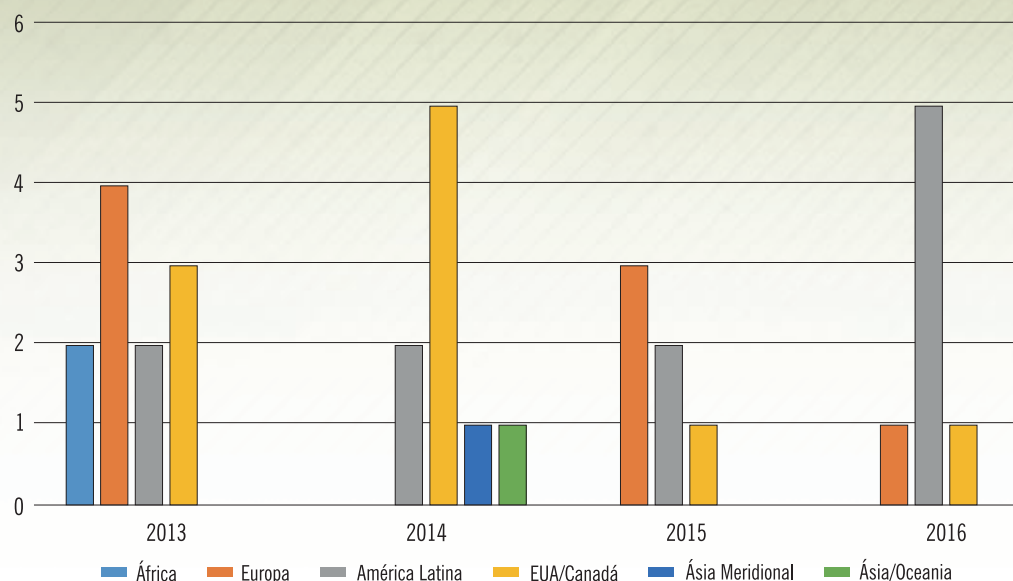
Fonte: ACI/ENSP.

Tabela 29 – Visitas internacionais de instituições de ensino e pesquisa ou instituições governamentais à ENSP, por bloco e ano (2013-2016)

Bloco	2013	2014	2015	2016
África	2	0	0	0
Europa	4	0	3	1
América Latina	2	2	2	5
EUA/Canadá	3	5	1	1
Ásia Meridional	0	1	0	0
Ásia/Oceania	0	1	0	0
Total	11	9	6	7

Fonte: ACI/ENSP.

Gráfico 13 – Visitas internacionais de instituições de ensino e pesquisa ou instituições governamentais à ENSP, por bloco e ano (2013-2016)



Fonte: ACI/ENSP.

Além dos projetos anteriormente mencionados, destacam-se, em 2016, outras iniciativas estratégicas de cooperação internacional da ENSP, como a realização de oficina de trabalho em atenção primária em saúde e a visita de delegação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador.

Com o objetivo de fortalecer as capacidades formativas em saúde nas áreas de fronteiras entre Brasil e Uruguai, a ENSP sediou, em 2016, oficina de trabalho em atenção primária em saúde, que debateu o programa de formação direcionado a gestores de saúde municipais localizados nas zonas fronteiriças dos dois países em questão. O encontro ocorreu no âmbito do acordo de cooperação internacional entre o Ministério da Saúde Pública do Uruguai e o Ministério da Saúde do Brasil.

A iniciativa visou intensificar as capacidades formativas na perspectiva da educação permanente em saúde, com vistas a melhorar a gestão, as práticas de saúde e a qualidade assistencial em âmbito local. Como resultado, elaborou-se programa inicial para formação em saúde na região de fronteira Brasil-Uruguai, constituído em quatro grandes áreas: Atenção Integral à Saúde nos Sistemas de Saúde Brasileiro e Uruguio; Gestão da Atenção Integral à Saúde; Vigilância em Saúde; e Educação e Promoção da Saúde.

Para apoiar o desenvolvimento institucional da Escola de Governo em Saúde do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador, a ENSP recebeu visita, em 2016, de delegação do referido instituto. Tratou-se de atividade de cooperação internacional com a instituição, cuja missão é tornar-se referência em pesquisa e desenvolvimento de recursos humanos em saúde para El Salvador.

Ao longo da visita, foi possível aprofundar questões sobre os modelos e estratégias desenvolvidas no âmbito de uma escola de governo em saúde; conhecer a experiência desenvolvida pela Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública; compreender o processo de organização de projetos educacionais na modalidade da educação a distância; e conhecer o processo de configuração e ferramentas disponíveis na plataforma Moodle (plataforma de aprendizado utilizada no ensino a distância) para fortalecer as iniciativas formativas já desenvolvidas pela Escola de Governo de El Salvador.

Cooperação nacional

A Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) é um espaço de diálogo permanente entre instituições de ensino de saúde no Brasil, favoráveis à construção de consensos em torno de uma educação permanente, que valorize a transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho e que fortaleça o controle social. A Rede é comprometida com uma cultura de cooperação, favorecendo a construção compartilhada, a circulação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências no interior do Sistema Único de Saúde (SUS).

A mobilização da RedEscola é responsabilidade da secretaria técnica executiva, sediada na ENSP/Fiocruz, do grupo de condução, composto de representantes de dez escolas que se reúnem a cada três meses, e de um conselho consultivo, que envolve órgãos ligados ao Ministério da Saúde. Esse corpo técnico se propõe a impulsionar os processos diretivos da Rede, acompanhando sua evolução e sugerindo programas de renovação.

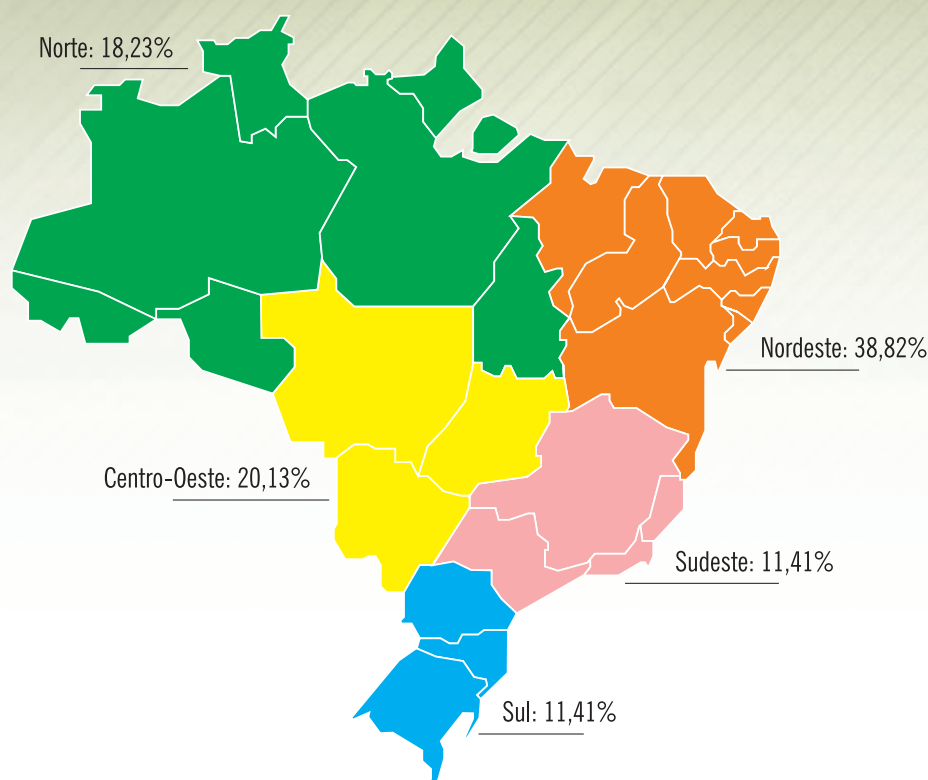
Figura 1 – Estrutura de governança da RedEscola



Fonte: Elaboração própria; RedEscola.

Integram a rede 49 instituições de ensino de saúde no Brasil, que têm a missão de articular e fortalecer seus membros mediante estratégias para o desenvolvimento de políticas e ações em educação na saúde. Visa, portanto, à produção do conhecimento e à qualificação da força de trabalho no SUS, de acordo com os princípios e pressupostos da Política Nacional da Educação Permanente em Saúde. Integra a RedEscola, como membro honorário, desde 2015, a Escuela de Salud Pública Dr. Salvador Allende, da Universidade do Chile.

Figura 2 – Instituições públicas integrantes da RedEscola, por região



Fonte: Secretaria executiva da RedEscola.

Nos últimos anos, observam-se o amadurecimento e a robustez da RedEscola, evidenciados por meio de ações e projetos que favoreceram o protagonismo das escolas-membro na concepção, no desenvolvimento e na implementação de um conjunto de projetos estratégicos e ações estruturantes, apresentados a seguir.

Projeto “A acreditação pedagógica dos cursos *lato sensu* em saúde pública e a formação em saúde pública”

O projeto apresenta dois componentes: acreditação pedagógica e formação em saúde pública, discriminados a seguir.

• Acreditação pedagógica

Seu objetivo é melhorar a qualidade da oferta dos cursos *lato sensu* da área da saúde pública no Brasil, contribuindo para que as práticas profissionais e de organização do trabalho nas instituições de saúde estejam alinhadas com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e comprometidas com práticas que representem renovação da oferta de serviços de saúde e da organização do SUS no território.

A meta do projeto é realizar 14 oficinas de mobilização e acreditar 5 cursos nas escolas de saúde pública que compõem a RedEscola. Em 2016, realizaram-se as seguintes ações:

- ✓ 8 oficinas de mobilização;
- ✓ experimentação da acreditação pedagógica: curso de especialização em Vigilância Sanitária (Escola de Saúde Pública do Estado de Ceará – ESP/CE);
- ✓ criação da Agência de Acreditação Pedagógica (AAP);

- ✓ formação de 15 acreditadores e avaliadores externos;
- ✓ realização de duas visitas de avaliação externa (Escolas de Saúde Pública dos Estados do Paraná e de Minas Gerais) e de oficina de validação – plano de melhoria da qualidade – curso de especialização em Vigilância Sanitária (ESP/CE);
- ✓ avaliação do Comitê de Experts de Acreditação Pedagógica/Abrasco;
- ✓ acreditação pedagógica de três cursos de especialização em Vigilância Sanitária (ESP/CE), em Saúde Pública (ESP/MG) e em Formação de Gestores para o SUS (ESP/PR).

• Formação em saúde pública

O segundo componente do projeto é coordenado pela RedEscola, por meio de termo de cooperação firmado entre a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) e a ENSP.

O objetivo é promover a oferta de especialização em saúde pública no Brasil, contribuindo para que as práticas e a organização do trabalho em saúde estejam alinhadas com os princípios e as diretrizes do SUS. Sua proposta central é o comprometimento e protagonismo dos alunos/trabalhadores com a realidade e a necessidade do sistema de saúde, no qual está inserido, na perspectiva do território como espaço das intervenções sanitárias e sociais.

O projeto busca também prover as escolas de condições para desenvolver novo ciclo de formação de sanitaristas no Brasil, conferindo qualidade, atualidade e regularidade na estruturação da oferta educativa, fortalecendo as políticas de saúde e respeitando a diversidade.

A meta é ofertar o curso de especialização em Saúde Pública em dez escolas de saúde pública em dez estados, distribuídos nas cinco regiões brasileiras, assegurando que cada escola ofereça o curso para 30 alunos por ano, em duas ofertas consecutivas. Desse modo, ao término do projeto, serão 600 sanitaristas formados na modalidade presencial, conforme a tabela seguinte.

Tabela 30 – Vagas do curso de especialização em Saúde Pública ofertadas por ano

	(1ª oferta)	(2ª oferta)
Nº de escolas	10	10
Total de alunos formados	300	300

Fonte: Secretaria executiva da RedEscola.

Coletivamente construída, a concepção do curso contou com a participação ativa da ENSP, dos coordenadores das dez instituições de ensino selecionadas, além do grupo de condução da RedEscola, que estabeleceram conjuntamente diretrizes, como os princípios e pressupostos do projeto político-pedagógico da formação, seus objetivos, além do perfil do egresso.

Em 2015, realizaram-se três oficinas presenciais e, em 30 de junho de 2016, um encontro virtual. Também se criou comunidade virtual na plataforma Moodle, em parceria com a CDEAD/ENSP/Fiocruz, para compartilhamento de documentos e ideias. Dentro do objetivo de prover as escolas de condições para oferecer um novo ciclo de formação de sanitaristas, disponibilizaram-se 27 títulos de obras referentes ao campo da saúde pública para cada instituição.

As instituições formadoras envolvidas foram responsáveis pela construção do processo de seleção dos seus alunos. O primeiro curso iniciou-se, em abril de 2016, na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Até o mês de novembro desse ano, as outras nove escolas inauguraram seus cursos.

As dez escolas participantes receberam o total de 2.861 inscrições e matricularam 403 alunos. A tabela seguinte discrimina o número de alunos inscritos e de alunos matriculados por escola.

Tabela 31 – Alunos inscritos e matriculados no curso de especialização em Saúde Pública, por escola

Escola	Inscritos	Matriculados
Escola de Saúde Pública do Paraná	169	32
Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal do Acre	305	34
Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul	180	36
Escola de Saúde Pública da Bahia	1.066	42
Escola de Saúde Pública de Mato Grosso	84	30
Escola de Saúde Pública de Pernambuco	177	82
Escola de Saúde Pública de Goiás	35	35
Escola de Saúde Pública do Ceará	688	30
Escola de Saúde Pública do Tocantins	48	47
Escola de Saúde Pública de Minas Gerais	170	35
Total	2.861	403

Fonte: Secretaria executiva da RedEscola.

A Escola de Saúde Pública de Pernambuco implementou dois cursos no mesmo ano, interiorizando a formação. O cronograma das demais escolas prevê abertura da segunda turma no decorrer de 2017, conforme previsto pelo projeto.

Qualidade na Assistência à Saúde com Inclusão – Em busca de um agir comunicativo para melhoria da gestão

Dentro do escopo desse projeto, o lançamento da mostra Saúde é meu Lugar ocorreu em 24 de novembro de 2016, durante o Encontro Nacional da RedEscola. O projeto reúne experiências de trabalhadores da saúde com atuação nos territórios de todo o país – agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de combate a endemias (ACE), agentes sociais (Consultório na Rua), agentes comunitários indígenas de saúde (Acis), gerentes das unidades de saúde, enfermeiros, médicos, odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas, técnicos em enfermagem e técnicos em saúde bucal –, além dos profissionais que atuam na administração, nos serviços de limpeza e conservação, no atendimento, na segurança etc. Espera-se que os trabalhadores enviem sua experiência cotidiana na atenção à saúde, compartilhando-a.

Preveem-se cinco oficinas de mobilização nas escolas de saúde pública, da RedEscola, contemplando a distribuição regional.

Pesquisa Educação Permanente em Saúde (EPS)

Fruto de parceria com o CNPq, a pesquisa “A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: análise dos fatores condicionantes à sua implementação em diálogo com as experiências das escolas de saúde pública” mostrou-se uma oportunidade estratégica para subsidiar componentes teórico-metodológicos que contribuíssem na discussão política e conceitual da sua práxis nas escolas, no cotidiano das ações e serviços de saúde, qualificando, da mesma forma, a discussão da educação permanente em saúde no âmbito da RedEscola.

O projeto envolveu nove escolas da RedEscola, distribuídas nas cinco regiões do país, e teve três etapas. A primeira etapa propôs extensa revisão bibliográfica sobre o tema da EPS. A segunda dedicou-se ao trabalho de campo, com a realização de oficinas em cinco escolas de saúde pública. Participaram do projeto as seguintes escolas:

- ✓ Escola de Saúde Pública do Paraná;
- ✓ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais;
- ✓ Escola de Saúde Pública de Goiás;
- ✓ Escola Tocantinense do SUS;
- ✓ Escola de Saúde Pública de Pernambuco;
- ✓ Escola de Saúde Pública do Município de Aparecida de Goiânia;
- ✓ Escola de Saúde Pública do Município de Goiânia;
- ✓ Escola de Saúde Pública do Município de Palmas;
- ✓ Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fiocruz PE.

A terceira etapa, ocorrida em 30 de abril de 2016, na ENSP, previu que cada instituição produziria um capítulo sobre a experiência vivida durante a pesquisa e seus impactos para as ações de EPS em suas comunidades. Posteriormente, isso gerou a publicação *Educação permanente em saúde: experiência viva na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública*, lançada, em 2016, durante encontro nacional da RedEscola.

Curso Nacional de Qualificação das Auditorias e Ouvidorias do SUS

O objetivo central desse processo formativo foi contribuir para a qualificação do Sistema Nacional de Auditoria e do Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS, com vistas ao fortalecimento dessas áreas estratégicas para a consolidação do Sistema Único de Saúde. Realizado entre 2012 e 2016 pela ENSP, em parceria com a RedEscola, o Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (Doges) e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), ambos ligados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), o curso contemplou 26 estados e o Distrito Federal, com meta de formar 1.080 alunos. Concluíram o curso 1.000 trabalhadores, alcançando-se 93% da meta proposta.

Quadro 2 – Escolas participantes do Curso Nacional de Qualificação das Auditorias e Ouvidorias do SUS, por estado e instituição integrante da RedEscola

Estado	Instituição
Acre	Universidade Federal do Acre
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas
Amapá	Universidade Federal do Amapá
Amazonas	Instituto Leônidas & Maria Deane
Bahia	Escola de Saúde Pública da Bahia
Ceará	Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará
Distrito Federal	Escola Fiocruz de Governo
Espírito Santo	Núcleo de Educação e Formação em Saúde
Goiás	Escola de Saúde Pública de Goiás
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão
Mato Grosso	Escola de Saúde Pública do Mato Grosso
Mato Grosso do Sul	Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso do Sul
Minas Gerais	Escola de Saúde Pública de Minas Gerais
Pará	Universidade do Estado do Pará
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba
Paraná	Escola de Saúde Pública do Paraná
Pernambuco	Escola de Saúde Pública de Pernambuco
Piauí	Universidade Federal do Piauí
Rio de Janeiro	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul	Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia
Roraima	Universidade Federal de Roraima
Santa Catarina	Escola de Saúde Pública Santa Catarina
São Paulo	Centro de Formação de Recursos Humanos do Estado de São Paulo
Sergipe	Fundação Estadual de Saúde
Tocantins	Escola Tocantinense do SUS

Fonte: Secretaria executiva da RedEscola.

Tabela 32 – Alunos concluintes, por componente auditoria e ouvidoria

Componente	Alunos concluintes
Auditoria	549
Ouvidoria	451
Total	1.000

Fonte: Secretaria executiva da RedEscola.

Em novembro de 2016, os coordenadores estaduais e nacionais do curso se reuniram na Fiocruz Brasília para uma grande oficina de avaliação. Na ocasião, todos puderam compartilhar suas experiências locais na implementação do curso e apresentar sugestões para novas ofertas.

Figura 3 – Curso Nacional de Qualificação das Auditorias e Ouvidorias do SUS, em números



Fonte: RedEscola.

O encontro nacional da RedEscola de 2016 ocorreu de 23 a 25 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, com o tema “A formação em saúde pública *no e para* o SUS”. Participaram 87 pessoas vinculadas a 30 instituições integrantes da rede. O grupo de condução da RedEscola debateu coletivamente a programação, e as discussões privilegiaram questões de interesse no campo da saúde pública.

Tabela 33 – Participantes e instituições presentes aos encontros nacionais da RedEscola (2014-2016)

Ano	Participantes	Instituições
2014	47	29
2015	80	37
2016	87	30

Fonte: RedEscola.

Note-se que vem ocorrendo aumento no número de participantes. Por um lado, observa-se, no último ano, inflexão no quantitativo de instituições presentes ao evento, o que sugere ocorrência de constrangimentos financeiros vividos pelas instituições públicas. Por outro lado, verifica-se, em 2016, aumento do número de participantes em quase 10%, em relação ao ano anterior, o que se explica pelo crescimento da participação da ENSP/Fiocruz.

Publicações da RedEscola (2014-2016)

Nos últimos três anos, a RedEscola investiu na publicação de suas produções, com intuito de promover difusão, compartilhamento e troca de informações. As publicações estão disponíveis nos seguintes *links*:

Vigilância em saúde e atuação em rede

<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/node/445>

Educação permanente em saúde – Experiência viva na RedEscola

<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/node/444>

Comunicação e gestão escolar

<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/node/341>

Apostila de auditoria

<http://goo.gl/wJhLrN>

Apostila de ouvidoria

<http://goo.gl/xjzhBQ>

Projeto Moodle na RedEscola

Trata-se de projeto de transferência de tecnologia para a Rede de Escolas e Centros Formadores de Saúde Pública. Seu escopo consiste na incorporação de conhecimentos, metodologias e processos para organização e execução de cursos a distância no Moodle, ambiente virtual de aprendizagem (distribuição livre e código aberto) muito utilizado pela área pública e privada de ensino.

São 20 as escolas participantes do projeto, todas com processos já iniciados (identificação de condições técnicas e profissionais para o trabalho com estas tecnologias). Os principais objetivos são: compreender o processo de instalação/configuração e do processo de organização de projetos educativos no Moodle; conhecer as ferramentas e configuração do Moodle instalado de acordo com interesses educacionais e institucionais.

No processo de transferência de tecnologia, fez-se levantamento sobre infraestrutura de TI e orientação sobre espaço físico, equipamentos, *software* e pessoal para implementação de processos educativos com o Moodle. Posteriormente, uma oficina para orientar instalação e configuração do Moodle com assessores da CDEAD/ENSP e profissionais locais (infraestrutura de TI e administrador do Moodle). Por fim, uma oficina sobre organização de projetos educativos no Moodle (possibilidades de configuração de ferramentas) com assessores pedagógicos da CDEAD/ENSP e da escola local.

O projeto está em implantação em dez escolas, onde serão desenvolvidas oficinas locais. Até o momento, o projeto foi concluído nas seguintes instituições: Escolas de Saúde Pública de GO, MG, PR, Aparecida de Goiânia/GO, CE, Prefeitura de Sobral/CE, MT e MS; Universidade de Sobral/CE (estadual); e Universidade Federal de Rondônia.

Outras ações de cooperação intra e interinstitucionais

Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): a participação da ENSP no Grupo Fiocruz

Em 2011, o Ministério da Saúde propôs mudanças nas diretrizes da atenção básica de saúde, com o objetivo de incentivar os gestores locais do SUS a melhorar o padrão de qualidade da assistência oferecida aos seus usuários nas unidades básicas de saúde.

O PMAQ é composto de quatro fases: adesão e contratualização; desenvolvimento; avaliação externa; e recontratualização. A avaliação externa, terceira fase do programa, inclui um conjunto de ações direcionadas para a averiguação das condições de acesso e de qualidade da totalidade de municípios e equipes da atenção básica participantes.

A avaliação externa consiste no levantamento de informações para análise das condições de acesso e de qualidade das equipes da atenção básica participantes do programa. Busca reconhecer e valorizar os esforços e resultados das equipes de atenção básica e dos gestores municipais de saúde na qualificação da AB.

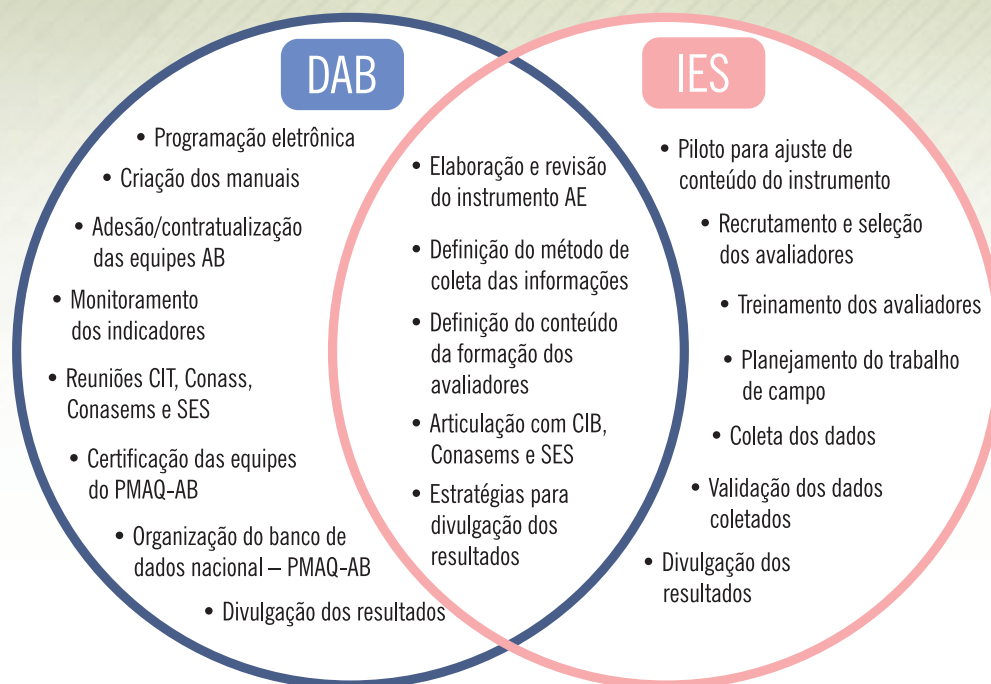
Como instituição de ciência e tecnologia vinculada ao Ministério da Saúde, a ENSP foi convidada a participar da execução da terceira fase do PMAQ, cumprindo, assim, uma de suas missões: cooperação com o Ministério da Saúde para fortalecimento do SUS.

Desde sua implementação, executaram-se dois ciclos de avaliação das equipes de atenção básica. No primeiro ciclo de avaliação (2011-2012), realizaram-se entrevistas com profissionais de 17.202 equipes de atenção básica de 3.935 municípios e com 65.391 usuários das unidades básicas de saúde que participaram da avaliação externa. Também se produziu censo de infraestrutura em 38.812 unidades básicas de saúde em 5.543 municípios brasileiros. No segundo ciclo (2013-2014), realizaram-se entrevistas com profissionais de 29.808 equipes de atenção básica atuantes em 5.211 municípios e com 114.615 usuários das unidades básicas de saúde participantes da avaliação no âmbito do programa.

Para o terceiro ciclo (2015-2017), espera-se que participarão da avaliação externa equipes que atuam em 5.324 municípios, conformando um total de 38.865 equipes de atenção básica e 4.110 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), além de 155.460 entrevistas com usuários das unidades básicas de saúde em todo o país.

A cooperação da Fiocruz com o Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde corresponde à sua participação na fase da avaliação externa. Há um conjunto de atividades decorrente dessa cooperação, entre as quais se destacam elaboração dos instrumentos, seleção e treinamento das equipes de supervisores e entrevistadores e coleta de informações para a realização da avaliação externa (Figura 4).

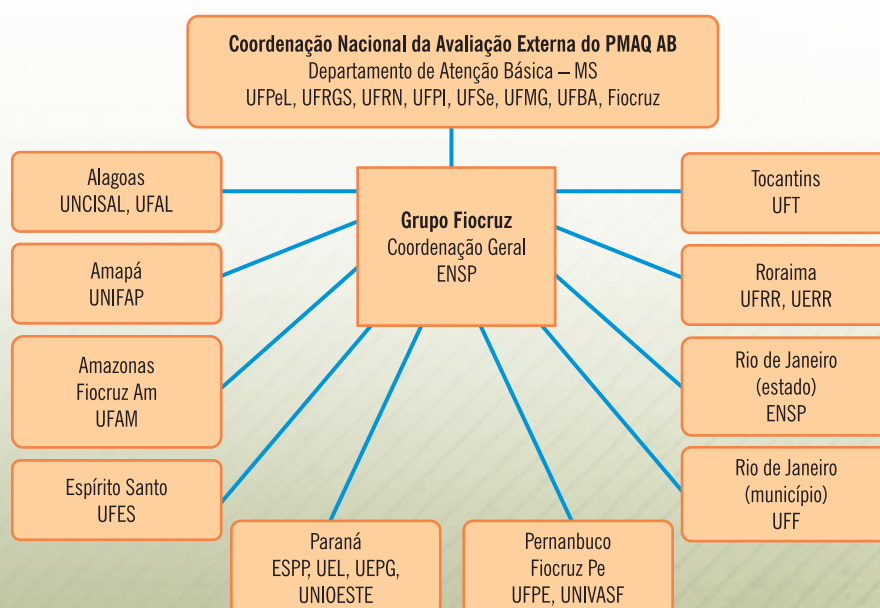
Figura 4 – Agenda de trabalho compartilhada entre o Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde (DAB/MS) e as instituições de ensino superior (IES) participantes da avaliação externa – PMAQ



Fonte: VDEGS.

O PMAQ vincula-se à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI/Fiocruz), e a ENSP é a instituição responsável pela coordenação geral do projeto. Além disso, integra a coordenação nacional da avaliação externa do PMAQ e realiza a articulação com as instituições de ensino nos estados que estão sob responsabilidade do Grupo Fiocruz: Amapá, Amazonas, Roraima e Tocantins (Norte); Alagoas e Pernambuco (Nordeste); Paraná (Sul); e Espírito Santo e Rio de Janeiro (Sudeste) (Figura 5).

Figura 5 – Organização do trabalho e atuação do Grupo Fiocruz no âmbito do PMAQ



Fonte: VDEGS.

A coordenação e a supervisão do trabalho de campo compõem-se de pesquisadores, alunos e ex-alunos das instituições envolvidas no desenvolvimento da pesquisa nos nove estados: três unidades da Fiocruz (ENSP, Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães e Instituto Leônidas & Maria Deane); Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Espírito Santo; Escola de Saúde Pública do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Vale do São Francisco; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas; Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Tocantins; Universidade do Estado de Roraima; e Universidade Federal do Amapá.

O ciclo 3 do PMAQ foi instituído pela Portaria GM 1.645, de 2 de outubro de 2015, a partir da qual se fez a adesão formal dos municípios e equipes ao programa de avaliação.

No período de 2013-2014, o Grupo Fiocruz realizou 8.411 avaliações, em equipes de saúde da família com e sem equipe de saúde bucal (ESB e ESF, respectivamente) e Nasf em nove estados do país. Realizaram-se 31.924 entrevistas com usuários das unidades básicas cujas equipes participaram da avaliação externa.

Durante os anos de 2015 e 2016, a equipe de coordenação tem participado das atividades da coordenação nacional do PMAQ, com vistas a revisar os instrumentos de coleta de dados e da agenda de atividades preparatórias para realização do terceiro ciclo de avaliação das equipes de atenção básica, previsto para ocorrer no segundo semestre de 2017. No âmbito da Fiocruz, estão em curso atividades de organização da coordenação, com as instituições de ensino parceiras e em articulação com as Secretarias de Estado de Saúde e os Conselhos Estaduais de Secretários Municipais de Saúde, nos nove estados que compõem o Grupo Fiocruz.

O Grupo Fiocruz é responsável por realizar a coleta de dados para a avaliação de 10.595 equipes de atenção básica, 6.192 equipes de saúde bucal e 915 equipes de Nasf. Para cada equipe de atenção básica, serão realizadas quatro entrevistas com usuários vinculados à equipe que fará parte do processo avaliativo, conformando um total previsto de 38.720 entrevistas com usuários das UBS.

Curso de especialização Gestão de Redes de Atenção à Saúde

Dentro do escopo das expressivas iniciativas de cooperação nacional, com apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e parcerias entre o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), lista-se o curso de especialização em Gestão de Redes de Atenção à Saúde. Iniciado no ano de 2013, oferece 2 mil vagas em todo o país. O objetivo geral é apoiar a estratégia de constituição de redes de atenção e de (re)construção do espaço regional, elemento central à estratégia de regionalização. A RedEscola favorece a interlocução com os parceiros locais, a partir do apoio das instituições formadoras integrantes dessa rede, distribuídas em todos os estados.

Programa de Valorização da Atenção Básica (Provab)

Instituído pelo Ministério da Saúde em 2011, a finalidade do Provab é reduzir a extrema desigualdade no acesso à saúde, com alcance de milhares de municípios brasileiros. A formação dos profissionais envolvidos é um dos eixos mais relevantes. Os processos educativos dividiam-se em três eixos: a própria supervisão do trabalho dos profissionais; a oferta de um curso de especialização em Saúde da Família, produzido pela rede

de universidades vinculada à Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS); e a oferta de módulos educacionais de livre acesso, na modalidade de educação a distância, sem se constituir, pelo menos inicialmente, em cursos. Orientou-se a elaboração dos módulos educacionais em três grandes áreas: uma mais voltada aos temas clínicos (condições e agravos de saúde); outra mais direcionada a temas relacionados à equidade (saúde dos povos do campo e da floresta, por exemplo); e, por último, uma mais voltada a temas da saúde pública. Coube à ENSP a elaboração desses módulos educacionais na área da saúde pública para oferta aos médicos e demais profissionais do referido programa.

Desenvolveram-se intensas articulações e parcerias intra e interinstitucionais, com participação de docentes, pesquisadores e técnicos da Escola, oriundos da CDEAD, do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Farias (CSEGSF), do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde (Daps), Departamento de Ciências Sociais (DCS), Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC/Fiocruz), projeto Teias e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre outros atores, representantes de distintos setores da ENSP.

Todo o conjunto de objetivos, capacidades a serem construídas e conteúdos (fortemente os *slides*) de cada módulo foi submetido a um processo de validação no Ministério da Saúde. Observações realizadas em diversas reuniões com grupos da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), responsável pelo Provab, da UNA-SUS e de áreas técnicas do MS foram objeto de debate nos encontros, e os consensos obtidos foram acrescentados aos módulos originalmente produzidos. Posteriormente, após validação e ajustes, cadastrou-se esse material no Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (Ares/UNA-SUS), por meio da CDEAD/ENSP/Fiocruz, para estar disponível ao conjunto de profissionais do Provab, Mais Médicos e todas as instituições vinculadas à UNA-SUS. Essa iniciativa, como as demais mencionadas anteriormente, reflete o caráter colaborativo, de compartilhamento e de valorização do trabalho em parceria e em rede que traduzem as ações de cooperação desenvolvidas pela VDEGS.

Núcleo de Tecnologia e Logística em Saúde (Nutec)

Desenvolve, desde 2012, atividades de grande capilaridade nacional, no escopo da Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados, em parceria com os estados da federação.

Mediante a adoção de um conjunto de iniciativas para formar especialistas em gestão de hemocentros e demais instituições integrantes da Hemorrede Pública Nacional nos âmbitos federal, estadual e municipal, o Nutec contribui efetivamente para a construção de bases qualificadas que visam integrar as instituições da mencionada rede, aumentar e fortalecer a cooperação e a pactuação entre os níveis de governo, a fim de garantir a melhoria contínua das ações implementadas.

Nos anos de 2015 e 2016, tendo em vista a necessidade de dar maior capilaridade às ações de formação no país, desenvolveu-se proposta de curso na modalidade a distância voltada para formação de responsáveis técnicos de agências transfusionais, com previsão para iniciar em agosto de 2017 e concluir em janeiro de 2018.

O Nutec desenvolveu, no período de 2013 a 2016, outras iniciativas de formação que reforçam o caráter nacional das suas ações e contribuem para ampliar as capacidades formativas referidas à tecnologia e à logística em saúde.

Coordenação de Apoio e Acompanhamento de Projetos (Caap)

O ano de 2016 iniciou-se com a necessidade de adaptar a estrutura da Caap à nova realidade definida pelo novo estatuto da ENSP e sua nova estrutura organizacional.

Com a transformação ocorrida na VDEGS, a Caap assumiu papel mais proativo em relação aos coordenadores de projetos da Escola e também à Direção. Ao mesmo tempo, as rotinas e normas que balizam os procedimentos de contratação da Fiotec sofreram significativas alterações, principalmente em função da Tomada de Contas TC 026.272/2015-6, realizada pelo Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2014 da Fiocruz.

Para atender a esse contexto, a Caap somou quatro profissionais à sua equipe. Destaca-se a incorporação de uma assistente com formação jurídica para otimizar as questões jurídicas demandadas pela Procuradoria Federal.

Inicialmente, a Caap organizou o processo de trabalho dividindo-o em três etapas: iniciação, execução e prestação de contas. Em cada etapa, havia um grupo de profissionais alocados, que realizavam a respectiva atividade para todos os projetos da ENSP.

Em junho de 2016, ocorreu mudança no comando da VDEGS e, dois meses depois, houve alteração no comando da Caap. A partir de então, alterou-se o processo de trabalho na Coordenação. Nessa mudança, destacam-se:

1. A alocação dos profissionais por etapas (iniciação, execução e prestação de contas) foi redefinida. Cada analista passou a realizar todas essas etapas de seus respectivos projetos. Isso demandou necessidade de treinamento interno de analistas que não realizavam atividades diferentes daquelas para as quais estavam designados.
2. Dividiram-se os projetos pelos analistas, conforme os departamentos. Dessa forma, cada departamento da ENSP tem seu analista fixo e, por extensão, cada coordenador também. Assim, cada analista ficou responsável por uma quantidade bem menor de projetos e, por outro lado, facilitou a referência dos coordenadores com a Caap.
3. Incorporou-se pelos analistas a atividade de elaboração de termos de cooperação entre a ENSP e demais instituições que não envolvem recursos financeiros. Essa medida visou eliminar a necessidade de os coordenadores interagirem diretamente com a Diplan, função esta absorvida pela Caap.

Além desses pontos, merece destaque a decisão da Direção da ENSP em investir em tecnologia da informação (TI) para desenvolver um sistema de projetos para a Escola. No fim de 2016, iniciou-se esse desenvolvimento, e o sistema entrará em fase de homologação ainda no primeiro trimestre de 2017. Espera-se que o sistema esteja disponível para todos os profissionais com acesso ao portal ENSP ainda no primeiro semestre de 2017.

No ano de 2016, contabilizaram-se 79 projetos resultantes de convênio, que totalizaram R\$ 264.872.450,56. Nesses convênios, incluem-se os projetos de termo de execução descentralizada (TED) e os de acordo de cooperação. As tabelas seguintes mostram o número de projetos por faixa e o total de projetos por departamento/centro/vice-direção.

Tabela 34 – Projetos resultantes de convênios da ENSP, por subunidade

Subunidade	Projetos 2016
Cesteh	9
Claves	2
CRPHF	0
CSEGSF	4
Daps	9
DCB	4
DCS	9
Demqs	6
Densp	7
DIHSDC	3
Direção	14
DSSA	1
NAF	0
VDE	0
CDEAD	4
VDEGS	7
Total	79

Fonte: Caap/VDEGS/ENSP.

Tabela 35 – Projetos resultantes de convênios da ENSP, por valor

Valores	Projetos 2016
Até R\$ 100.000,00	12
De R\$ 100.000,01 a R\$ 500.000,00	23
De R\$ 500.000,01 a R\$ 1.000.000,00	11
De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 5.000.000,00	23
Acima de R\$ 5.000.000,00	10
Total	79

Fonte: Caap/VDEGS/ENSP.

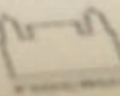
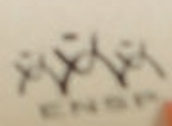
ENCONTRO
NACIONAL
2016

RED ESCOLA

BRASILEIRA DE ESCOLAS DE S

RIC
23
9

TH AMERICAN HOTEL
ACABANA
ANCISCO SÁ, 90





Tatiana Vargas, vice-diretora de Ensino

Vice-Direção de Ensino (VDE)

A gestão do ensino da ENSP passou por reestruturação nos últimos dois anos, a partir da aprovação do novo Regimento da Escola, em julho de 2015, o que levou à configuração de uma Vice-Direção de Ensino (VDE), cuja missão é coordenar e planejar o conjunto de atividades de ensino da ENSP em seus diferentes níveis: pós-graduação *lato sensu* (especialização e residência), cursos de qualificação profissional (formação continuada, atualização e aperfeiçoamento) e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado), nas modalidades presencial e a distância.

Com a nova estrutura, foram previstas três coordenações gerais parceiras no desenvolvimento da missão de ensino da ENSP: a Coordenação Geral de *Stricto Sensu*, a Coordenação Geral de *Lato Sensu* e Qualificação Profissional e a Coordenação de Desenvolvimento Educacional e EAD. Cada coordenação acumula, também, atribuições específicas que se referem ao progresso de cada área – ensino *stricto*, ensino *lato* e desenvolvimento educacional¹. Nesses anos, houve a possibilidade de estabelecer apenas a Coordenação de Desenvolvimento Educacional e EAD, sendo ainda necessário garantir a implementação das demais coordenações como estratégia fundamental no processo de construção da nova estrutura e de fortalecimento do processo de integração.

Outro aspecto importante da nova estrutura de ensino foi a definição de Colegiados participativos que objetivam promover o debate no processo decisório do ensino. São eles: 1) o Colegiado de Ensino, com a participação de representantes de todos os Departamentos e Centros, do Serviço de Gestão Acadêmica, dos discentes e das três coordenações, além da Vice-Direção, com o propósito de definir as prioridades e política de ensino da ENSP; 2) a Comissão Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (CGPG), com a participação dos coordenadores dos Programas de *Stricto Sensu* e coordenadores gerais de *Stricto* e Desenvolvimento Educacional, além do Seca, com o intuito de discutir processos específicos do dia a dia do ensino *stricto*; 3) a Comissão Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Qualificação Profissional (CLSQP), com a participação dos coordenadores dos Cursos de *Lato Sensu* e Qualificação Profissional, discentes e Seca, com o objetivo

¹ Para detalhamento das atribuições, veja Regimento Interno da ENSP de 2015.

de discutir os processos específicos do ensino lato; 4) o Colégio de Docentes, reunião aberta anual, com a intenção de reunir todos os docentes da Escola para apresentar e discutir seu cenário de ensino.

A estrutura previu, ainda, a existência de comissões e plenárias específicas em cada âmbito do ensino, reforçando a orientação de participação dos diferentes segmentos nas discussões sobre os cursos e programas da Escola.

Nos últimos anos, os Colegiados, previstos na nova estrutura, ocorreram com a regularidade esperada e tornaram possível a produção de uma série de ações e estratégias para o desenvolvimento do ensino na Escola.

O desafio da integração se expressa nas ações realizadas e reflete o esforço das equipes na construção de novo modelo de gestão. Este relatório reúne um conjunto de informações sobre as ações da gestão no período de 2013 a 2016, além de apresentar um consolidado dos indicadores de ensino numa série histórica, com o propósito de contribuir para o registro da memória institucional e apresentar pautas estratégicas direcionadas ao futuro institucional.

Ações e medidas adotadas

Em 10 de dezembro de 2013, realizado o “Encontro sobre Ensino da ENSP”, que balizou a agenda estratégica para a área a partir de 2014 (ENSP, 2013), tendo sido definidos como compromissos da gestão:

Transparência dos processos decisórios e dos recursos que a Escola capitaneia com o fortalecimento dos espaços colegiados de decisão.

Respeito e valorização do patrimônio, riqueza e diversidade da ENSP, considerados uma construção de todos ao longo da trajetória histórica.

Apontou-se, também, o fato de que a autonomia e sustentabilidade do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola decorria do estabelecimento de novos pactos institucionais em torno de estratégias e ações construídas coletivamente. Assim, partindo desse entendimento, foram assumidos como princípios básicos para orientação da gestão do ensino:

Autonomia acadêmica com decisão colegiada e compartilhada, com o estabelecimento de mecanismos e fluxos para apreciação das demandas junto com os representantes de ensino dos departamentos/centros, fortalecendo o papel dos colegiados.

Transparência dos processos de ensino, com a divulgação de informações a respeito dos cursos, recursos alocados e orientações adotadas.

Com base nessas diretrizes e princípios, definidas ações estratégicas para a gestão de ensino da ENSP, sempre reconhecendo a trajetória e os acúmulos institucionais. Cada ação desdobrou-se num conjunto de outras ações, conforme descrito a seguir.

Ação 1 – Fortalecimento e resgate das instâncias de gestão colegiadas como espaços decisórios

A partir da realização mensal das Comissões de *Stricto* e *Lato Sensu*, foram tratadas pautas relativas aos processos de cada âmbito, definindo novas diretrizes e procedimentos, objetivando melhor comunicação entre as áreas, divulgação de informações e compartilhamento de decisões. Dentre as principais deliberações estabelecidas destaca-se:

• No *Lato Sensu*

Aprovação do regulamento dos Cursos de *Lato Sensu* e Qualificação Profissional.

Revisão do Formulário de Anteprojeto de Curso, com o intuito de qualificar seu uso como instrumento pedagógico e reunir informações do curso e oferta.

Definição de diretrizes e fluxos para encaminhamento das demandas de novos cursos e novas ofertas.

Revisão do documento de 2003 de normas e orientações para elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Definições relativas à gestão acadêmica, tais como orientações para encerramento de cursos em aberto e decisão quanto à emissão de certificados digitais para os cursos de qualificação profissional.

• No *Stricto Sensu*

Definição da política de bolsas para auxílio ao estudante.

Aprovação das diretrizes para o mestrado profissional.

Revisão da normativa de pós-doutorado, com o objetivo de esclarecer as situações para ingresso e as atividades previstas para o pós-doutorando.

Revisão, em parceria com a Biblioteca de Saúde Pública, das normas para apresentação de teses e dissertações.

Revisão de alguns procedimentos da gestão acadêmica, tais como orientações para inscrição de alunos dos programas em disciplinas de outro programa; inscrição de alunos externos; orientações para oferta de cursos de inverno; revisão dos textos das chamadas públicas de seleção; orientação para disciplinas ofertadas por mais de um programa.

Implantação da atividade de estágio em docência.

Encaminhamento de situações pendentes na entrega de versões finais de dissertação e teses, com regularização da documentação de titulação de alunos da última década.

Considera-se que a ação de fortalecimento dos Colegiados foi bem-sucedida, pois se alcançou, ao final da gestão, um conjunto de medidas e encaminhamentos significativos que mudaram o cenário da gestão de ensino. Hoje, é possível afirmar que as Comissões são instâncias mais fortes e propositivas, consolidando uma base importante para a estruturação da gestão, permitindo gradativo aprofundamento de temas relativos ao processo de ensino-aprendizagem, o reconhecimento e valorização de diretrizes para o ensino e fluxos definidos.

Contudo, há, ainda, fragilidades que necessitam ser enfrentadas como a regularidade da participação discente, a participação de mais coordenadores de cursos *lato sensu* nas reuniões, com reconhecimento da instância colegiada como espaço decisório a que a Coordenação deve reportar-se, e a capilarização das informações e procedimentos definidos para toda a Escola.

Ação 2 – Desenvolvimento de uma política de ensino para a Escola e o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Realizados encontros, oficinas abertas, rodas de conversa, grupos de trabalho e outros com o propósito de debater, com toda a Escola, a política de ensino. O resultado final dessa ação foi a pactuação em torno dos princípios e valores do PPP, com explicitação das dimensões política, epistemológica e pedagógica.

• Avaliação

Possibilidade de construir uma base inicial de argumentos para aprofundamento e discussão do Projeto Político Pedagógico da Escola, com reconhecimento da história e das experiências de formação existentes e compartilhamento de experiências. Além disso, favoreceu o diálogo entre as áreas, docentes e discentes.

Ainda assim, percebe-se a necessidade de intensificação da participação da Escola com o desenvolvimento de estratégias que atraiam docentes para aprofundar a discussão e pensar sua prática em sala de aula.

Ação 3 – Definição de uma nova estrutura para a gestão do ensino na ENSP

Mobilização de toda a Escola em torno da integração/articulação do ensino, o que ocorreu com a discussão de uma nova estrutura para a gestão do ensino da ENSP. A discussão teve início no contexto da Comissão do Regimento Geral da Escola, além ter sido apresentada e debatida nos Departamentos/Centros/Núcleos, Colegiados de Ensino (CGPG e CEGS), Conselho Deliberativo e oficinas com as equipes da gestão, em especial Seca. A discussão do Regimento perdurou de julho de 2013, quando estabelecida a Comissão com representação de todos os Departamentos/Centros/Núcleos, a julho de 2015, ocasião de aprovação do novo Regimento em Assembleia.

• Principal avanço

Unificação da estrutura de ensino com possibilidade de maior mediação e interação entre as áreas; também um passo importante foi o fortalecimento do processo decisório colegiado, tanto para as questões relativas ao *lato sensu* como ao *stricto sensu*, com a participação das Coordenações de ensino dos Departamentos e Centros, participação direta dos docentes e discentes. Assim, as decisões com relação à política de ensino, prioridades, oferta de cursos, inserção de docentes no *stricto* e *lato*, orçamento de cada área e outros, passou a ser atribuição do Colegiado de Ensino e das Comissões de *Stricto* e *Lato*, não devendo ser uma decisão estabelecida pela Direção.

• Desafios

Dificuldade para se estabelecer as Coordenações de LSQP e SS, avançar na estruturação do *lato sensu* e na concepção e prática do CDEAD.

Ação 4 – Prestação de contas e construção participativa do planejamento e programação orçamentária

Realizado esforço sistemático de junção das informações, planejamento integrado e transparência dos recursos a cada ano, com apresentação e discussão no âmbito dos Colegiados (CLSQP e CGPG) da prestação de contas anual e da programação orçamentária.

• Avanços obtidos

Maior compartilhamento de informações, melhor uso do recurso do tesouro – a exemplo das bolsas de auxílio ao estudante –, pagamento de congressos, distribuição das diárias e passagens. Ressalte-se a questão de a construção de um planejamento mais integrado e compartilhado entre os Programas do *Stricto Sensu*

ter sido alcançado, com o engajamento de todas as Coordenações no que diz respeito ao reconhecimento das necessidades da Escola, revertendo importante parcela de recursos de capital dos programas para compra de equipamentos para toda a Escola, além da discussão conjunta sobre remanejamento de recursos voltados ao aumento de valores de bolsas de auxílio ao estudante, objetivando atender ao maior grupo possível de alunos em condições elegíveis.

- **Dificuldades que persistem**

Resistência para o compartilhamento das informações de todas as áreas, desigualdade na distribuição de recursos do tesouro entre as áreas, ausência de parâmetros para execução de bolsas e pagamentos com recursos extraorçamentários de projetos, ausência de uma sistemática para prestação de contas e difusão das informações.

Ação 5 – Monitoramento dos indicadores institucionais para avaliação do desempenho

Realização de diagnósticos em séries históricas da oferta de cursos – *lato* (presencial e EAD) e *stricto* – na intenção de reconhecer a oferta de cursos e turmas a cada ano, alunos inscritos e certificados, índice de egressos, identificação das desistências e desligamentos. Os diagnósticos possibilitaram a redefinição de indicadores institucionais para acompanhamento do desenvolvimento institucional, com a inserção de indicadores específicos para o *lato sensu* (presencial e EAD).

- **Resultados**

Constituição do processo de trabalho para acompanhamento sistemático dos indicadores de ensino, reconhecimento das especificidades de cursos e programas, com identificação de problemas e desafios a serem enfrentados (por exemplo, cursos não encerrados, alto índice de desistentes, oferta de vagas maior que demanda e demanda maior que oferta etc.) e o apoio a uma gestão estratégica do ensino, com definição de incentivos e ações para enfrentamento dos problemas, como a indicação para abertura de nova chamada para doutorado no âmbito do Programa de Saúde Pública para ingresso em 2014, como mecanismo para manter uma média de alunos por orientador no triênio, ou identificação de áreas de concentração concorrentes entre os programas dividindo a clientela de alunos no momento de ingresso.

- **Dificuldades encontradas**

Ausência de um sistema de informação integrado e deficiência de sistemas de acompanhamento para os cursos de LSQP presenciais. Além disso, há resistência no uso das informações pelas áreas que não a compreendem como um reforço a uma ação de avaliação permanente das ofertas.

Ação 6 – Desenvolvimento de processos de avaliação do ensino

Consolidação de estratégias para produção de informações sobre processos de ensino realizados pela Escola, visando subsidiar as discussões e práticas de avaliação realizadas pela comunidade escolar, tais como: avaliação de todas as disciplinas do *stricto sensu*, com produção de relatórios anuais com retorno aos docentes e coordenação dos programas; avaliação de cursos do *stricto sensu* e avaliação de egressos, o que ocorreu somente para os programas acadêmicos.

- **Resultados**

Constituição de um grupo de trabalho com profissionais engajados no desenvolvimento de processos de avaliação. O grupo produziu dados sistemáticos acerca dos processos de ensino no âmbito do *stricto sensu* e iniciou a aproximação com os processos de ensino *lato sensu*, com perspectivas de construção para modelos de avaliação dos cursos.

- **Desafios**

O desenvolvimento dessa ação exigirá o engajamento de mais profissionais e estímulo à adesão de docentes e discentes.

Ação 7 – Reestruturação da gestão acadêmica

O diagnóstico inicial da estrutura de gestão do ensino mostrou a necessidade de aprofundar o diálogo com as áreas de Gestão Acadêmica e Infraestrutura, objetivando definir ações e estratégias imediatas para o enfrentamento dos problemas nessas áreas.

- **Principais desdobramentos**

Integração da equipe Seca *Lato Presencial* com a equipe Seca EAD em outubro de 2015.

Revisão de processos que envolvem as Secretarias dos Programas e Seca, de modo a facilitar o fluxo de informações e definir responsabilidades das equipes.

Elaboração do Caderno do Aluno para o *Stricto Sensu* Acadêmico, com orientações gerais sobre a Escola e os Programas Acadêmicos.

Definição de uma Conta Seca, no ano de 2015, na intenção de manter, no âmbito da gestão de ensino, em específico da gestão acadêmica, os valores de inscrições nos processos seletivos e taxas acadêmicas.

Incorporação do Setor de Apoio aos Cursos (Seac) na estrutura de ensino e revisão dos procedimentos para agendamento de salas.

Mapeamento dos processos de ensino com parceria com a área de Gestão da Qualidade.

- **Dificuldades que persistem**

Definição de processos para manutenção da estrutura de gestão acadêmica *lato*, em especial para sustentação das atividades que envolvem cursos EAD; definição das atribuições e responsabilidades que envolvem Seca e Secretaria dos Programas; garantia de um espaço físico adequado para manter toda Seca num único espaço; utilização de um sistema de gestão acadêmica compatível com as necessidades que envolvem *lato* (presencial e EAD) e *stricto*; sustentação de um arquivo intermediário e processos de documentação; garantia de concursos para profissionais que atuem nesse âmbito da gestão.

Ação 8 – Concepção e implementação de um novo Portal de Ensino

Construção participativa da concepção do novo Portal de Ensino, como estratégia para difusão de informações e fortalecimento da participação de todos os segmentos.

- **Avanços obtidos**

Integração, numa mesma área, de todas as informações do ensino; a página em inglês e espanhol atendendo às solicitações de informações da Capes; disponibilização de documentos relevantes da área de Ensino; criação de uma área para a Gestão Acadêmica e espaço para os estudantes; configuração de nova

página para a EAD; autonomia para cada área atualizar informações; facilidade para realizar atualizações e modificações com a área de Tecnologia da Informação.

- **Dificuldades encontradas**

Resistências das áreas e equipes para incorporar a sistemática de atualização das informações; necessidade de inserção de informações de forma manual por dificuldades de sistemas que reúnam os dados necessários para cada área; duplicidade de esforços na área de TI em virtude da dificuldade de interação entre as áreas que atuam nos diferentes sistemas – SGTI, CCI, EAD e Vice-Presidência.

Ação 9 – Fortalecimento do diálogo com os estudantes

Realização de reuniões bimensais com a Vice-Direção, coordenadores de curso, programas e Seca objetivando estabelecer um espaço de escuta e promover melhorias nos processos de ensino. Estímulo à organização de um coletivo de estudantes e representação nos Colegiados existentes na Escola.

- **Avanços obtidos**

Fortalecimento do Fórum de Estudantes da ENSP; aproximação e maior diálogo entre discentes e coordenadores, possibilitando identificar questões que afetam o dia a dia da Escola; conquista do espaço de convívio para os alunos; mudanças e melhorias nos processos de ensino, em especial na gestão acadêmica; parceria na realização de atividades no aniversário da Escola e outros eventos.

- **Dificuldades que persistem**

Manter a atuação dos estudantes e atender às solicitações que se apresentam e são de ordem mais estrutural.

- **Desafios**

Reconhecimento e encaminhamento de situações que envolvem problemas relacionais entre docentes e discentes, inexistindo orientação clara e pactuada sobre os procedimentos a serem adotados em situações que extrapolam os limites e trazem implicações para a vida do estudante.

Ação 10 – Desenvolvimento em parceria de uma política de extensão para a ENSP

Reconhecimento das ações da ENSP realizadas no território de Manguinhos com a identificação de parcerias e projetos que possam potencializar a ação extensionista.

- **Resultados obtidos**

Maior articulação e participação nas reuniões do Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos (CGI) e divulgação da proposta extensionista no âmbito do ensino, com perspectivas para desenvolvimento de ações no território (estágio).

- **Desafio**

Ainda há que se enfrentar a definição e pactuação em torno de uma política de extensão para a ENSP.

Debates e Questões Estratégicas

Em cada âmbito do ensino, também definidas questões estratégicas para desenvolvimento de ações, algumas em resposta a situações externas e outras elaboradas com base nos debates internos.

No *Lato Sensu*

Pautadas como questões fundamentais: credenciamento institucional amparando a oferta de cursos *lato sensu* e estruturação de programas de formação.

- **Credenciamento institucional para oferta de cursos *lato sensu***

Processo que envolveu um conjunto de ações e medidas com a finalidade de reunir a documentação necessária para apresentação no Ministério da Educação, como requisito ao processo de credenciamento institucional para oferta de cursos *lato sensu*. Desde 2013, a Escola buscou o diálogo e orientação com o MEC e, em fevereiro de 2015, obteve a autorização para atualizar as informações de seus cursos *lato sensu* no Cadastro da Educação Superior. Instituiu-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme estabelece o processo de credenciamento, e procederam-se todos os passos necessários para iniciar o credenciamento institucional. Em maio de 2015, a Fiocruz obteve orientação do MEC para cadastro da instituição, em sua totalidade, como Escola de Governo, iniciando um processo de consolidação do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP). Em fevereiro de 2016, os dois processos de credenciamento – ENSP e Fiocruz – foram unificados, e iniciou-se o desenvolvimento de todos os processos para o credenciamento. Em 2017, espera-se a publicação da Portaria do MEC estabelecendo o credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz.

DESDOBRAMENTOS NECESSÁRIOS

Previsto trabalho de revisão do Regulamento da Fiocruz para os cursos *lato sensu*, o que deverá ocorrer em conjunto com as unidades da Fiocruz e a Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação.

- **Estruturação de Programas de formação**

Retomou-se a discussão do projeto “ENSP em movimento” sobre a consolidação de programas de formação. Seu objetivo é integrar processos formativos presentes no ensino *lato* até o ensino *stricto*. Realizadas oficinas com foco na formação em Atenção Primária à Saúde.

DESDOBRAMENTOS NECESSÁRIOS

Engajamento dos docentes e coordenadores de curso que atuam na área para definição e desenvolvimento de estratégias direcionadas à proposta de um programa de formação nessa área. Importante, ainda, reconhecer e incorporar novos parceiros, além de estabelecer iniciativas integradoras das diferentes iniciativas em curso nessa área de formação. Cabe, também, estimular que outras áreas busquem avançar na consolidação de Programas de Formação, considerando a necessidade de se avançar numa estrutura de *lato sensu*.

Na área de Desenvolvimento Educacional e EAD

Registra-se a relevância de aprofundar a discussão em torno da estrutura de Desenvolvimento Educacional e EAD (CDEAD), o que foi feito a partir de algumas iniciativas de discussão entre o ano de 2015 e 2016. Desse processo, instituiu-se o coletivo CDEAD, não previsto no regimento, mas como estratégia para aproximação entre a área e o restante da Escola. O coletivo passou a se constituir como um espaço para definição das diretrizes estratégicas e político-pedagógicas adequadas à missão da ENSP, com o propósito de nortear as prioridades e pertinência das ações da agenda/programas de trabalho da CDEAD.

- **Desdobramentos necessários**

Constituir uma coordenação dedicada ao desenvolvimento educacional e EAD que atue nos projetos de forma orgânica à Escola e parceira com os atores internos e externos demandantes. Assim, deve-se garantir a sustentabilidade das atividades hoje realizadas pelas equipes EAD e a incorporação de novas atividades, numa perspectiva mais abrangente que atenda às demandas do ensino presencial.

No *Stricto Sensu*

Identificadas como questões estratégicas a construção de um Projeto Político Institucional para a área e o aprofundamento do debate sobre o processo de avaliação externa realizado pela Capes.

- **Construção de um Projeto Político-Institucional para o *stricto sensu***

Promoção do debate sobre a necessidade de um PPP para o *stricto sensu*, com a definição dos objetivos estratégicos de cada programa, bem como a articulação entre eles, o que foi apresentado no Colégio de Doutores de fevereiro de 2014.

Desde 2014, algumas mudanças importantes ocorreram no âmbito dos Programas de Saúde Pública e de Saúde Pública e Meio Ambiente, as quais contribuíram para o aprofundamento do debate sobre o *stricto sensu* na ENSP.

No Programa de Saúde Pública, foi aprovado novo regimento, com vigência a partir de 2014, estabelecendo regras para a definição da coordenação, representantes da Comissão de Pós-Graduação e explicitando os critérios para credenciamento docente. Também a partir deste ano, estabelecida nova grade curricular para o mestrado acadêmico. Em 2016, retomou-se o debate sobre a reestruturação das áreas do programa.

No Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente, no ano de 2015, realizado um processo de revisão curricular, atualização das linhas de pesquisa, incorporação e revisão do credenciamento de docentes, conforme as regras do Regimento do PSPMA. Em 2016, um diagnóstico situacional do programa levou à proposta de reestruturação, com incorporação de novos docentes e linhas de pesquisa; nesse ano, mais de 10 docentes que atuavam em linhas de pesquisa da área de Concentração de Saneamento do Programa de Saúde Pública migraram para esse programa, possibilitando avançar na reestruturação de ambos os programas.

No contexto dos Programas de Mestrado Profissional, o principal avanço obtido nesse período foi a definição das diretrizes e fluxos para apreciação das demandas de novos cursos e ofertas, aprovado em 2014. O Programa de Mestrado Profissional em Saúde Pública passou também a contar, a partir de 2014, com um regimento para orientação de seus cursos.

- **Desdobramentos necessários para desenvolvimento do *stricto sensu***

Revisão das linhas de pesquisa no âmbito de cada programa, em parceria com a Vice-Direção de Pesquisa; repensar a concepção do Mestrado Profissional na Escola e avançar numa política de oferta regular; definir parâmetros voltados ao pagamento de cursos em parceria institucional, em especial para os Mestrados Profissionais; avançar nos mecanismos de avaliação dos cursos e acompanhamento dos indicadores de ensino; pensar estratégias e mecanismos concretos para inserção de docentes nos Programas SS e incentivos para colaboração.

- **Avaliação da Capes**

Realizadas discussões com o objetivo de aprofundar o debate sobre os critérios de avaliação da Capes e constituir uma agenda propositiva. Constituídas mesas com a presença do representante de área da Capes e convidados; dois documentos institucionais de posicionamento da ENSP, com propostas para avaliação, foram apresentados no âmbito do Fórum de Coordenadores da Abrasco. Mediante tal estratégia, foi possível aprofundar o debate no âmbito da ENSP e levar aportes para a discussão no âmbito do Fórum de Coordenadores da Abrasco. Como efeito concreto na ENSP, houve maior abertura dos programas para a definição de critérios menos restritivos, bem como a aceitação de que é importante manter programas com diferentes portes e missões no âmbito da Escola.

- **Desdobramentos necessários**

Manter o debate no Fórum e com a Coordenação de área da Capes, com vistas a definir critérios mais qualitativos no processo de avaliação.

Indicadores de Ensino

Serão apresentados, nas duas áreas de formação, o *lato sensu* e qualificação profissional e o *stricto sensu*. Para melhor compreensão dos indicadores de cada área, será demonstrado breve histórico de desenvolvimento das atividades de ensino nesses dois âmbitos.

Pós-Graduação *Lato Sensu* e Qualificação Profissional

Os cursos *lato sensu* e qualificação profissional da ENSP surgiram no momento de criação da Escola, em 1954. Nasceram com a atribuição de gerar o aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário aos serviços de saúde pública e o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse médico-sanitário (Lei n. 2312/1954). Desde sua criação, passaram pelos cursos da ENSP personalidades, no papel de docentes e também, muitas vezes, de estudantes, tais como Mário Magalhães da Silveira, Carlos Gentile de Mello, Sergio Arouca, Paulo Buss e tantos outros.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a Escola realizou mais de 200 cursos, e, em 1975, iniciou o processo de descentralização do Curso de Formação Básica em Saúde Pública, implantando os dois primeiros em Belém e Porto Alegre, em parceria com as Secretarias de Saúde locais. Na década de 1980, com o crescimento do quantitativo de cursos ofertados fora da sede, houve a necessidade de estabelecer uma Coordenação Nacional dos Cursos Descentralizados da ENSP (Concurd).

A oferta do primeiro Programa de Residência ocorreu no ano de 1979, a Residência em Medicina Preventiva e Social, formando, a partir de então, centenas de residentes que se espalharam por todo o país. A residência a referida área da medicina deixou de ser ofertada no ano de 1996, e, em 2005, iniciou-se a oferta da Residência Multiprofissional em Saúde da Família, seguida da Residência em Medicina de Família no ano de 2009.

Entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2000, um conjunto de projetos estratégicos teve início na ENSP levando à mudança estrutural do ensino da Escola em menos de dez anos.

O primeiro projeto foi a reorientação programática denominada Escola de Governo em Saúde (EGS/ENSP), principiada no ano de 1998² (Buss, 1998) e formalizada por meio da Portaria Interna n. 006/01, de 12 de junho de 2001, trazendo a proposta estratégica de reestruturação dos programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica da ENSP/Fiocruz, para a preparação de quadros e produção de conhecimentos. O objetivo central da EGS era “*aumentar a capacidade de governo do sistema de saúde do país, propondo-se a estruturar a formação e a educação permanente de gestores públicos em saúde, incorporando as características da moderna gestão de sistemas, serviços, organizações e programas*” (Portaria ENSP 006/2001).

Também decorrente da reorientação estratégica da Escola de Governo em Saúde, ocorreu, em 1998, a criação do Programa de Educação a Distância (PROEAD), iniciando a oferta de cursos na modalidade EAD. Em 2005, o PROEAD estabelece-se como coordenação estratégica vinculada à Direção, definindo-se, naquele momento, articulada ao projeto estratégico da Fiocruz, configurando-se um programa para apoio e desenvolvimento de projetos de EAD para o conjunto de unidades da Fiocruz³ (Buss e Gadelha, 2002).

Em paralelo ao desenvolvimento da estrutura de ensino *lato*, iniciou-se, a partir de 2002, pela liderança da EGS, um movimento de reflexão a respeito da dinâmica da área de Ensino e dos cursos ofertados pela Instituição, o que desencadeou o desenvolvimento do projeto “ENSP em Movimento”. Tal projeto possibilitou aprofundar a discussão do currículo baseado em competências e a configuração de uma proposta de estrutura do ensino *lato* em três áreas de prática: 1 - Política, Gestão e Atenção à Saúde; 2 - Vigilâncias em Saúde; 3 - Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social.

A configuração das áreas de prática compunha um projeto maior de configuração de programas de formação em saúde com itinerários formativos para cada área. Contudo, apesar de essa estratégia haver apontado para a reordenação da oferta educacional da ENSP e a construção de programas de formação que contemplassem processos de aprendizagem institucionais, tais transformações ocorreram de forma não linear nos diversos departamentos da ENSP e produziram resultados diferenciados para cada área de prática.

A reorientação programática do ensino *lato sensu*, com a criação da Escola de Governo e do Programa de Educação a Distância, possibilitou significativa expansão da oferta de cursos da Escola, em especial de cursos “sob demanda” e financiamento externo. Tal mudança coincide com o momento de criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) no ano de 2003, responsável pela Política de Educação Permanente em Saúde, estabelecendo incentivos à realização de cursos de qualificação profissional.

Observa-se, a partir de então, o aumento do número de cursos ofertados pela ENSP, tanto na modalidade presencial como a distância. É possível citar como referência o ano 2000, que contava com oferta de menos de 10 cursos *lato sensu* e qualificação profissional, sendo apenas 2 deles na modalidade EAD. Em 2004, a oferta de cursos ultrapassou o número de 70, sendo 12 cursos na modalidade EAD.

Por sua trajetória na formação *lato sensu*, a ENSP é conhecida e reconhecida em todo o território nacional. Pelo país inteiro, encontram-se ex-estudantes, seja como profissionais de saúde ou gestores do sistema. É uma escola de referência nacional com o objetivo central de formação para o Sistema Único de Saúde (SUS).

² BUSS, P. Uma Escola de Governo em Saúde. Cadernos de Saúde Pública, 14(1): 4-5, 1998.

³ BUSS, P; GADELHA, P. Fundação Oswaldo Cruz experiência centenária em biologia e saúde pública. São Paulo em Perspectiva, 16(4): 73-83, 2002.

Os dados da série histórica 2004-2016 expressam a trajetória dessa área nos últimos anos.

Ao observar a longa trajetória, de 2004 a 2016 (Tabela 36), torna-se oportuno perceber o fato de que a oferta de cursos *lato sensu* e qualificação profissional apresentaram crescimento atípico em 2004, mantendo, após esse ano, certa estabilidade. Em 2004, foram ofertados 71 cursos, com 21 presenciais, realizados fora de sede, e 8 na modalidade EAD mantidos com recursos da própria Escola.

No período de 1999 a 2009, uma parte da oferta de cursos EAD manteve-se com financiamento da Escola em cursos considerados regulares e estratégicos para a formação em saúde, tais como: Curso de Especialização de Autogestão em Saúde, Curso de Aperfeiçoamento em Biossegurança em Saúde, Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância Sanitária, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipais e Impacto Ambiental, Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância Alimentar e Nutricional, Curso de Aperfeiçoamento Saúde Mental, Políticas e Instituições, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de Projetos de Investimentos em Saúde, Curso de Atualização em Internet para Profissionais de Saúde e Curso de Atualização em Processos de Gestão e Tecnologias da Informações em Saúde.

A partir de 2010, foram realizados apenas cursos EAD em parceria institucional, o que exigiu papel mais ativo da área de cooperação da Escola no processo de formulação e negociação de novos projetos de formação. Há também, desde 2008, uma tendência de oferta de novos cursos EAD, em novas áreas temáticas, ampliando as possibilidades de parceria.

Os anos de 2011, 2013 e 2014 foram os que apresentaram menor oferta de cursos na série histórica. Em 2011, a queda ocorre na oferta de cursos EAD, e nos outros anos, a queda decorre da oferta de cursos presenciais. Não há razão explícita que explique a queda na oferta EAD em 2011, mas considerando que a oferta em tal modalidade passou a depender da captação de recursos externos e de processos de negociação, pode-se depreender que o referido ano sofreu os reveses da conjuntura.

Já nos anos de 2013 e 2014, o decréscimo na oferta de cursos presenciais se explica pela interrupção da oferta de cursos fora de sede, atendendo a uma orientação do MEC para suspensão desse tipo de oferta. Assim, de seis cursos fora de sede realizados em 2012, passa-se para um curso em 2013, e nem um curso a partir de 2014. Mas, como estratégia para manter o diálogo com os estados e garantir a formação de profissionais de saúde no território nacional, reconhecido como missão importante da ENSP, foi adotada a orientação, a partir de 2013, de se realizar parcerias com as instituições formadoras dos estados, contando com o apoio do trabalho em rede favorecido pela RedEscola e mantendo a atuação da ENSP como articuladora e participante em eventos-chave do processo formativo. Portanto, de 2015 em diante, a ENSP passou a ser representada no grupo de condução da RedEscola pela Vice-Direção de Ensino, que buscou aprofundar tanto no contexto da Rede como no âmbito da Escola a discussão do trabalho em rede. Um exemplo dessa atuação é o projeto “Formação em Saúde Pública”, sob a coordenação da RedEscola e cujo objetivo é fortalecer a atuação das Escolas de Saúde Pública e Centros formadores estaduais na formação em saúde. Entre 2015 e 2016, realizadas oficinas para construção dos projetos pedagógicos dos cursos com a participação da ENSP. Em 2016, iniciados 10 cursos de formação de sanitaristas em diferentes estados do Brasil, abarcando todas as regiões. Com isso, a ENSP deixou de ser a executora direta na formação em saúde pública nos diferentes estados do país e passou a atuar como articuladora e apoiadora no processo de formação liderado pelas

próprias Escolas e Centros estaduais. A experiência trouxe, também, ganhos imediatos para a ENSP, que, a partir da experiência, reforçou o debate sobre o projeto de formação em saúde pública que oferta anualmente, iniciando um conjunto de oficinas para revisão e atualização do projeto pedagógico do curso de saúde pública.

Na Tabela 36, também é possível observar que há decréscimo de oferta EAD nos anos 2015 e 2016 e acréscimo da oferta de cursos presenciais. O decréscimo da oferta EAD decorre da dificuldade para estabelecimento de novos projetos a partir de 2014, quando já é possível perceber o movimento de crise econômica no país, com reflexos no Ministério da Saúde. Já o acréscimo da oferta presencial ocorre pelo incentivo à realização de novos cursos e a busca de maior institucionalidade nos cursos de qualificação profissional, principalmente, como pode ser observado na Tabela 37.

Tabela 36 – Cursos *Lato Sensu* e de Qualificação Profissional, presenciais e EAD, ofertados pela ENSP de 2004 a 2016

	EAD	Presencial	Total
2004	12	59	71
2005	15	37	52
2006	15	40	55
2007	11	36	47
2008	20	35	55
2009	16	26	42
2010	13	32	45
2011	9	30	39
2012	13	35	48
2013	12	21	33
2014	16	22	38
2015	10	34	44
2016	10	31	41

Fonte: Sigals, SigaEPS, Simios.

No ano de 2014, com a aprovação da primeira versão do Regulamento de *Lato Sensu* da ENSP, definiu-se uma nova categoria de cursos para atender à necessidade de formação de profissionais de nível médio, denominados Cursos de Formação Continuada. Essa definição decorreu da demanda de coordenadores de curso que recebiam, em suas formações, uma clientela mista, profissionais com graduação e profissionais com nível médio, os quais necessitavam de formação profissional em temas específicos, pois atuavam como gestores do sistema, independente do grau obtido de formação. Historicamente, esse tipo de formação realizava-se em parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Porém, muitas vezes, o projeto de curso não correspondia ao projeto de formação previsto no âmbito da educação profissional, tal como preconizado pela Escola Politécnica, implicando dificuldades para a realização da parceria.

Assim, a solução adotada no Regulamento de *Lato Sensu* da ENSP foi possibilitar a oferta de cursos com turmas mistas e a exigência mínima de formação escolar no nível médio, mas, também, a realização de parcerias com a EPSJV, quando necessário, para a formação técnica de profissionais.

Com tal encaminhamento, muitos cursos que não eram considerados pela orientação institucional e realizados no âmbito dos departamentos, tais como cursos livres e sem certificação, passaram a ser ofertados com reconhecimento institucional.

Tabela 37 – Cursos *Lato Sensu* e de Qualificação Profissional por nível, nas modalidades presencial e EAD de 2004 a 2016

	Residência	Especialização	Aperfeiçoamento	Atualização	Formação Continuada	Total
2004	0	32	11	28	0	71
2005	1	22	13	16	0	52
2006	1	20	13	21	0	55
2007	1	22	10	14	0	47
2008	1	19	16	19	0	55
2009	1	17	14	10	0	42
2010	1	28	8	8	0	45
2011	1	20	9	9	0	39
2012	2	21	12	13	0	48
2013	2	19	4	8	0	33
2014	2	15	9	11	1	38
2015	2	19	6	7	10	44
2016	2	18	4	9	8	41

Fonte: Sigals, SigaEPS, Simios.

Outro aspecto importante a destacar na oferta de cursos presenciais, em período mais recente, é o surgimento de novos cursos de especialização, com previsão de oferta regular dos departamentos, trazendo temáticas estratégicas e de interesse para a formação em saúde. Um exemplo é o Curso de Gestão Urbana e Saúde, apresentado pelo Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental. Seu objetivo é desenvolver uma visão crítica e estratégica sobre as políticas, planos e programas que têm determinado historicamente a expansão territorial urbana de uma cidade ou metrópole, fortalecendo e ampliando a pauta da Saúde Coletiva na agenda e nas práticas de gestão e planejamento urbanos do país e a partir do conceito de determinantes urbanos da saúde coletiva.

Interessante, ainda, salientar que os cursos de especialização se mantiveram em toda a série histórica como a principal oferta de cursos pela Escola.

A Tabela 38 possibilita a percepção mais específica do número de alunos que frequentaram os cursos nesses anos, ou seja, mais de 80 mil matriculados de 2004 a 2016, tendo a formação em EAD mobilizado, por razões óbvias, o maior contingente. Cabe destacar o fato de que a modalidade EAD possibilitou alcançar territórios distantes e profissionais na grande maioria dos municípios do país, reforçando a missão da Escola de formar para o sistema de saúde.

Tabela 38 – Alunos matriculados em Cursos *Lato Sensu* e de Qualificação Profissional presenciais e EAD de 2004 a 2016

	EAD	Presencial	Total
2004	3.536	1.503	5.039
2005	4.399	950	5.349
2006	1.786	1.161	2.947
2007	2.527	920	3.447
2008	2.828	801	3.629
2009	6.820	717	7.537
2010	6.003	1.637	7.640
2011	9.081	968	10.049
2012	4.754	750	5.504
2013	9.981	461	10.442
2014	10.498	517	11.015
2015	3.516	842	4.358
2016	6.238	737	6.975
Total	71.967	11.964	83.931

Fonte: Sigals, SigaEPS, Simios.

A Tabela 39 apresenta o quantitativo de alunos formados a cada ano por modalidade. Percebe-se expressiva diferença entre o número de alunos matriculados e os formados. Essa diferença revela, por um lado, a evasão de alunos, mas, por outro, a dificuldade para encerramento de turmas, em especial nos cursos presenciais.

Sobre a evasão, é possível o acompanhamento de cada curso ofertado na modalidade EAD pelo Sistema de Acompanhamento Escolar dos cursos EAD (Simios). Já no que diz respeito aos cursos presenciais, o acompanhamento ocorre de forma manual, sem um sistema de apoio à gestão que atenda às necessidades dessa ação.

Aponta-se relevante distinção nos índices de evasão entre os diferentes cursos EAD. A média de evasão, se consideradas todas as ofertas do período (2004-2016), foi de 29%, mas há cursos em que a evasão alcançou menos de 20%, enquanto em outros ultrapassou 80%⁴. Esses dados servem de análise no processo de avaliação de cada curso, trazendo elementos para a revisão e apresentação de nova oferta.

Também nos cursos presenciais há uma diferença importante relacionada aos índices de evasão, sendo a média do período de 27%. O grande problema na oferta de cursos presenciais tem sido o encerramento do curso propriamente dito. Nesses anos, um conjunto bastante expressivo de turmas não foi finalizado, muitas vezes em virtude da não entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou mesmo de documentações. Para tanto, expressivo esforço de orientação e cobrança das coordenações para fechamento das turmas vem ocorrendo.

⁴ Deve-se considerar que as taxas de 10 a 20% de evasão são aceitáveis, sendo desejáveis índices abaixo de 10%.

Por conta desse cenário, tornou-se fundamental estabelecer diretrizes e fluxos a fim de apreciar novas ofertas de curso, por meio de entrega de relatório final da oferta, objetivando manter o compromisso do coordenador no encerramento dos cursos e a entrega de documentação a cada oferta. Também o regulamento do *lato sensu* reforça a necessidade de avaliação dos cursos e o acompanhamento da gestão na oferta regular e em parceria institucional.

Tabela 39 – Alunos formados em Cursos *Lato Sensu* e Qualificação Profissional presencial e EAD de 2004 a 2016

	EAD	Presenciais	Total
2004	3.233	1.252	4.485
2005	3.897	799	4.696
2006	2.221	889	3.110
2007	2.165	716	2.881
2008	2.055	592	2.647
2009	5.338	542	5.880
2010	4.578	1.066	5.644
2011	7.364	564	7.928
2012	3.464	300	3.764
2013	5.590	348	5.938
2014	2.811	926	3.737
2015	6.547	331	6.878
2016	1549	424	1.973
Total	50.812	8.749	59.561

Fonte: Sigals, SigaEPS, Simios.

Em síntese, por ano, são ofertados em torno de 30 a 40 cursos *lato sensu* e qualificação profissional nas modalidades presencial ou a distância, sendo mais frequente a oferta dos cursos de especialização, entre 15 a 20 cursos por ano.

São cursos de LS presenciais que mantêm oferta regular com sustentação majoritária dos departamentos e centros, com algumas exceções de cursos vinculados à Escola de Governo ou Interdepartamentais:

Quadro 3 – Cursos de Especialização na modalidade presencial com oferta regular

Curso de Especialização	Subunidade
Direitos Humanos e Saúde	Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural
Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos	Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural
Gestão da Atenção Básica	Escola de Governo em Saúde
Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde	Departamento de Administração e Planejamento em Saúde
Gestão e Tecnologias do Saneamento	Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental
Gestão Urbana e Saúde	Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental

Quadro 3 – Cursos de Especialização na modalidade presencial com oferta regular (cont.)

Curso de Especialização	Subunidade
Pneumologia Sanitária	Centro de Referência Professor Hélio Fraga
Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	Departamento de Administração e Planejamento em Saúde
Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
Saúde Mental e Atenção Psicossocial	Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural
Saúde Pública	Interdepartamental
Vigilância Sanitária	Departamento de Administração e Planejamento em Saúde

Além disso, as duas residências – Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade – também são ofertadas a cada ano. A Residência Multiprofissional envolve um conjunto de docentes dos diferentes departamentos, sendo considerada curso interdepartamental, e a Residência Médica está vinculada ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria.

Dentre os cursos em parceria institucional, apresentam-se, em especial, os que atendem ao território nacional e demandas internacionais. São majoritariamente atualizações e formação continuada.

Os Cursos *Lato Sensu* e Qualificação Profissional contam com a participação e engajamento de um conjunto expressivo de docentes, com mais de 300 professores envolvidos nos diferentes cursos. Ressalta-se o fato de que a EAD já formou mais de 2.500 tutores desde sua criação, sendo eles parte do corpo docente dos cursos ofertados.

No processo de credenciamento institucional para oferta de cursos *lato sensu*, foi realizado levantamento exaustivo da participação docente em cada curso, o que possibilitou também produzir um diagnóstico mais preciso sobre essa participação. Alguns aspectos merecem atenção especial frente às regras estabelecidas pelo MEC para os cursos *lato sensu* e, também, pactuadas no regulamento de *lato sensu* e qualificação profissional da ENSP:

- ✓ participação de docentes externos, ultrapassando o parâmetro de 30%;
- ✓ participação de docentes sem a qualificação mínima exigida para o nível do curso, pelo menos com título de especialista.

Além dessas questões, cabe destacar que é preciso avançar na discussão político-pedagógica dos cursos aprofundando o debate sobre organização curricular, se por unidade de aprendizagem, módulo ou bloco, estratégias e recursos didáticos, avaliação e outros temas. Há, claramente, cursos mais estruturados, os quais contam com orientação pedagógica para o desenvolvimento da formação, e outros que enfrentam dificuldades para se manter como oferta regular, apresentando problemas inclusive para manter o engajamento dos docentes.

Enfim, o diagnóstico da oferta de cursos *lato sensu* e qualificação profissional reforça a necessidade de retomada do debate acerca dos itinerários formativos e programas de formação, como uma estratégia para se organizar eixos estratégicos de formação e implicar docentes e subunidades no desenvolvimento do ensino.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Iniciada no ano de 1977, com a oferta do primeiro curso de mestrado em Saúde Pública. Já a primeira turma de doutorado foi em 1980. Na década de 1970, com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social (Prosoci), um conjunto de projetos estratégicos de investigação na área social obteve financiamento, e, nele, ganhou contornos a formação de um campo de investigação específico da saúde coletiva (Ribeiro, 1991)⁵. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foi a principal instituição de fomento nesse período, possibilitando a consolidação de dois programas de investigação na área da Saúde Coletiva: o Programa de Estudos Socioeconômicos em Saúde (Peses) e o Programa de Estudos e Pesquisas Populacionais e Epidemiológicas (Peppe), ambos realizados no interior da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Também, nesse contexto, apresentou-se o Programa de Apoio ao Mestrado em Medicina Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj).

Até o ano de 1980, existiam apenas quatro cursos de mestrado em Saúde Pública/Saúde Coletiva e um de doutorado em funcionamento no Brasil. A Escola Nacional de Saúde Pública apresenta-se nesse grupo exercendo, desde então, papel fundamental na formação de docentes e profissionais de saúde.

Além das especificidades da Saúde Coletiva, cabe reconhecer que a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil passou por diferentes momentos e esteve atrelada à Política de Ciência e Tecnologia. Alguns movimentos na trajetória da Política de C&T e da pós-graduação merecem destaque, em especial pelas implicações e condicionalidades para a organização dos programas de pós-graduação no decorrer dos anos.

Em 1977, implantado o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, tendo como fundamentos o estímulo à produção científica e à difusão do conhecimento. Naquele momento, foi estabelecida, também, a avaliação por conceitos (A até E).

A diretriz básica presente no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1979, era de “conferir racionalidade às agências de fomento por meio de mudanças em seus perfis institucionais” (Guimarães e Sayd, 1994: 258)⁶, com a delimitação de uma política de C&T que passou a priorizar a “pesquisa aplicada”.

Na década de 1980, as primeiras críticas à dependência científico-cultural do modelo da pós-graduação brasileira foram apresentadas, em especial à subordinação do país ao adotar as normas das revistas internacionais como parâmetro para avaliação de nossa produção.

A década de 1990 marcou o Sistema de Avaliação com reformulações.

Em 1990, os conceitos foram substituídos por notas de 1 a 5, e incluídos alguns indicadores quantitativos, entre eles quantidade de artigos publicados pelos programas.

Em 1998, realizada padronização da ficha de avaliação, com sete quesitos (proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, corpo discente, teses, dissertações e produção intelectual).

Nesse contexto, afirma-se uma preocupação com a qualificação da produção dos programas e, portanto, busca-se avaliar os efeitos/impactos da produção científica adotando como critério para avaliação a classificação dos veículos de divulgação da produção científica.

⁵ RIBEIRO, P. T. A instituição do campo da saúde coletiva no Brasil. 1975/1978. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, ENSP/Fiocruz, 1991.

⁶ GUIMARÃES, R; SAYD, J. A Pesquisa em saúde na década de 80. In: Guimarães, R. & Tavares, R. Saúde e Sociedade no Brasil nos anos 80. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Abrasco/IMS, 1994.

Segundo Barata (2016), dois pressupostos foram incorporados nesse modelo avaliativo:

- ✓ “A aceitação de que um artigo por periódico indexado e com sistema de *peer review* garantia, de certo modo, a sua qualidade.”
- ✓ “Periódicos com circulação internacional e maior impacto na comunidade acadêmica teriam processos de seleção mais competitivos, e, portanto, os artigos por eles teriam qualidade e relevância” (Barata, 2016: 15)⁷.

Conforme tais pressupostos, há um foco da avaliação na produção científica, em especial em artigos indexados com circulação internacional.

O investimento na Política de C&T levou à criação de novos programas em todas as áreas. Na Saúde Coletiva, somente na década de 1990, foram criados mais 11 cursos de mestrado e 5 de doutorado. O grande crescimento da área da Saúde Coletiva apresentava-se como um desafio⁸.

Os critérios de avaliação adotados também aceleraram o ritmo da produção acadêmica a partir dos anos 1990, mais que duplicando a produção acadêmica em uma década, mantendo a tendência de aceleração ainda maior a partir dos anos 2000, trazendo outros desafios para o próprio modelo avaliativo.

Os efeitos de todo esse processo também refletiram na ENSP.

No ano de 2004, apresentado um estudo de cenários da pós-graduação⁹ que apontava como problema central “o crescimento, mudanças e complexificação do Programa de Pós-Graduação da ENSP acompanhado de processo de fragmentação, chegando ao limite de sua forma de organização e apontando para dificuldades de manutenção da qualidade do mesmo (incluindo a nota 6 da Capes)”¹⁰.

Cabe indicar que a Escola já havia iniciado, em 2002, a oferta de cursos de mestrado profissional no âmbito de cada programa, trazendo novas questões para a estruturação da pós-graduação na instituição.

Três grandes desafios foram apresentados no estudo dos cenários: um primeiro direcionado à governança, indicando necessidade de uma estrutura gerencial e direção estratégica entre os programas e formas de regulação dos cursos ofertados, apontando para a possível criação de novos programas; um segundo desafio de rediscussão do perfil/identidade do Programa de Saúde Pública frente à criação de novos programas ou modalidades, como o mestrado profissional; um terceiro desafio de articulação entre as estratégias de formação promovidas no âmbito da Escola, abrangendo o *stricto* e *lato sensu*.

Após o estudo de cenários, surgiu a proposta de criação do Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente, que foi apresentado à Capes e aprovado no ano de 2006. O segundo programa a se constituir foi o de Epidemiologia

⁷ BARATA, R. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. Revista Brasileira de Pós-Graduação, , 13(30): 13-40, 2016.

⁸ BARATA, R. B.; GOLDBAUM, M. Perfil dos Pesquisadores com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq da área de Saúde Coletiva. Cadernos de Saúde Pública, 2003; 19: 1863-1876.

⁹ RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E.; FREITAS, C. M. Cenários da Pós-graduação *Stricto Sensu* da ENSP. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2004.

¹⁰ Apresentação estudo Cenários, disponível em: <http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/aptcenarios.PDF>

em Saúde Pública, submetido à apreciação do Conselho Deliberativo da Escola, encaminhado para Capes e aprovado para início em 2007. O último programa a se instituir na Escola foi o de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva no ano de 2010, sendo esse uma proposta de cooperação ampla com outras três instituições (Uerj, UFF e UFRJ), constituindo-se num processo diferenciado em relação à criação dos demais programas.

Em 2012, foi criada a Coordenação dos Mestrados Profissionais em Saúde Pública com o objetivo de definir um sistema próprio de governança e regulação para tais cursos. No mesmo ano, também se conformou a organização de um Fórum de Coordenadores de Cursos de Mestrado Profissional objetivando acompanhar, orientar e propiciar o debate e aproximação da Coordenação dos Programas com os coordenadores de curso. Dessa organização surgiu a proposta de configuração de três áreas de concentração específicas para o mestrado profissional: Vigilância em Saúde, Gestão em Saúde e Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Em 2013, a partir de novo movimento de reestruturação do Programa de Saúde Pública, julgou-se pertinente revincular a coordenação dos mestrados profissionais no âmbito de cada programa, e o fórum de coordenadores passou a contar com a participação dos coordenadores de área de concentração dos programas com o propósito de também aproximar a discussão das áreas do acadêmico com os cursos de mestrado profissional e, assim, buscar mais sinergia entre as estratégias do acadêmico e profissional e uma política-institucional para oferta de cursos. Também no ano de 2013, aprovado novo regimento para o Programa de Saúde Pública, que, além de revisões específicas sobre a governança e diretrizes acadêmicas para o mestrado e doutorado, avançou nas diretrizes para o mestrado profissional.

Para além da governança em sua especificidade, o cenário mais recente da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e a trajetória específica da Escola reforçam a necessidade de se colocar em discussão a orientação político-institucional e acadêmica voltada à oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela ENSP, assim como os critérios para inserção e reconhecimento dos profissionais que podem e devem contribuir para esse âmbito de ensino.

Em 2016, 249 docentes estavam credenciados em algum dos programas *stricto sensu* da ENSP, atuando no doutorado, mestrado acadêmico ou mestrado profissional. Dos docentes credenciados, 163 eram doutores da ENSP, apresentando a seguinte participação nos programas:

- ✓ 61 docentes com atuação em um programa acadêmico;
- ✓ 60 docentes com atuação em um programa acadêmico e um profissional;
- ✓ 17 docentes com atuação em um programa profissional;
- ✓ 11 docentes com atuação em dois programas acadêmicos;
- ✓ 10 docentes com atuação em dois programas acadêmicos e um profissional;
- ✓ 3 docentes com atuação em um programa acadêmico e dois profissionais;
- ✓ 1 docente com atuação em dois programas acadêmicos e dois profissionais.

Nesse mesmo ano, a Escola contava 222 doutores, o que significa que pelo menos 59 doutores não estavam incluídos nos programas de *stricto sensu*.

A inserção de doutores da ENSP nos programas remete aos critérios de credenciamento adotados e definidos por cada programa e para o mestrado profissional. Trata-se de um debate que ainda merece ser aprofundado e remete à discussão sobre a missão da Escola na formação em saúde, o papel de cada programa nessa missão e a mediação com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no debate sobre os critérios de avaliação a serem adotados e valorizados na área da Saúde Coletiva.

De 2013 a 2016, o tema da avaliação foi amplamente discutido pelo Fórum de Coordenadores da ABRASCO, com consenso a respeito da necessidade de se buscar valorizar outros critérios mais qualitativos para análise dos programas de pós-graduação da área frente ao esgotamento do modelo na discriminação dos programas pela produção.

Também o documento de avaliação do triênio 2010-2012 da área de Saúde Coletiva¹¹ reforçou o posicionamento quanto ao esgotamento do modelo de avaliação, indicando necessidade de um novo esforço de formulação que contemplasse as mudanças e facilitasse o processo de acompanhamento dos cursos.

Na avaliação trienal 2010-2012, a Escola obteve nota 6 nos programas de Saúde Pública, Saúde Pública e Meio Ambiente e Epidemiologia em Saúde Pública. O programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva manteve sua nota 4, apesar de ter sido avaliado como muito bom, mas seguindo a orientação de que programas só mudam as notas a partir da segunda avaliação. E os mestrados profissionais de Saúde Pública e Epidemiologia obtiveram nota máxima para essa modalidade, ou seja, nota 5.

Cabe destacar o fato de que a nota 6, recebida pelo Programa de Saúde Pública, significou um ganho importante para a Escola, pois mostrou a possibilidade de se manter um programa de grande extensão e diversidade num contexto de avaliação cuja ênfase ainda foi a produção acadêmica reconhecida pela área.

Os dados da série histórica da pós-graduação *stricto sensu* da ENSP revelam a magnitude e complexidade da organização do *stricto sensu* na Escola, possibilitando o reconhecimento de alguns desafios e sinalizações de perspectivas.

Os quatro Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ENSP recebem por ano em média 200 novos alunos (incluindo os mestrados profissionais e parcerias internacionais e interinstitucionais) e, também, se formam por ano igual número de alunos. No período de 2011 a 2016, há possibilidade de constatar o quão expressivo é o volume de egressos em todos os cursos, com pequenas variações e oscilações nos anos da série (Tabela 40 e Gráfico 14). Importante destacar a queda significativa no número de egressos no doutorado no ano de 2016, que será detalhada mais adiante por meio da análise dos indicadores por programa. Relevante mencionar a situação do mestrado acadêmico, que permanece estável em quantitativo de alunos e egressos, e o mestrado profissional, que mantém variações na série em especial por ocorrer a partir da demanda de realização de cursos.

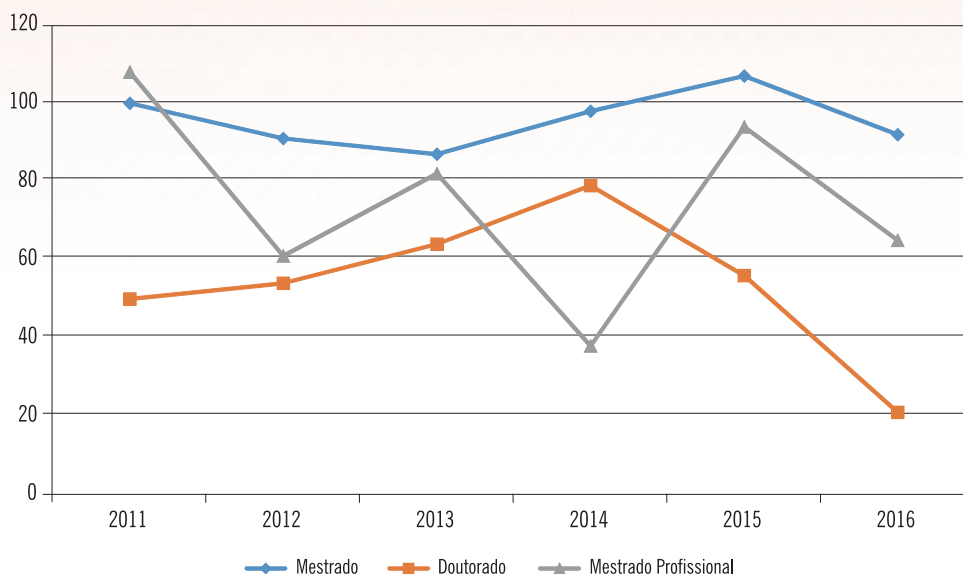
¹¹ Relatório de Avaliação 2010-2012 – Trienal 2013 – Área: Saúde Coletiva, 2013: 2-3.

Tabela 40 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Mestrado	100	91	87	98	107	92	483
Doutorado	50	54	64	79	56	21	303
Mestrado Profissional	108	61	82	38	94	65	448
Total	258	206	233	215	257	178	1.347

Fonte: Sigass.

Gráfico 14 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado de 2011 a 2016



Fonte: Sigass.

Programa de Saúde Pública (PSP)

Por sua trajetória, o Programa de Saúde Pública (PSP) é ainda o que mais reflete a diversidade da Escola. Em 2016, apresentava o maior número de docentes credenciados, 114 docentes – 74 permanentes, 37 colaboradores e 3 visitantes –, e o maior quantitativo de alunos formados por ano, 71 alunos – 66 no mestrado acadêmico e 5 no doutorado.

O PSP organiza-se em oito áreas de concentração: Abordagem Ecológica de Doenças Transmissíveis, Políticas, Planejamento, Gestão e Práticas em Saúde, Políticas Públicas e Saúde, Território, Vigilância e Avaliação das Condições de Saúde, Saneamento Ambiental, Saúde e Sociedade, Saúde, Trabalho e Ambiente, Violência e Saúde. Ressalte-se que, no ano de 2016, retomou-se a discussão sobre a reestruturação das áreas do Programa e uma primeira reconfiguração ocorreu a partir do diálogo com o Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente, que também havia iniciado o processo de revisão das áreas. Como resultado desse diálogo, os docentes da área de Saneamento do PSP foram incorporados no PSPMA com a sinalização de encerramento desta área no âmbito do Programa de Saúde Pública.

De 2011 a 2016, o programa desenvolveu projetos interinstitucionais (Doutorado Interinstitucional na Paraíba e em Manuas - Dinter/PB e Dinter/Manaus) e internacionais (Mestrado em Saúde Pública no Peru e Mestrado em Sistemas de Saúde em Moçambique) que reafirmam a missão da Escola no fortalecimento da internacionalização e cooperação com regiões do Brasil e países vizinhos.

Na série histórica, de 2011 a 2016, é possível perceber (Tabela 41) ser relativamente estável o número de alunos formados nesses anos, com índice de egressos bastante bom (Tabela 42). Destaca-se a queda expressiva no número de egressos no doutorado no ano de 2016, o que reflete especialmente o processo seletivo adotado nesse ano.

Tabela 41 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PSP) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Mestrado	70	55	56	75	47	66	369
Doutorado	39	38	51	61	30	5	224
Total	109	93	107	136	77	71	593

Fonte: Sigass.

Tabela 42 – Índice de egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PSP) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mestrado	95%	85%	90%	74%	92%	84%
Doutorado	93%	86%	77%	82%	83%	71%

Fonte: Sigass.

Um indicador importante no acompanhamento acadêmico é o percentual de alunos com conclusão do curso no tempo regulamentar. Na Tabela 43, observa-se haver maior dificuldade no cumprimento dos prazos no mestrado em relação ao doutorado, sendo importante reconhecer os desafios que se apresentam nesse âmbito da formação e definir estratégias para encaminhamento.

Tabela 43 – Percentual de conclusão do Curso de Mestrado e Doutorado no prazo regulamentar (PSP) de 2011 a 2016

Mestrado SP – % de conclusão no prazo regulamentar					
2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016
47%	78%	50%	50%	66%	52%
Doutorado SP – % de conclusão no prazo regulamentar					
2007-2011	2008-2012	2009-2013	2010-2014	2011-2015	2012-2016
44%	61%	37%	84%	87%	83%

Fonte: Sigass.

Outro dado interessante na análise dos dados é a comparação entre o número de inscrições realizadas e matrículas efetuadas para o mestrado e doutorado a cada ano (Tabelas 44 e 45).

No caso do mestrado, percebe-se expressiva demanda de formação todos os anos, porém com uma diferença importante entre as áreas. As áreas de Políticas, Planejamento, Gestão e Práticas em Saúde e Saúde, Trabalho e Ambiente concentram o maior quantitativo de inscritos e matriculados todos os anos; enquanto as demais áreas apresentam variações na oferta de vagas, na demanda e matriculados. A análise desses dados em conjunto com a discussão sobre as vagas ofertadas, docentes que participam de cada área e os objetivos da formação de cada área são aspectos importantes a considerar no processo de revisão das áreas e sua reestruturação.

Tabela 44 – Número de candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (mestrado) PSP

	2011			2012			2013			2014			2015			2016			Total das áreas		
Áreas Mestrado Acadêmico	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc	Inscritos	Matriculados	% mat/insc
Abordagem ecológica de doenças transmissíveis	16	9	56%	13	7	54%	9	4	44%	8	7	88%	4	4	100%	8	4	50%	58	35	60%
Políticas, Planejamento, Gestão e Práticas em Saúde	79	16	20%	71	10	14%	77	12	16%	102	19	19%	123	17	14%	100	14	14%	552	88	16%
Políticas Públicas e Saúde	34	8	24%	0	0	0%	30	12	40%	24	10	42%	34	9	26%	33	6	18%	155	45	29%
Território, Vigilância e Avaliação das Condições de Saúde	20	5	25%	0	0	0%	8	3	38%	6	4	67%	15	6	40%	14	4	29%	63	22	35%
Saneamento Ambiental	0	0	0%	13	6	46%	16	5	31%	17	6	35%	17	7	41%	13	6	46%	76	30	39%
Saúde e Sociedade	41	4	10%	33	3	9%	15	3	20%	23	5	22%	0	0	0%	0	0	0%	112	15	13%
Saúde, Trabalho e Ambiente	35	10	29%	24	7	29%	41	7	17%	42	15	36%	48	13	27%	39	10	26%	229	62	27%
Violência e Saúde	22	6	27%	14	5	36%	7	4	57%	26	8	31%	30	8	27%	32	9	28%	131	40	31%
Total por ano	247	58	23%	168	38	23%	203	50	25%	248	74	30%	271	64	24%	239	53	22%	1.376	337	24%

Fonte: Sigass e Sicos.

No doutorado, observa-se, na Tabela 45, o fato de que a oferta de vagas tem sido, em geral, condizente com a demanda, com exceção do ano de 2012, quando foi introduzida a aplicação de prova no processo seletivo. Também, naquele ano, constata-se como alto o nível de reprovação. Para os demais anos da série, houve melhor desempenho dos candidatos, mas, ainda assim, as vagas ofertadas não foram preenchidas. A dificuldade de incorporação de alunos de doutorado no programa tem implicações para a avaliação, em especial na capacidade de manter um número mínimo de alunos em orientação por docente credenciado, bem como de quantitativo de alunos de doutorado esperado frente ao tamanho do programa.

Tabela 45 – Número de vagas, candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (doutorado) PSP

Doutorado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Vagas	54	40	52	45	44	54	354
Inscritos	69	28	57	57	44	62	384
Matriculados	33	6	25	25	20	22	170
% Inscritos/Vagas	128%	70%	110%	127%	100%	115%	108%
% Matriculados/Inscritos	48%	21%	44%	44%	45%	35%	44%
% Matriculados/Vagas	61%	15%	48%	56%	45%	41%	48%

Fonte: Sigass e Sicos.

O número de alunos matriculados por ano possibilita prever o número de egressos e as ações necessárias com a intenção de manter a estabilidade do programa. O quadriênio 2013-2016 apresenta um cenário de egressos estável para o mestrado e difícil para o doutorado, em especial considerando o último ano do período, com ingresso em 2012.

Tabela 46 – Alunos matriculados por ano nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado no Programa de Saúde Pública de 2009 a 2016

	Mestrado	Doutorado
2009	74	44
2010	65	39
2011	58	33
2012	38	6
2013	50	25
2014	74	25
2015	64	20
2016	53	22

Fonte: Sigass e Sicos.

Mestrado Profissional em Saúde Pública

No âmbito do PSP, inserem-se também os cursos de mestrado profissional, que se constituíram, em 2002, objetivando “*formar profissionais para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico em Saúde Coletiva, bem como o desenvolvimento de habilidades para a realização de pesquisas e desenvolvimento de processos, produtos e metodologias em áreas específicas da saúde coletiva*”. (Regimento Interno do PSP, 2013: 9)

Em 2016, estavam credenciados para atuar no mestrado profissional 114 docentes – 49 permanentes, 58 colaboradores e 7 visitantes. A proporcionalidade entre docentes permanentes e colaboradores é uma questão crítica na avaliação desse programa, porém se justifica frente à diversidade de cursos e temas de expertise presentes nessas formações. No período de 2013 a 2016, iniciaram ou encerraram oferta 14 cursos de mestrado profissional (Tabela 47), com diferentes temas e linhas de atuação.

O quantitativo de alunos formados a cada ano é bastante significativo, apresentando alto índice de egressos em todos os cursos. A principal questão a ser enfrentada no acompanhamento acadêmico é a conclusão do curso no tempo regulamentar. Percebe-se que há grande dificuldade, de mais da metade dos cursos, em manter os parâmetros, o que pode indicar a problemática desse grupo de alunos para conciliar a formação e a inserção no trabalho. Há também que se considerar que muitos cursos iniciam suas atividades no final do ano (entre novembro e dezembro) a fim de atender às exigências dos parceiros institucionais, mas, efetivamente, as aulas só começam em fevereiro ou março, o que gera impacto no cálculo do tempo de titulação. Nesse âmbito, uma questão importante é a retomada dos processos avaliativos dos cursos, como já realizado nas primeiras turmas de mestrado profissional, além de avançar nas regras para definição de novos cursos e turmas, bem como nos critérios para credenciamento dos docentes.

Tabela 47 – Alunos egressos, índice de egressos, percentual de egressos no tempo regulamentar nos Cursos de Mestrado Profissional (PSP) de 2011 a 2016

Mestrados Profissionais	2011			2012			2013			2014			2015			2016		
	egressos	% egressos	% tempo regulamentar	egressos	% egressos	% tempo regulamentar	egressos	% egressos	% tempo regulamentar	egressos	% egressos	% tempo regulamentar	egressos	% egressos	% tempo regulamentar	egressos	% egressos	% tempo regulamentar
APS-ESF	–	–	–	–	–	–	19	79%	48%	–	–	–	20	83%	40%	–	–	–
ASDF	31	100%	100%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
DPP	18	78%	34%	22	81%	0%	–	–	–	–	–	–	11	85%	0%	–	–	–
CT&I	28	93%	3%	–	–	–	28	88%	50%	–	–	–	26	84%	26%	–	–	–
GICS	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
GRSPSB	–	–	–	–	–	–	18	82%	76%	–	–	–	–	–	–	–	–	–
GTES	–	–	–	20	100%	100%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
MPVS AM	31	86%	100%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
SPMS	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
VSFRBR	–	–	–	19	95%	85%	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
VSRLRJ	–	–	–	–	–	–	17	85%	64%	–	–	–	13	100%	15%	–	–	–
SG&DS	–	–	–	–	–	–	–	–	–	22	92%	0%	–	–	–	–	–	–
VST	–	–	–	–	–	–	–	–	–	16	89%	67%	–	–	–	–	–	–
DS-BA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	25	100%	100%
MOV	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	27	96%	0%
Total egressos/ano	108	–	–	61	–	–	82	–	–	38	–	–	70	–	–	52	–	–

Fonte: Seca.

SIGLAS: APS-ESF – MP em Atenção Primária em Saúde com Ênfase em Saúde da Família; ASDF – MP em Avaliação em Saúde (DF); DPP – MP em Desenvolvimento e Políticas Públicas; FIOC&T – MP em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; GICS – MP em Gestão da Informação e Comunicação em Saúde; GRSPSB – MP em Gestão e Regulação de Serviço Público de Saneamento Básico; GTES – MP em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; MPVS AM – MP em Vigilância em Saúde na Amazônia; SPMS – MP em Vigilância em Saúde (MS); VSFRBR – MP em Vigilância em Saúde nas Fronteiras Brasileiras; VSRLRJ – MP em Vigilância em Saúde na Região Leste do Estado do Rio de Janeiro; SG&DS – MP Saúde Global e Desenvolvimento Social; VST – MP Vigilância em Saúde do Trabalhador; DS-BA – MP Direito e Saúde, Vitória da Conquista, Bahia; MOV – MP Trabalho, Ambiente, Saúde e Movimentos Sociais

Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente (PSPMA)

Até 2016, o Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente (PSPMA) foi considerado de pequeno porte, com 21 docentes credenciados. Todavia, nesse ano, o programa incorporou mais 14 docentes, totalizando, então, 35 docentes credenciados – 20 permanentes, 13 colaboradores e 2 visitantes. A entrada de novos docentes decorreu do processo de reestruturação do programa, com a incorporação de novas linhas de pesquisa e, consequentemente, docentes que atuam em temáticas atinentes à Saúde Ambiental, conforme é o caso dos docentes vinculados aos Departamentos de Saneamento (DSSA) e Ciências Biológicas (DCB).

São três as áreas de concentração: Epidemiologia Ambiental, Gestão de Problemas Ambientais e Toxicologia Ambiental. Ocorre processo de revisão da estrutura curricular, linhas de pesquisa, nomenclatura das áreas, regimento e outros processos.

De 2011 a 2016, o programa desenvolveu e participou de alguns projetos interinstitucionais, tais como a cooperação com a Universidade do Acre (Unac), para a formação de docentes no âmbito do doutorado, configurando uma estratégia importante de fortalecimento do ensino em saúde pública nessa região e a consolidação do Programa de Mestrado Acadêmico na Universidade; desenvolvimento de um mestrado interinstitucional com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão; e participação em consórcio, com os demais programas da ENSP e outras unidades da Fiocruz, do curso de doutorado em Manaus (Dinter/Manaus).

Na série histórica de 2011 a 2016, é possível perceber (Tabela 48) a tendência de crescimento no quantitativo de egressos a partir de 2015, o que pode expressar estratégia de maior captação de alunos a partir de 2013. Chama a atenção o número de egressos de doutorado em todos os anos e a informação do percentual de egressos, muito baixa em alguns anos da série, em especial em 2011, 2013 e 2015 no doutorado. Esse dado indica necessidade de se buscar explicações para o percentual de egressos considerando questões que envolvem desligamento e desistência de estudantes.

Tabela 48 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PSPMA) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Mestrado	12	13	11	8	29	13	86
Doutorado	11	5	8	4	6	7	41
Total	23	18	19	12	35	20	127

Fonte: Sigass.

Tabela 49 – Índice de egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PSPMA) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mestrado	86%	93%	79%	89%	83%	81%
Doutorado	79%	83%	67%	100%	67%	87%

Fonte: Sigass.

Também neste programa é preocupante o baixo percentual de alunos com conclusão do curso no tempo regulamentar, tanto no mestrado como no doutorado, sendo muito crítica a situação do mestrado (Tabela 50).

Tabela 50 – Conclusão do Curso de Mestrado e Doutorado no prazo regulamentar (PSPMA) de 2011 a 2016

Mestrado SPMA – % de conclusão no prazo regulamentar					
2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016
83%	64%	67%	44%	33%	46%
Doutorado SPMA – % de conclusão no prazo regulamentar					
2007-2011	2008-2012	2009-2013	2010-2014	2011-2015	2012-2016
91%	80%	78%	83%	50%	62%

Fonte: Sigass.

O número de inscrições de candidatos e matrículas efetuadas a cada ano no mestrado expressa que há demanda e, em geral, preenchimento das vagas em todas as áreas (Tabela 51). Cabe, contudo, indicar importante decréscimo da demanda para a área de Epidemiologia Ambiental nos últimos anos da série.

Já no doutorado, é bastante expressiva a diferença entre vagas, inscritos e matriculados (Tabela 52). É possível afirmar que exista dificuldade de captação de alunos para o doutorado, o que poderá configurar uma adversidade para o programa nos anos futuros. Cabe lembrar o fato de que o programa realizou, até 2015, duas chamadas para o doutorado por ano.

Tabela 51 – Número de candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (mestrado) SPMA

	2011			2012			2013			2014			2015			2016			Total das áreas		
Áreas Mestrado Acadêmico	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/Insc
Epidemiologia Ambiental	11	4	36%	14	6	43%	12	7	58%	7	5	71%	8	5	63%	3	2	67%	55	29	53%
Gestão de Problemas Ambientais	23	5	22%	19	4	21%	12	4	33%	21	6	29%	8	4	50%	11	2	18%	94	25	27%
Toxicologia Ambiental	7	3	43%	3	1	0%	10	3	30%	9	4	44%	7	4	57%	14	6	43%	50	21	42%
Total/Ano	41	12	29%	36	11	31%	34	14	41%	37	15	41%	23	13	57%	28	10	36%	199	75	38%

Fonte: Sigass e Sicos.

Tabela 52 – Número de vagas, candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (doutorado) SPMA

Doutorado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Vagas	24	19	26	16	20	14	143
Inscritos	24	12	27	33	13	12	139
Matriculados	21	10	20	31	10	7	113
% Inscritos/matriculados	100%	63%	104%	206%	65%	86%	97%
% Matriculados/inscritos	88%	83%	74%	94%	77%	58%	81%
% Matriculados/vagas	88%	53%	77%	194%	50%	50%	79%

Fonte: Sigass e Sicos

O número de alunos matriculados por ano possibilita prever o número de egressos e as ações necessárias para manter a estabilidade do programa. O quadriênio 2013-2016 apresenta cenário estável para o mestrado, mas preocupante para o doutorado.

Tabela 53 – Alunos matriculados por ano nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado no Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente de 2009 a 2016

	Mestrado	Doutorado
2009	14	12
2010	14	3
2011	12	21
2012	11	10
2013	14	20
2014	15	31
2015	13	10
2016	10	7

Fonte: Sigass.

Programa de Epidemiologia em Saúde Pública (Pepi)

Pode ser considerado um programa de grande porte no contexto da área de Saúde Coletiva, com 51 docentes credenciados – 39 permanentes e 12 colaboradores.

O Programa de Epidemiologia em Saúde Pública (Pepi) organiza-se em quatro áreas: Epidemiologia das Doenças Transmissíveis, Epidemiologia Geral, Epidemiologia, Etnicidade e Saúde, e Métodos Quantitativos em Epidemiologia.

No período de 2013 a 2016, participou, em consórcio com os demais programas e outras unidades da Fiocruz, do curso de doutorado em Manaus (Dinter/Manaus) e realizou um curso de mestrado acadêmico internacional na Argentina.

Na série histórica de 2011 a 2016 (Tabela 54), há possibilidade de se observar a constância que se mantém o número de alunos egressos, com variação importante no ano de 2015, demonstrando maior número de alunos egressos no mestrado, nos anos de 2013 a 2016, marcada pela queda no doutorado.

A informação do quantitativo de egressos deve ser observada junto com o índice de egressos por ano. Em alguns anos da série, há uma queda importante no percentual de egressos, o que indica a necessidade de compreensão sobre os motivos de evasão, se por desligamento ou desistência, analisando cada situação.

Tabela 54 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (Pepi) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Mestrado	18	18	15	13	29	12	105
Doutorado	0	11	5	14	16	8	54
Total	18	29	20	27	45	20	159

Fonte: Sigass.

Tabela 55 – Índice de egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (Pepi) de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mestrado	78%	78%	71%	76%	88%	75%
Doutorado	0%	61%	83%	83%	80%	90%

Fonte: Sigass.

Também neste programa é preocupante o baixo percentual de alunos com conclusão do curso no tempo regulamentar, tanto no mestrado como no doutorado (Tabela 56).

Tabela 56 – Conclusão dos Cursos de Mestrado e Doutorado no prazo regulamentar (Pepi) de 2011 a 2016

Mestrado Epidemiologia – % de conclusão no prazo regulamentar					
2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016
72%	78%	67%	23%	17%	42%
Doutorado Epidemiologia – % de conclusão no prazo regulamentar					
2007-2011	2008-2012	2009-2013	2010-2014	2011-2015	2012-2016
0%	41%	100%	56%	47%	80%

Fonte: Sigass.

O número de inscritos e matrículas efetuadas a cada ano no mestrado expressa que há demanda e, em geral, preenchimento das vagas em todas as áreas, todavia é expressiva a demanda para a área de Epidemiologia Geral frente às demais (Tabela 57). No doutorado, é bastante significativa a diferença entre vagas e matriculados (Tabela 58). É possível afirmar que exista dificuldade de captação de alunos para o doutorado, o que poderá ser um problema configurar uma adversidade nos próximos anos. Este programa também realiza duas chamadas para o doutorado por ano.

Tabela 57 – Número de candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (mestrado) Epidemiologia

	2011			2012			2013			2014			2015			2016			Total das áreas		
Áreas Mestrado Acadêmico	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc	Inscritos	Matriculados	% Mat/insc
Epidemiologia das doenças transmissíveis	3	1	33%	2	2	###	4	2	50%	11	6	55%	5	2	40%	8	2	25%	33	15	45%
Epidemiologia, etnicidade e saúde	6	3	50%	9	5	56%	7	2	29%	3	2	67%	3	1	33%	4	0	0%	32	13	41%
Epidemiologia geral	19	4	21%	17	6	35%	17	6	35%	8	3	38%	17	14	82%	21	10	48%	99	43	43%
Filosofia e ciências sociais aplicadas à epidemiologia	2	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	2	0	0%
Métodos quantitativos em epidemiologia	13	6	46%	4	2	50%	11	3	27%	9	5	56%	3	1	33%	9	4	44%	49	21	43%
Total/ ano	43	14	33%	32	13	41%	28	10	36%	31	16	52%	28	18	64%	42	16	38%	215	92	43%

Fonte: Sigass e Sicos.

Tabela 58 – Número de vagas, candidatos inscritos e alunos matriculados por ano e área (doutorado) Epidemiologia

Doutorado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Vagas	36	26	45	34	47	53	280
Inscritos	24	12	27	33	27	26	167
Matriculados	21	10	20	31	19	18	119
% Inscritos/vagas	66,67%	46,15%	60,00%	97,06%	57,45%	49,06%	59,64%
% Matriculados/inscritos	87,50%	83,33%	74,07%	93,94%	70,37%	69,23%	71,26%
% Matriculados/vagas	58,33%	38,46%	44,44%	91,18%	40,43%	33,96%	42,50%

Fonte: Sigass e Sicos.

O número de alunos matriculados por ano possibilita prever o número de egressos e as ações necessárias para manter a estabilidade do programa. O quadriênio 2013-2016 apresenta cenário de egressos estável para o mestrado e o doutorado, mas com quantitativos pequenos em relação ao número de docentes credenciados.

Tabela 59 – Alunos matriculados por ano nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado no Programa de Epidemiologia e Saúde Pública de 2009 a 2016

	Mestrado	Doutorado
2009	23	6
2010	17	14
2011	14	21
2012	13	10
2013	10	20
2014	16	31
2015	18	19
2016	16	18

Fonte: Sigass.

Programa de Mestrado Profissional em Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde (Mp-Pepi)

Primeiro curso de mestrado profissional em Epidemiologia foi ofertado no ano de 2010, no contexto do Programa de Epidemiologia em Saúde Pública. A partir de 2014, constituiu-se como Programa de Mestrado Profissional em Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde, com o objetivo de “capacitar profissionais de saúde pública na utilização de conceitos e técnicas epidemiológicas de investigação científica, visando à vigilância e controle de agravos, buscando o aprimoramento do trabalho pautado no desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para o melhor desempenho da função pública (Relatório Sucupira, Proposta do Programa, 2016).

Entre os anos de 2012 a 2016, o programa iniciou ou encerrou a oferta três diferentes cursos: Epidemiologia de Doenças Transmissíveis, realizado no Estado do Piauí e início em 2013; Epidemiologia e Controle da Tuberculose, com início em 2015; e Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde, com oferta no Estado do Maranhão e início em 2016.

Na Tabela 60, é possível observar o número de alunos egressos nos dois cursos já encerrados e verificar que tanto o percentual de egressos como o tempo utilizado para finalização do curso foram muito bons.

Tabela 60 – Alunos egressos, índice de egressos, percentual de egressos no tempo regulamentar nos Cursos de Mestrado Profissional (PSPEPI) de 2013 a 2016

Mestrado Profissional	Turmas Entre 2012 A 2016		
	Alunos Egressos	% Egressos	% Tempo Regulamentar
Epidemiologia de Doenças Transmissíveis (EDT)	24	96%	71%
Epidemiologia e Controle da Tuberculose	13	87%	87%

Fonte: Seca.

Programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva

Com a singularidade de se constituir como uma associação ampla, o Programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva conta com um corpo docente e infraestrutura localizados na Fiocruz (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Coppe, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS), na Universidade Federal Fluminense (Instituto de Saúde da Comunidade e Instituto Biomédico) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Medicina Social, Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia). *“Destina-se à capacitação para a docência e a formação científica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa relevantes nas áreas da Bioética e ética aplicada”* (Regimento do PPGBIOS, 2010: 1).

O programa está sob uma coordenação geral e uma adjunta, bem como coordenações em cada uma das instituições associadas. A coordenação geral do programa encontra-se na ENSP desde agosto de 2013, com passagem para a UFF definida para o ano de 2017. Participam do programa 29 docentes ao todo, sendo considerado um programa de pequeno porte. No ano de 2016, contava com 9 docentes credenciados pela ENSP, 6 permanentes e 3 colaboradores.

Na série histórica de 2012 a 2016 (Tabela 61), é possível observar os alunos egressos do programa pela ENSP. O índice de egressos é muito bom, em especial no doutorado (Tabela 62).

Tabela 61 – Alunos egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PPGBIOS) de 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Mestrado	5	2	2	2	1	12
Doutorado	0	0	5	4	1	9
Total	5	2	7	6	2	21

Fonte: Sigass.

Tabela 62 – Índice de egressos nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado (PPGBIOS) de 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Mestrado	94%	100%	100%	67%	50%
Doutorado	0%	0%	100%	100%	100%

Fonte: Sigass.

A Internacionalização da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde Pública e a cooperação técnico-científica

Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ENSP apresentam historicamente um perfil de cooperação internacional que se sustenta tanto na prática de acolhimento ao aluno estrangeiro nos cursos regulares da Escola, como no desenvolvimento de cursos internacionais em parcerias específicas.

O ingresso do aluno estrangeiro nos cursos regulares ocorre por meio de chamadas públicas anuais, e o processo seletivo compreende a análise da documentação pertinente, avaliação de proficiência na língua portuguesa e inglesa, além de avaliação de conteúdos específicos, o que pode ocorrer com a aplicação de prova e, ou, entrevista.

Com o objetivo de garantir tempo hábil para solicitação de auxílios com as agências de fomento e liberações dos países, as chamadas, em geral, ocorrem no primeiro semestre de cada ano. Há um edital específico da Capes – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) – que prevê a concessão de bolsas de doutorado pleno, em IES brasileiras, a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, visando ao aumento de qualificação necessária a fim de que o estudante possa contribuir para o desenvolvimento de seu país. Tal programa abre para submissão de pleitos no segundo semestre de cada ano.

Para a realização do processo seletivo, a Escola contou, até o ano de 2013, com a parceria dos Consulados dos países no que se refere à aplicação das provas; contudo, a partir de 2014, os Consulados definiram que não realizariam mais esse apoio, e foi necessário buscar estratégias institucionais para garantir o acesso do candidato estrangeiro ao processo seletivo. Foram realizadas, assim, diferentes tentativas de parcerias com as escolas e instituições formadoras de saúde nos países; porém não se obteve muito sucesso, com diversas intercorrências e dificuldades para uma orientação comum.

Frente às dificuldades encontradas, a partir de 2016, passou-se a adotar a realização de provas com utilização da tecnologia a distância sem o apoio das instituições, almejando-se, em entrevistas, estabelecer critérios para seleção. A experiência de 2016 foi considerada exitosa, e, a partir de 2017, será adotado o fluxo contínuo dos candidatos seguindo os procedimentos praticados.

Na Tabela 63, apresenta-se o levantamento dos alunos nos diferentes programas, numa série histórica de 2008 a 2016, excetuando-se as turmas de cursos internacionais.

Tabela 63 – Alunos estrangeiros nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da ENSP de 2008 a 2016

Anos	PSP		PSPMA		PEPI		Total
	ME	DO	ME	DO	ME	DO	
2008	1	4	0	0	1	1	7
2009	2	2	0	0	2	0	6
2010	1	3	1	0	0	1	6
2011	2	2	1	0	2	0	7
2012	1	0	0	0	0	0	1
2013	2	0	1	0	0	0	3
2014	3	0	1	0	0	0	4
2015	2	2	0	0	1	2	7
2016	0	2	0	0	0	0	2
Total	14	15	4	0	6	4	43

Fonte: Sigass.

Quanto à estratégia de realização de cursos internacionais, no quadriênio 2013 a 2016, realizados os seguintes cursos:

- ✓ Mestrado Acadêmico em Saúde Pública na República do Peru – início em 2012, constituiu-se a partir de uma cooperação internacional entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde do Peru (Minsa) por meio do Instituto Nacional de Saúde. O financiamento do projeto foi do Centro de Relações Internacionais em Saúde Cris/Fiocruz, mediante repasse para a Fiotec e complementação pela ENSP. O curso formou 21 profissionais apresentando índice de egressos muito bom para uma formação internacional, alcançando 75% dos alunos inscritos.
- ✓ Mestrado Acadêmico de Epidemiologia na República da Argentina – houve duas ofertas, uma iniciada em 2008 e outra em 2013, tendo sido ofertado pelo Programa de Epidemiologia em Saúde Pública, com coordenação específica indicada pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. O curso foi também mantido com financiamento do Cris/Fiocruz. A primeira turma titulou 14 alunos, sendo 87% dos egressos. A segunda turma formou 16 alunos, com apenas duas desistências.
- ✓ Mestrado Acadêmico em Sistemas de Saúde em coordenação com o Ministério da Saúde de Moçambique – início em 2014, constituiu-se num acordo de cooperação internacional entre a Fiocruz e o Instituto Nacional de Saúde do Ministério da Saúde de Moçambique, contando com financiamento do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique em parceria com o Instituto Internacional de Desenvolvimento da Pesquisa do Canadá – International Development Research Centre (IDRC). O curso iniciou com 14 alunos e formou, ao todo, 9 alunos.

Perspectivas e desafios para o desenvolvimento do Ensino da ENSP

A reestruturação da gestão do ensino, aprovada em 2015 com o novo Regimento da Escola, assumiu como diretriz a integração de todo ensino produzido no âmbito da ENSP. A integração teve por objetivo não apenas aproximar docentes, níveis e modalidades de ensino que atuam no âmbito da Escola, mas principalmente

gerar sinergias e esforços em torno do projeto formativo para a saúde, de modo a não apenas voltar-se às necessidades e prioridades do sistema de saúde, mas também desenvolver competências analíticas e críticas em saúde coletiva. Desse modo, buscou-se definir um projeto estratégico que pudesse contribuir diretamente para o desenvolvimento do SUS em âmbito local e nacional.

Esse projeto de ensino parte da compreensão de que é necessário o reconhecimento, aproximação e diálogo com o principal público que demanda formação em saúde: os trabalhadores da saúde – profissionais que atuam nos serviços, gestores e docentes que formam os profissionais que atuam na saúde.

Por esse motivo, o projeto de formação da Escola foi idealizado para desenvolver programas “centrados no aluno” e voltados ao processo de trabalho em saúde.

Aproximar-se dos alunos é também aprofundar as parcerias institucionais, sendo necessário avançar numa política de oferta e fluxos de cooperação para formação. Assim, uma estratégia importante a ser fortalecida é o trabalho em rede, em parceria com as Escolas e Centros formadores em saúde, bem como com os Conselhos de Saúde, de gestores e participativos.

A formação “centrada no aluno” é a que incorpora práticas pedagógicas capazes de mobilizar a reflexão e o interesse do estudante, que faça e dê sentido para o processo de aprendizagem, possibilite reconhecer o que há de conhecimento válido e, também, o que é necessário avançar em análise.

Portanto, a reestruturação do ensino da ENSP segue uma reorientação estratégica que pretende avançar em programas de formação tanto para a pesquisa, como para a atuação profissional. Significa, por um lado, investir na formação de formadores, aprofundando conhecimento e buscando novos caminhos e respostas para os problemas de saúde, além de, por outro, investir na formação para o trabalho, com trajetórias em cursos de *lato sensu*, qualificação profissional, mestrados profissionais ou processos formativos em serviço, com intensificação das ações nos territórios.

Essa reorientação estratégica prevê políticas de sustentação que perpassam todas as ações de ensino e envolvem desde o uso de tecnologias educacionais (como as plataformas de ensino), desenvolvimento e formação docente (com formação pedagógica e também incentivos à reinserção docente), a prática avaliativa e a gestão do ensino (do planejamento ao acompanhamento acadêmico).

No período de 2013 a 2016, foi possível avançar na construção das bases para essa nova estrutura, mas ainda há muito que se construir. Pelo menos cinco eixos de ação parecem importantes para se trabalhar:

1. Consolidar programas de formação com itinerários formativos que viabilizem tanto a trajetória de formação para a pesquisa, como a trajetória de formação voltada ao trabalho, com a definição de uma política para oferta de cursos em parceria com a cooperação.
2. Avançar na institucionalização do *Lato Sensu* e do Mestrado Profissional com instâncias decisórias reconhecidas e legitimadas, com participação e engajamento das coordenações de curso.
3. Aprofundar o debate sobre a missão dos Programas de *Stricto Sensu* Acadêmicos, em especial estabelecendo estratégias para inserção docente.
4. Fortalecer o projeto de uma área de Desenvolvimento Educacional com ações voltadas para toda a Escola.
5. Constituir uma área de gestão de ensino profissionalizada, com atribuições de planejamento e programação orçamentária, com acompanhamento dos indicadores institucionais e avaliação do ensino.



Marco Menezes, vice-diretor de Ambulatórios e Laboratórios

Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL)

Sistematizar a trajetória percorrida pela gestão do campo de ambulatórios e laboratórios da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), no período de maio de 2013 a 2016, é o propósito deste relatório, sendo destacadas as principais questões.

Em 2016, a institucionalização da Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) completou um ano. Antiga reivindicação na Escola, os antecedentes desse marco na linha do tempo foram:

Em 2006

Elaboração de documento, pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), com a intenção de subsidiar a discussão a respeito da reestruturação da ENSP.

Apresentação do documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação do Departamento de Ciências Biológicas (DCB), denominado “Necessidade de Implantação de um Parque de Laboratórios”.

Aprovação da constituição da Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios em assembleia da ENSP.

Em 2007

Desenvolvimento da proposta alternativa para o projeto funcional da ENSP, intitulado “Laboratório de Saúde Pública da ENSP”. Como seus proponentes, Fátima Pivetta, Josino Costa Moreira, Marco Antônio Menezes e Paulo Barrocas.

Em 2009

Instauração da Portaria da ENSP GD-ENSP 014/2009 – Comissão composta dos pesquisadores Adauto Araújo, Ary Carvalho de Miranda e Ana Beatriz Moraes da Silva com fins de “Atualização do diagnóstico do Parque Laboratorial da ENSP, baseado em requisitos de gestão da qualidade, da biossegurança e ambiental”.

De 2010 a 2012

Coordenação de Serviços Ambulatoriais e Laboratoriais, em que três portarias foram publicadas, ocorrendo a renovação de seus responsáveis e das competências da área.

Em 2013

Criação da Sala de Situação, cujo objetivo centrou-se em sistematizar a discussão acerca da estrutura da Vice-Direção, definindo, assim, seus pilares.

De novembro de 2013 a 2014

Instauração da Portaria GD-ENSP 081/2013, a qual amplia o escopo de atuação da coordenação e avança com a estrutura da Vice-Direção como meta. A elaboração da proposta de estrutura organizacional e governança para a nova Vice-Direção é iniciada com reuniões entre as coordenações dos ambulatorios, Grupo de Trabalho de Laboratórios e respectivas chefias, reuniões com os setores Biossegurança, Gestão Sustentável e Qualidade, Grupo de Trabalho do Regimento da Escola, visitas a departamentos e apresentação ao Conselho Deliberativo da unidade. A capilaridade de tal dinâmica foi fundamental para sedimentar o compromisso entre os diversos atores da Escola, com vistas à pactuação mais sólida das competências dessa nova instância.

Junho a julho de 2015

Aprovação, pela Assembleia da ENSP, do novo Regimento Interno da Escola, em que a Vice-Direção de Ambulatorios e Laboratórios é formalizada, passando a atuar com as outras quatro Vice-Direções da ENSP.

A Vice-Direção surge na intenção de fortalecer a área de Atenção e dos Laboratórios, campos estratégicos para o desenvolvimento de pesquisa e ensino, além da prestação de serviços de saúde de qualidade direcionados à população. Ao longo dos anos, o contexto vigente apresentou desafios bastante complexos e com distintas dimensões, atravessando um processo de luta para consolidação e manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Destacam-se em tal cenário, a resistência para manter uma política pública de saúde e o respeito ao princípio de integralidade no cuidado à saúde; implantação de uma política integrada entre os laboratórios e ambulatorios; maior articulação entre rede de atenção ao paciente na Fiocruz e fora dela; melhoria da infraestrutura e dos processos de qualidade, biossegurança e ambiente; implementação da vigilância em saúde; aprimoramento das condições dos acervos biológicos; formação e qualificação permanentes de quadros profissionais; e o fortalecimento das instâncias de participação e controle social entre outros.

As Coordenações de Ambulatorios e Laboratórios substituíram os antigos Grupos de Trabalho de Laboratório e de Ambulatório, propiciando maior organicidade para enfrentamento dos desafios já sinalizados. O Colegiado, de caráter propositivo e deliberativo, manteve reuniões mensais regulares desde o surgimento da Vice-Direção, garantindo a capilaridade necessária para a formulação e pactuação de decisões. Integram, também, esse fórum o Serviço de Qualidade e Serviço de Gestão Sustentável, estratégicos na consolidação de uma política de qualidade no âmbito de nossa competência.

Importante sinalizar o fato de que, durante o período desta gestão, foram estabelecidas nossas diretrizes ainda com base nos grupos de trabalhos existentes na antiga Coordenação de Serviços e, posteriormente, ratificadas no Colegiado de Ambulatorios e Laboratórios:

Quadro 5 – Diretrizes de novembro de 2013 a 2016

Consolidação da estrutura da Vice-Direção de Ambulatórios e Laboratórios
Garantia de transparência das ações da Vice-Direção
Ampliação e modernização da estrutura com o Polo de Laboratórios
Fortalecimento da política de qualidade nos ambulatórios e laboratórios
Promoção do uso integrado e compartilhado de equipamentos e insumos nos ambulatórios e laboratórios
Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde
Garantia de estrutura para salvaguardar os acervos biológicos nos marcos legais
Contribuição para a adequada formação, alocação, qualificação dos trabalhadores e valorização das relações de trabalho

Iniciativas adotadas

1. Elaboração do documento base de implementação do Programa de Gestão dos serviços/atividades desenvolvidas nos ambulatórios e laboratórios, baseado na análise da historicidade documental que regula o tema na ENSP.
2. Atualização do diagnóstico do Parque Laboratorial da ENSP apresentando o quadro atualizado de 16 laboratórios atuantes.
3. Revisão e atualização do sítio institucional com a criação de espaço específico de acordo com o perfil dos laboratórios e ambulatórios, além da identificação da Vice-Direção, documentos da referente área e atas das reuniões, o que propicia mais visibilidade e transparência da gestão.
4. Mapeamento da capacidade instalada dos ambulatórios da Escola e identificação das lacunas para melhoria da atenção, acarretando a necessidade de ampliar as parcerias entre as unidades da Fiocruz e a rede de referência do SUS.
5. O Complexo (Polo) de Laboratórios representa um esforço institucional anterior à nossa gestão, cujo objetivo é a modernização dos procedimentos laboratoriais sustentados na tríade Qualidade-Biossegurança e Gestão Sustentável, com significativa melhoria das condições de trabalho e dos preceitos de segurança, orientados mediante o processo de plataforma e espaços multiusuários. Como estratégia de viabilização na nossa gestão, constituiu-se um grupo de acompanhamento e estabeleceu-se interlocução direta com o setor de Arquitetura da Dirac, atual Coordenação Geral de Infraestrutura dos *Campi* Fiocruz, responsável pela elaboração do projeto do polo e sua licitação. Concluído em maio de 2014, o projeto, a seguir, passou à fase de licitação para elaboração do projeto executivo. A conclusão do projeto executivo ocorreu em setembro do referido ano. Encerrada a fase de licitação do terreno em 23 de novembro de 2014. As obras de preparação do solo estavam previstas para iniciar em janeiro de 2015, mas ainda há pendências de licenças relacionadas à liberação das obras. A Vice-Direção da ENSP tem cobrado às instâncias responsáveis agilidade nesse procedimento.
6. Melhoria nas condições de estrutura dos laboratórios instalados no antigo prédio da Escola Politécnica da Fiocruz. Pactuada com a Presidência a realização de intervenções no primeiro semestre de 2016, com base no planejamento estabelecido pelo GT Laboratórios e o Setor de Infraestrutura da VDDIG/ENSP.

7. Acreditação ambulatorial como aprendizagem institucional. Organizadas diversas estratégias a fim de garantir avanços e melhoria contínua nos Centros da Escola. Dentre elas, destacam-se:

Gestão com a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz) para dispor consultoria específica ao Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF), com vistas à preparação do processo de acreditação e negociação com esta Vice-Direção, na intenção de garantir suporte financeiro ao processo da avaliação do Cesteh pela *Joint Commission International* (JCI); treinamento com o objetivo de interpretar o novo Manual do Padrão de Acreditação da JCI para Ambulatórios e formação de auditores em parceria com a VPAAPS, monitoramento e suporte da ENSP na visita de avaliação da JCI ao Cesteh; consultoria específica da ENSP para apoiar o processo de acreditação ambulatorial dos Centros; monitoramento (auditoria interna) integrado/compartilhado com os Centros com melhoria continuada, evidenciada por Plano de Ação; organização de rotina de visitas prediais; fortalecimento da articulação com a VDDIG/ENSP – como *lôcus* da Qualidade-Serviço de Gestão do Trabalho, Serviço de Qualidade, Infraestrutura, Serviço de Gestão Sustentável, alocação de orçamento específico na LOA e Fundo Institucional, harmonização dos indicadores adotados pelos Centros com apoio do Serviço da Qualidade, estímulo a ações integradas com outras Unidades da Fiocruz em articulação com VPAAPS/Fiocruz, cronograma de reuniões permanentes internas de caráter executivo para tratar de questões práticas, reforçando a necessidade da formação das parcerias para todas as situações: capacitações, equipamentos de uso comum, capacitações, equipamentos de uso comum, manutenções e outros.

Resultado final

Recertificação do Cesteh em 2015. Sua primeira outorga foi em 2011, garantindo o cumprimento dos critérios de excelência na unidade. Destaca-se o esforço de todos os profissionais do Cesteh, notadamente o Grupo da Qualidade, Laboratório, Coordenação de Serviços e Direção. O CRPHF recebeu duas visitas do CBA em 2016 de caráter diagnóstico e educativo, havendo perspectiva de visita de certificação em 2017.

O CSEGSF desligou-se do processo formal de acreditação com a JCI em 2015, mantendo, porém, o processo de melhoria contínua sob a coordenação do Grupo de Qualidade da unidade. A saída do CSEGSF está relacionada aos problemas que se referem à implantação do prontuário eletrônico na unidade, tendo em vista que, na prática, o sistema proposto pela Fiocruz se mostrou inviável. Portanto, o processo de cuidado ao paciente apresentaria significativas dificuldades para demonstrar as evidências exigidas pela acreditação. No segundo semestre de 2016, a unidade adotou o modelo de prontuário do Prime Saúde, o qual, conforme a experiência de outras Unidades de Saúde de Atenção Básica da capital do Rio, indica boa eficácia.

Considerado elemento crítico no processo de acreditação, a dificuldade de comunicação e integração com a Dirac, que se afastou, em 2016, das reuniões periódicas realizadas pela ENSP. Tal fato tem impactado os Centros envolvidos, impedindo o planejamento para resolução de grandes passivos de infraestrutura existentes e de ciência da própria Coordenação Geral de Infraestrutura dos *Campi* Fiocruz.

1. Credenciamento no Inea – O laboratório de Saneamento e Saúde Ambiental vinculado ao Departamento de Saneamento da ENSP iniciou, em 2016, plano de ação para se habilitar no processo de credenciamento no Instituto Estadual do Ambiente.

2. Reorganização da Central de Esterilização – Longo processo de revisão da estrutura, iniciado em 2014, culminou, em 2016, com a publicação de portaria específica, cujo teor estabelece esse dispositivo como um serviço multiusuário sob a coordenação da Vice-Direção. Os resultados de tal mudança são evidenciados na padronização do procedimento de descontaminação dos resíduos gerados pelos ambulatorios e laboratórios da ENSP, a fim de atender às normativas e disposições legais; mapeamento desse processo, além da reforma física do espaço e aquisição de equipamento.
3. Comissão de Estruturação da Rede de Plataformas Tecnológicas da ENSP – Instituída em 2015, finalizou seus trabalhos em 2016. Como resultado, obteve-se a definição de critérios e requisitos para estruturação, finalidade, utilização, quantidade e tipos das plataformas tecnológicas na Escola, bem como a pactuação de normas, procedimentos e funcionamento de um Comitê Gestor para a Rede de Plataformas na ENSP. Por conseguinte, será possível promover acesso às análises simples e/ou complexas internamente para as outras unidades da Fiocruz e externas a ela, como também a utilização compartilhada de equipamentos ou conjuntos de equipamentos na Escola, além da racionalização do uso dos equipamentos na instituição. Apresentam-se como plataformas propostas: Identificação de Micobactérias (CRPHF), Água Doce, Água Potável e Material de Referência para Água (DSSA), Métodos Analíticos – espectrofotometria, espectrofotometria de massas, de absorção atômica e cromatografia.
4. Construção da Política Biobanco e Biorrepositório – As diretrizes para coleta e armazenagem de amostras de origem animal, para fins de pesquisa, precisam ser implantadas na Escola. Para tanto, foi estruturado processo de trabalho com a Vice-Direção de Pesquisa objetivando sensibilizar a comunidade ENSP acerca dos modelos vigentes sob a égide conceitual e normativa, além de realizado *bechmarking*.
5. Acervos biológicos – Atualização de diagnóstico sobre os acervos da Escola totalizando 11. Grande parte deles é usada para desenvolvimento de pesquisas. Até o momento, não há nem uma coleção institucionalizada na unidade. Os acervos do Densp – coprólitos e de fezes de animais – e do CRPHF – micobactérias de tuberculose – têm perspectiva de institucionalização com a Fiocruz.
6. Integração ao Comitê de Qualidade da Escola – Apresentados, nessa instância, três planos de qualidade: auditorias internas da acreditação, Benchmarking de biobanco em instituições públicas e Gestão de equipamentos em parceria com o Cesteh. Ainda em 2016, foram propostos os seguintes planos à VDAL para serem desenvolvidos em 2017: estruturação do planejamento tático da Vice-Direção; indicadores da acreditação; mapeamento do processo de esterilização da Escola; e indicadores de performance direcionados às plataformas.
7. Articulação para desenvolver novo modelo de gerenciamento/governança do projeto Teias Escola Manguinhos envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC)/Fiocruz, Organização Social (OS) Fiotec e CSEGSF/ENSP, com o estabelecimento do Termo de Acordo de Cooperação Técnica – ENSP e Fiotec 72- 2015 – e Aditivo ao Termo – 1º de dezembro 2016 a 30 novembro 2018. Anteriormente, não havia qualquer amparo jurídico que sinalizasse a relação entre a ENSP e OS Fiotec no âmbito do contrato com a SMS. Não menos relevante é o registro, em 2013,

de que a Coordenação do Projeto Teias da Escola passou à responsabilidade do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF), possibilitando, assim, melhor articulação e integração entre a Estratégia da Saúde da Família e o Centro de Saúde.

8. Realização do diagnóstico de tuberculose (cultura, baciloscopia e sensibilidade) no Laboratório de Diagnóstico, Ensino e Pesquisa do CSEGSF.

Fruto de iniciativa do Centro de Saúde Escola, contribuirá para o aperfeiçoamento do controle da tuberculose em Manguinhos com base em diagnóstico mais ágil e preciso. A gestão da VDAL pautou-se no processo de viabilizar a certificação do equipamento e apoiar o trabalho do Grupo de Tuberculose da unidade.

9. Maior integração entre Cesteh e CSEGSF para realização de exames laboratoriais – Substituída, portanto, a referência específica do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) e organização de Termo de Parceria entre o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI – Fiocruz) e ENSP.
10. Monitoramento do desempenho dos pactos internos da Rede de Atenção na Fiocruz e interlocução com a VPAAPS – Tal processo visa à necessidade de estruturação da rede de referência externa, uma vez que não há previsão para a efetiva regulação da rede, o que traz impactos importantes na adesão do paciente e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida da população.
12. Representação na Câmara Técnica de Atenção e no GT de Referência e Contrarreferência da Fiocruz
13. Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL) – Treinamento oferecido a todos os laboratórios. Em razão de 3 laboratórios já terem o GAL implantado, sendo eles CSEGSF, CRPHF, DSSA, não houve nova adesão a tal processo durante a gestão da VDAL.
14. Integração ao GT de Vigilância em Saúde da Fiocruz e revisão, com representantes da ENSP e de outras unidades, do documento de referência da área, propiciando ampliar o enfoque da vigilância inicialmente traçado pela Presidência da Fiocruz.
15. Representação na Câmara Técnica de Laboratórios de Referência da Fiocruz – Fato que protagoniza o alargamento do conceito de referência para além de atuação em agravos específicos e reforça o papel da referência na vigilância em saúde em seu escopo.
16. Comissão Interna para Prevenção de Acidentes do Trabalho da empresa Espaço Medida que garante o acompanhamento das condições de Segurança e Saúde no Trabalho na ENSP, conforme determinado na CLT e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
17. Insalubridade e periculosidade – Articulação com a Direh e Serviço de Gestão do Trabalho da Escola com vistas à elaboração de novos laudos, conforme ON-06/2013 MPOG. Iniciou-se pelos ambulatorios e, em seguida, laboratórios a fim de resolver problemas dos adicionais de insalubridade e posteriormente solicitar exames periódicos. Alguns locais foram visitados, e servidores com pendência tiveram enquadramento.
18. Articulação e participação nas reuniões do Conselho Gestor Interinstitucional (CGI) Esse conselho abrange todo o território de Manguinhos e é paritário na participação do poder público e da comunidade,

incluindo, além da representação do setor Saúde, o setor da Educação e da Assistência Social. Exerce função de acompanhar, pactuar e fiscalizar as ações de saúde na Atenção Primária, realizadas em Manguinhos. Trata-se de um conselho fundamental para que a Gestão do Serviço de Saúde em Manguinhos seja, de fato, participativa, conforme previsto no contrato do Território Integrado de Atenção à Saúde de Manguinhos (Teias Manguinhos).

Indicadores de desempenho institucional

Resultados de indicadores de produtos selecionados no Plano Anual da Unidade obtidos pelo Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (Sage) – fonte para prestação de contas da Fiocruz ao Tribunal de Contas da União (TCU), propiciando transparência ao desempenho institucional da Fundação e de suas unidades.

Na área de Atenção ao Paciente, destaca-se, a partir de 2013, a incorporação dos registros da Clínica Vitor Valla ao sistema da Escola. No período de 2013 a 2016, conforme demonstrado na Tabela 64, mantido o volume de consultas individuais e exames laboratoriais constantes. Em 2014, porém, ocorreu redução nesses registros. A discrepância de informações registradas no Sage deve-se ao incêndio no Centro de Processamento de Dados da Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação/Fiocruz, ocorrido em fevereiro de 2014. Em virtude desse acidente, não houve possibilidade de o CSEGSF utilizar, até abril de 2014, o prontuário eletrônico Alert destinado ao registro da produção da Estratégia de Saúde da Família. Naquele período, a única produção recuperada foi a registrada no Gerenciador de Informações Locais (GIL/DATASUS). A regularização do registro de produção no Alert ocorreu após junho de 2014. Nota-se, também, que o volume de exames, ao longo do tempo, aumentou no período de 2013- 2016, sendo possível inferir o fato de que parte do aumento, em 2016, está relacionado ao início da realização dos testes de baciloscopia e cultura para diagnóstico da tuberculose.

Nas atividades de grupo e visita domiciliar, de acordo com a Tabela 65, houve considerável aumento em 2015; no entanto, em 2016, ocorreu queda nessa produção.

Tabela 64 – Consultas e exames realizados nos Centros ENSP 2013-2016

Produto	2013	2014	2015	2016
Consulta ambulatorial realizada por médico	30.741	15.753	21.106	19.642
Consulta ambulatorial realizada por outros profissionais	26.192	16.567	18.036	18.565
Exame realizado em nível ambulatorial	60.262	1.025	71.592	85.275
Total	11.7195	33.345	110.734	123.482

Fonte: Sage/Fiocruz.

Tabela 65 – Distribuição de atividades de grupo e atendimento domiciliar na ENSP 2013-2016

Produto	2013	2014	2015	2016
Atividade de grupo	20.120	2.118	1.589	878
Atendimento domiciliar	202.130	70.000	119.286	37.807
Total	22.2250	72.118	120.875	38.685

Fonte: Sage/Fiocruz.

Na área de Laboratórios, destaca-se o volume de procedimentos realizados nas diversas áreas da Escola, durante o período analisado, aumentou em relação ao volume de amostras analisadas. No último ano, houve registro de 21.318 amostras, enquanto, em 2014, foi da ordem de 17.443. Amostras biológicas (sangue e urina) e ambientais (ar e água de recursos hídricos) são os principais produtos responsáveis pela maioria dos registros de 2013 a 2016, conforme observado na Tabela 66. Ensaios químicos realizados em parâmetros físico-químicos em águas, seguidos pelos ensaios químicos efetuados em compostos orgânicos, foram os principais produtos do período, de acordo com a Tabela 67, respondendo por 85% dos procedimentos. No campo do diagnóstico, os exames para detecção de agentes etiológicos em vetores e o diagnóstico/exame de tuberculose representam 71% do total dos procedimentos efetuados, como apontado na Tabela 68.

Tabela 66 – Tipos de amostras recebidas ENSP 2013-2016

Produto	2013	2014	2015	2016
Amostras biológicas – sangue	3.932	5.298	2.403	10.497
Amostras biológicas – urina	1.989	3.476	4.035	5.262
Amostras ambientais – ar	2.288	521	2.419	1.683
Amostras biológicas – cabelo	2730	220		540
Amostras ambientais – águas de recursos hídricos	326	866	7.221	516
Amostras ambientais – esgoto doméstico				150
Amostras ambientais – água abastecimento público	720	390	1.320	1.790
Amostras ambientais – solo	290	240	45	454
Amostra analisada de Saúde Ambiental	288			
Amostras biológicas – peixe	55			
Amostra de alimento	120			
Amostras ambientais – água subterrânea	100			
Amostras ambientais – efluentes industriais		15		426
Total	12.838	11.026	17.443	21.318

Fonte: Sage/Fiocruz.

Tabela 67 – Ensaios realizados pelos Laboratórios ENSP 2013-2016

Produto	2013	2014	2015	2016
Ensaios químicos realizados em compostos orgânicos	10	5.331	3.632	
Ensaios bacteriológicos em águas e esgotos realizados	520			362
Ensaios químicos realizados em parâmetros físico-químicos em águas	780	40	9.320	3.570
Ensaios químicos realizados em compostos inorgânicos	612		450	
Total	1.922	5.371	13.402	5.948

Fonte: SIIG-Sage/Fiocruz.

Tabela 68 – Diagnósticos realizados nos Laboratórios ENSP 2013-2016

Produto	2013	2014	2015	2016
Exame para detecção de agentes etiológicos em vetores				100
Diagnóstico/exames de tuberculose	5.000	5.709	6.956	6.000
Diagnóstico por identificação taxonômica de vetores	8.140	17.547	22.850	12.388
Diagnóstico/exames de monitoramento de endemias	1.200	1.000	2.100	5.225
Diagnóstico/exames de enteroinfecção bacteriana		400	410	335
Diagnóstico de leishmaniose tegumentar e visceral	2.552	2.000	500	
Diagnóstico/exames de esquistossomose	1.000	1.092	1.173	1.268
Diagnóstico de doença de Chagas	2.282	3.132	2.300	
Diagnóstico de leishmaniose visceral canina				
Diagnóstico por identificação taxonômica de reservatórios	638	144	400	212
Diagnóstico de riquetsioses	530	400	432	200
Diagnóstico para detecção de agentes etiológicos em vetores	280	100	297	
Diagnóstico de helmintoses gastrointestinais	102	155	50	
Diagnóstico de peste		100	600	100
Total	21.724	31.779	38.068	25.828

Fonte: Siig/Sage.

Diagnóstico atendido no prazo

Indicador adotado na avaliação global da Fiocruz e no elenco de indicadores intermediários da ENSP, dentro do âmbito da Avaliação de Desempenho Institucional. Ao longo do período 2013-2016, foram processadas algumas mudanças nos indicadores da ENSP. Em 2013, apenas o CRPHF estava incluído no elenco de indicadores. Já em 2014, houve a inclusão do Cesteh, e, em 2015, o CSEGSF foi agregado. Assim, as metas estabelecidas, durante o período analisado, foram cumpridas, ultrapassando o estabelecido, conforme consta na Tabela 69.

O Laboratório de Bacteriologia do CRPHF, único de Serviço de Referência da ENSP integrante da rede de Secretaria de Vigilância em Saúde do MS, tem contribuído no resultado dos indicadores globais da Fiocruz relacionado ao Diagnóstico Laboratorial de Referência atendidos no prazo.

Tabela 69 – Diagnóstico no prazo ENSP 2013- 2016

2013		2014		2015		2016	
Mera	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
≥60%	78,60%	≥76%	79,18%	≥76%	87,69%	≥76%	95,84%

Fonte: Seplan/ENSP.

Perspectivas e Desafios

O balanço final desta gestão requer a identificação dos projetos ainda inacabados e os compromissos com novos processos necessários para garantia de melhores condições de trabalho aos profissionais e o aprimoramento do cuidado da saúde da população. Alguns deles são:

Construção do Polo de Laboratório, um sonho antigo que demandou forte articulação com a Presidência, responsável pelo orçamento e projeto. Embora tenha havido avanço nesses quatro anos, como já mencionado neste documento, a não conclusão da obra mantém débito para com um conjunto importante de trabalhadores da ENSP. Mediante a nova estrutura, ocorrerá aumento da capacidade da Escola como produtora de conhecimentos e serviços de ponta para a área laboratorial.

Melhoria das condições de trabalho do antigo prédio do Politécnico, que abriga nove laboratórios da Escola, necessitando ser cumprido, pela Dirac, o planejamento inicial proposto pela ENSP.

Acompanhamento da gestão de equipamentos – processo planejado de aquisição e manutenção integrado à área de TI e Infraestrutura da unidade. O projeto piloto foi desenvolvido no Cesteh, cabendo sua expansão para os outros setores.

Planejamento para contratação de manutenção preventiva, corretiva e calibração de equipamentos/instrumentos com recursos específicos da fonte LOA e aporte interno na Fiocruz (Dirac, INCQS e Bio), ampliando o escopo dos itens cobertos nos contratos e serviços vigentes.

Aperfeiçoamento da utilização do *campus* INERU dentro de um projeto que inclui outras unidades da Fiocruz. Paralelamente, há perspectivas de negociações com o *campus* Mata Atlântica da Fiocruz, em colaboração com outras unidades (ENSP/IOC/INI), para criação de Laboratório de Zoonoses, no *campus* Mata Atlântica.

Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente, em atendimento à RDC Anvisa 2013, nos Centros, o que irá implicar melhoria da vigilância da qualidade ao usuário.

Necessidade de aprimorar a organização da rede interna da Fiocruz para apoio às necessidades da assistência, bem como da rede externa de saúde. Embora não seja uma prerrogativa exclusiva da Vice-Direção, trata-se de um ponto sensível para o cuidado de qualidade ao paciente, que depende dos esforços de vários entes envolvidos em tal processo.

Aperfeiçoamento da qualificação dos diversos setores a fim de atender às exigências nacionais e internacionais relacionadas à gestão da qualidade ambulatorial e laboratorial, Gestão da Biossegurança e Gestão Ambiental e Saúde do Trabalhador. Ressalta-se que investimos, ao longo dos anos, principalmente em relação à acreditação ambulatorial; a área laboratorial, todavia, ainda carece de cuidados específicos.

Manutenção do processo de certificação dos ambulatórios dos três Centros da ENSP, com vistas à melhoria contínua do atendimento da população e otimização do trabalho realizado.

Credenciamento do Laboratório de Saneamento e Saúde Ambiental no Inea.

Potencializar a integração das atividades laboratoriais, análises ambientais e biológicas, bem como dos ambulatórios, considerada, portanto, uma estratégia para ampliar a capacidade nacional de vigilância em saúde, por meio da produção de conhecimentos, metodologias e modelos de intervenção, e mediante parcerias nacionais e internacionais. Existe apenas um único Serviço de Referência habilitado pelo Ministério da Saúde, havendo potencial para ampliar essas referências dentro da ENSP.

Estruturação dos acervos na intenção de definir estratégias institucionais de apoio à organização dos acervos (Biobanco ou Biorrepositório) e de institucionalização das coleções no âmbito do arcabouço normativo e legal vigente.

Agregar, de forma multidisciplinar, os laboratórios e pesquisadores em função de temas e problemas de saúde a serem enfrentados, integrando a rede de serviços e de ensino.

Melhoria no processo de monitoramento dos indicadores dos setores ambulatoriais.

Desenvolvimento de estratégias de inserção dos serviços assistenciais da Fiocruz na rede de atenção e cuidado em saúde dos respectivos territórios, fomentando parcerias locais que fortaleçam a integração do sistema de saúde por meio de modelos de governança participativos e pactuados.

Integrar o processo de implantação de uma política de extensão na Escola, cujo objetivo é manter a instituição constantemente em aprendizado, capaz de aprimorar sua capacidade, por meio de diálogo com a sociedade, de combinar suas ações, tendo em vista ampliar cada vez mais o efeito positivo de seu trabalho no que diz respeito ao fortalecimento de processos educacionais, culturais e políticos, produtores da Saúde Coletiva e da Saúde Pública.



Prédio principal da ENSP

Ouvidoria

Sugestões, reclamações, elogios e denúncias são peças fundamentais para a melhoria dos serviços prestados pela ENSP e uma forma de a sociedade participar ainda mais da construção das instituições públicas.

Uma forma de participação da sociedade se faz por intermédio da Ouvidoria, um canal isento e ético na interlocução da Fiocruz com a sociedade, visando ao aprimoramento institucional, à efetivação da gestão participativa e ao controle social.

De acordo com as manifestações da sociedade por meio da Ouvidoria ENSP, observam-se 164 registros em 2016, dos quais 63% referem-se à natureza Reclamação.

Os departamentos com maior número de registros são de ensino e assistência em saúde: no ensino, CDEAD e VDE com 65 e 11 registros, totalizando 76, e na assistência, Teias/CSE-Manguinhos e CSEGSF com 38 e 14 registros, respectivamente. Assuntos relacionados a certificado/diploma contabilizam 43 registros; assistência em saúde, 36; e atendimento ao público, 24.

Conforme apontam os registros, a ENSP deverá aumentar seu empenho para melhoria do serviço oferecido à sociedade, principalmente na assistência em saúde e emissão de certificados e diplomas, que englobam grande parte dos demandantes.

A tabela seguinte apresenta os registros por assunto.

Tabela 70 – Registros da Ouvidoria ENSP, por assunto

Assunto	Natureza da comunicação						Total
	Reclamação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Sic	Solicitações	
Certificado/diploma	27	0	0	0	0	16	43
Assistência em saúde	29	0	4	0	0	3	36
Atendimento ao público	20	1	2	0	0	1	24
Concursos e outros processos seletivos	6	0	0	0	0	7	13
Curso de educação a distância	8	0	0	0	0	2	10
Assinatura de revista	3	0	0	0	0	3	6
Cursos de mestrado e doutorado	0	1	0	0	1	2	4
Cursos de especialização/ <i>lato sensu</i>	0	0	0	1	1	1	3
Informações em saúde	0	1	0	0	2	0	3
Informações técnico-administrativas	0	0	0	0	3	0	3
Ensino/cursos	2	0	0	0	0	1	3
Acesso à Fiocruz pela internet/telefone	1	0	0	0	0	1	2
Gestão administrativa	1	0	0	0	1	0	2
Gestão da infraestrutura	2	0	0	0	0	0	2
Conduta ética/transparência	0	0	0	0	0	1	1
Edital	1	0	0	0	0	0	1
Imagem/reconhecimento	0	0	1	0	0	0	1
Informações gerais	0	0	0	0	1	0	1
Pesquisa, desenvolvimento e inovação	0	0	0	0	0	1	1
Saúde pública	0	0	0	0	0	1	1
Vigilância em saúde	0	0	0	0	1	0	1
Vacinas/ <i>kits</i> para diagnóstico	1	0	0	0	0	0	1
Exames laboratoriais	1	0	0	0	0	0	1
Licitações	1	0	0	0	0	0	1
Total geral	103	3	7	1	10	40	164
	63%	2%	4%	1%	6%	24%	100%

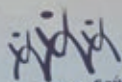
Fonte: Ouvidoria Fiocruz.

A tabela seguinte apresenta os mesmos registros por departamento.

Tabela 71 – Registro da Ouvidoria ENSP, por departamento

Departamento	Natureza da comunicação						Total
	Reclamação	Sugestão	Elogio	Denúncia	Sic	Solicitações	
CDEAD	40	0	0	0	0	25	65
Teias/CSE-Manguinhos	34	0	3	0	0	1	38
CSEGSF	12	0	0	0	0	2	14
VDE	5	2	0	0	2	2	11
Direção	2	0	1	1	4	2	10
Radis	3	1	0	0	1	4	9
Cesteh	2	0	0	0	2	2	6
CRPHF	2	0	3	0	1	0	6
Seca	2	0	0	0	0	2	4
VDDIG	1	0	0	0	0	0	1
Total geral	103	3	7	1	10	40	164
	63%	2%	4%	1%	6%	24%	100%

Fonte: Ouvidoria Fiocruz.



Escola Nacional de Saúde Pública
Sérgio Arouca
ENSP



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Em homenagem aos 11 trabalhadores que
perderam suas vidas e a todos aqueles
que sofreram graves danos em sua
saúde ou integridade física durante
as obras para as Olimpíadas
do Rio de Janeiro 2016.

Nossa solidariedade às famílias
e aos amigos das vítimas.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2016.



IBB - ICM - BHI - BTI - BWI



Placa em homenagem aos trabalhadores mortos nas
obras das Olimpíadas do Rio de Janeiro

ENSP na mídia

Jornal destaca mapeamento da Fiocruz que aponta áreas vulneráveis às mudanças climáticas

A edição de 4/2 do jornal O Globo divulgou o estudo realizado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que mapeou a vulnerabilidade às alterações do clima em 84 municípios, os quais compõem a bacia hidrográfica do Velho Chico e estão localizados na região do bioma caatinga. Segundo a pesquisa, até 40 dessas cidades são altamente vulneráveis aos efeitos do aquecimento global e, além do aumento da temperatura, esses locais – todos com baixos indicadores sociais – são mais sujeitos a experimentar fortes perdas agrícolas, escalada de doenças, evasão de moradores e até mesmo a desertificação das paisagens.



Pesquisador da ENSP fala sobre saneamento e focos do *Aedes aegypti*

Paulo Barrocas, pesquisador do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental (DSSA/ENSP), ao ser entrevistado pelo telejornal *RJTV*, da TV Globo, destacou a necessidade de se implementar medidas de saneamento na intenção de diminuir os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do vírus da dengue, chikungunya e zika.

Reportagem denuncia más condições de trabalho no Rio de Janeiro

Na entrevista concedida ao jornal *Contraponto*, do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro, em reportagem que denunciou as más condições de trabalho dos servidores que atuam no setor de Conservação dos documentos do arquivo do TRT-RJ, Renato Bonfatti, pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP (Cesteh), falou a respeito da temperatura ideal no ambiente de trabalho, bem como dos riscos à saúde que a falta de equipamentos adequados para o manuseio dos documentos arquivados desde 2009 pode trazer aos trabalhadores.

Vulnerabilidade social dificulta o combate à tuberculose

No final de março, a médica pneumologista e pesquisadora do Centro de Referência Professor Hélio Fraga (CRPHF/ENSP) Margareth Dalcolmo, ao ser entrevistada pela *Agência Rádio Web*, alertou para a importância do diagnóstico precoce da tuberculose. Dalcolmo afirmou, ainda, a questão de a enfermidade estar muitíssimo relacionada à exclusão. “A doença é coletivamente ligada à exclusão social, às condições de moradia. A TB é hoje um indicador social. Taxas altas estão ligadas a outros indicadores e marcadores sociais, entre eles o saneamento básico.”

A entrevista foi republicada em 291 rádios, de 268 municípios brasileiros, e também nos Estados Unidos e Paraguai.



Jornais destacam estudo que revela alta prevalência da depressão pós-parto

O estudo, desenvolvido pela pesquisadora Mariza Theme, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz, analisou a prevalência da depressão pós-parto nas mães brasileiras, conforme apontaram a *BBC Brasil* e o jornal *Bom dia Brasil*. O resultado da pesquisa revelou o fato de a depressão pós-parto acometer mais de 25% das mães no Brasil. “A mulher depressiva, normalmente, amamenta pouco e não cumpre o calendário vacinal dos bebês. As crianças, por sua vez, têm maior risco de apresentar baixo peso e transtornos psicomotores”, esclareceu a coordenadora.



Reportagem destaca gastos do SUS com atendimentos feitos a clientes de planos de saúde

O *Portal UOL* publicou, no dia 19/5, a entrevista com a pesquisadora da ENSP e diretora do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Isabela Santos, que comentou a respeito do relatório da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o qual detalha o modo como é realizado o reembolso pelos atendimentos a clientes dos planos de saúde ao SUS. O documento registrou, entre os anos 2000 e 2016, mais de 3 milhões de atendimentos feitos a clientes das operadoras de saúde suplementar que compunham o plano dos beneficiários. Todavia, eles foram pagos pelo sistema público.

A cobrança é resultado de uma lei que data de 1998, cujo teor assegura que atendimentos feitos a usuários de planos de saúde, em hospitais públicos ou privados, devem ser pagos pelas operadoras contratadas, desde que o serviço esteja previsto no contrato do beneficiário.

Reportagem promove campanha de conscientização dos frentistas

Os perigos aos quais os frentistas estão expostos ao encherem o tanque de combustível até a boca, para além da trava de segurança, foi objeto de alerta no programa *Bem Estar*, da TV Globo. A reportagem pautou-se na Campanha Zé do Click, elaborada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e coordenada pela pesquisadora Rita Mattos. A campanha chama a atenção para os riscos provocados pela exposição ocupacional ao benzeno, o benzenismo.

Contradição? Reportagem traça perfil dos gays que defendem Bolsonaro

No dia 8/6, a pesquisadora Vera Lucia Marques da Silva, do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), concedeu entrevista à *BBC Brasil* em reportagem que traçou o perfil dos gays que apoiam o deputado federal Jair Bolsonaro e rechaçam o discurso do também deputado Jean Wyllys. Conforme referido pela pesquisadora, os discursos a favor dos direitos de homossexuais normalmente são de parlamentares de esquerda, e a aproximação de figuras como Bolsonaro causa surpresa.

ENSP avaliará impactos da desaceleração das obras do Comperj



O colunista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, noticiou, em seu blog, o projeto do Laboratório de Monitoramento Epidemiológico da ENSP (LabMep) que analisará o impacto da desaceleração das obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Coordenado pelos pesquisadores Luciano Toledo e Paulo Sabroza, o projeto se concentra nas áreas de Saúde e Segurança Pública.

Reportagem destaca resolução que veta cesariana antes da 39ª semana de gestação

A edição de terça-feira, 21/6, do jornal *O Globo*, ouviu a pesquisadora da ENSP Maria do Carmo Leal, coordenadora da pesquisa *Nascer no Brasil*, em reportagem cujo destaque foi a resolução do Conselho Federal de Medicina que veta a cesariana a pedido da paciente antes da 39ª semana de gestação. Na opinião da epidemiologista, a iniciativa é bem-vinda e poderá trazer resultados positivos para o bebê.

Jornal Nacional destaca opinião de especialistas sobre riscos da lei que permite pulverização

Os posicionamentos técnicos contrários à pulverização aérea emitidos pela Abrasco e, em conjunto, pelo Conass e Conasems serviram de base para a matéria *Especialistas alertam para riscos de inseticida lançado por aviões*, exibida pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Em matéria produzida pelo jornalista André Trigueiro, foram ouvidos Karen Friedrich, toxicologista e pesquisadora do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública (Cesteh/ENSP/Fiocruz), e André Burigo, pesquisador da Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ambos integrantes do Grupo Temático Saúde e Ambiente (GTSA/Abrasco).

‘Saúde aviltada’: José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde, assina artigo em defesa do SUS

O jornal *O Globo*, em sua edição de 12/6, publicou artigo assinado pelo ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, intitulado ‘Saúde aviltada’. Temporão, que também é pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), ressalta a fragilização do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto faz referência às declarações de Ricardo Barros, que afirmou ser ministro da Saúde, e não apenas do SUS. Além disso, sugeriu a criação de planos de saúde populares para reduzir a demanda pelo SUS e, assim, aliviar a pressão sobre o orçamento do Ministério. Segundo Temporão, “reduzir direitos por meio de gambiarras enganosas definitivamente não deveria constar das atribuições de um ministro de Estado”.



apenas do SUS. Além disso, sugeriu a criação de planos de saúde populares para reduzir a demanda pelo SUS e, assim, aliviar a pressão sobre o orçamento do Ministério. Segundo Temporão, “reduzir direitos por meio de gambiarras enganosas definitivamente não deveria constar das atribuições de um ministro de Estado”.

Colunista repercute evento em homenagem aos trabalhadores mortos nas obras das Olimpíadas

Vidas perdidas nas obras das Olimpíadas do Rio de Janeiro: uma homenagem aos trabalhadores, evento realizado em 28/7 pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) por meio do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP), foi divulgado por Ancelmo Gois, colunista do jornal *O Globo*. No texto, destaca-se o fato de que, desde o início das obras, 11 operários perderam a vida e outros 3 sofreram acidentes graves. O Ministério do Trabalho emitiu mais de 1.600 autos de infração em obras dos jogos.

Imprensa destaca alerta de pesquisadora da ENSP sobre os riscos da PEC 55 para a saúde

O Portal de notícias *Rede Brasil Atual*, no dia 29/11, advertiu, por intermédio da pesquisadora da ENSP Gisele O´Dwyer, as consequências da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55. “A população mais pobre será a mais prejudicada, inclusive no acesso ao atendimento nas unidades de terapia intensiva (UTI) de hospitais conveniados ao SUS. Isso porque as perdas, estimadas em R\$ 434 bilhões para o setor, ao longo de vinte anos, segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), tornarão inviável o serviço público. Portanto, a atual oferta de leitos, insuficientes, deverá ser ainda menor”, alertou. Para Gisele, a redução dos investimentos terá grande impacto, pois uma diária nessas acomodações pode chegar a custar ao SUS R\$ 5 mil, e a tendência é aumentar a disputa, inclusive na Justiça, à qual as pessoas mais pobres não têm acesso.



Deputado federal Chico Alencar abre o XI Ciclo de Debates sobre ESF

Notícias de destaque do Informe ENSP

JANEIRO

Mutirão contra o *Aedes aegypti* em Manguinhos

Como parte do enfrentamento aos crescentes casos de microcefalia e malformações em fetos e bebês causados pelo Zika Vírus, a ENSP, representada pelo CSEGSF, com apoio da Cooperação Social da Fiocruz, do IOC, de Bio-Manguinhos, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, da Divisão de Vigilância em Saúde e do Conselho Comunitário de Manguinhos, iniciou o ano de 2016 com ações no território de combate ao *Aedes aegypti*. A mobilização do “Dia D”, 6/1, ocorreu nas áreas do Parque Carlos Chagas, Mandela I, Mandela II, Varginha, Parque João Goulart e CHP2.

Em defesa da Saúde Pública num contexto de emergência sanitária, ENSP diz não à restrição orçamentária na Fiocruz

Reunido em 12/1, o CD ENSP realizou a análise conjuntural do cenário em que se encontra a Saúde Pública brasileira, à luz de possível restrição orçamentária do setor, em pleno momento de emergência sanitária, caracterizada pela preocupante evolução dos casos de microcefalia e outras doenças congênitas associadas à exposição materna ao Zika Vírus. De acordo com avaliação do CD ENSP, qualquer supressão orçamentária na ENSP e na Fiocruz, considerando as restrições orçamentárias impostas nos últimos anos, significa trazer enormes prejuízos ao campo sanitário brasileiro.



ENSP e Ministério da Saúde lançam manual de planejamento do SUS

A 1ª edição do *Manual de Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS)*, lançada pelo DAI/Sgep/MS, em parceria com a ENSP, está disponível em três formatos: impressa, PDF para *download* e *e-book*. Trata-se do quarto volume da *Série Articulação Interativa*, uma cooperação entre o DAI e o DCS, cujos pesquisadores envolvidos no projeto são Assis Mafort, José Mendes Ribeiro e Marcelo Rasga Moreira. A publicação objetiva auxiliar gestores de Saúde na elaboração de instrumentos para o planejamento de ações de saúde nos municípios, regiões de saúde, estados, Distrito Federal e governo federal.

ENSP afirma que não implementará política de demissões relacionadas às limitações orçamentárias

Em consonância com o posicionamento da ENSP em defesa da Saúde Pública, dentro do contexto de emergência sanitária, a Fiocruz assegurou seu posicionamento em não implementar a política de demissões relacionada a limitações orçamentárias, proposta pelo governo.

EAD/ENSP: Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Rua oferece 500 vagas

A ENSP, por intermédio da EAD e do CSEGSF, em parceria com Deges/SGTES/MS e DAB/SAS/MS, iniciou processo seletivo para o preenchimento de 500 vagas de alunos destinadas ao Curso de Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Rua, com ênfase em eCR, de Qualificação Profissional. Coordenado por Lucília de Almeida Elias Lopes, a atividade, realizada na modalidade a distância, conta com encontros presenciais.

FEVEREIRO

EAD/ENSP: Curso de Apoio matricial na Atenção Básica disponibiliza 2 mil vagas

Aberta seleção para o Curso de Apoio Matricial na Atenção Básica com ênfase nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), de Qualificação Profissional no nível de Aperfeiçoamento, na modalidade a distância. Com 2 mil vagas disponibilizadas para alunos em todo o país, o curso é mais uma iniciativa da ENSP, concretizada por intermédio da EAD e do CSEGSF, em parceria com Deges e DAB/SAS/MS.

Radis amplia o foco do debate sobre o *Aedes aegypti*

A edição n. 161, de fevereiro de 2016, da *Revista Radis* destacou a tríplice epidemia viral de dengue, chikungunya e zica – doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. A matéria de capa critica a ideia do mosquito como o “inimigo número um”, porque é mais eficaz modificar as condições que propiciam sua proliferação do que focar diretamente nele. “O que permite a infestação dos mosquitos nas cidades brasileiras é a ausência de saneamento e de oferta contínua de água, acúmulo de lixo, falta de drenagem e limpeza pública, falta de cuidados dentro e fora das casas para eliminar qualquer acúmulo de água parada”, afirmaram pesquisadores e sanitaristas.



Mudanças climáticas à vista nas margens do Rio São Francisco

Na Bahia, quase a metade das cidades da caatinga apresenta alto risco de sofrer danos provocados pelas mudanças climáticas nos próximos vinte e cinco anos. Essa é a conclusão do estudo realizado por pesquisadores da Fiocruz que mapeou a vulnerabilidade às alterações do clima em 84 municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Coordenada pelo IOC, ENSP e o Centro de Pesquisas René Rachou (Fiocruz-Minas), a pesquisa utiliza a metodologia desenvolvida na Fiocruz e já aplicada para mapear a vulnerabilidade nas cidades do Rio de Janeiro. O trabalho, financiado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, contou com apoio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz.

Pesquisadora alerta: inseticidas e larvicidas deixam mosquito mais resistente

Algumas pessoas, na intenção de se proteger, utilizam de forma indiscriminada inseticidas domésticos. Muitos condomínios fazem uso do fumacê – prática não mais adotada por causar resistência ao mosquito. Segundo, Ana Cristina Simões Rosa, pesquisadora do Cesteh, inicialmente, no local em que houve aplicação, existe a sensação de o número de mosquitos ter diminuído, o que propicia a defesa e preferência de tal prática. Entretanto, ela só agrava a possibilidade de controle do vetor a longo prazo, havendo a necessidade, ainda, de maior quantidade de inseticida para exterminar os mosquitos.

ENSP recebe o economista Carlos Lessa na abertura de seu ano letivo

A *cidade e a Saúde* foi tema de abertura do ano letivo na ENSP. A aula magna, ministrada pelo economista e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, marcou o começo das atividades dos quatro Programas de Pós-Graduação da Escola: Saúde Pública, Saúde Pública e Meio Ambiente, Epidemiologia em Saúde Pública e Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.



MARÇO

Exposição de fotos denuncia abusos da TKCSA em Santa Cruz

Em 21 de março, a ENSP recebeu a exposição *Baía de Sepetiba e Santa Cruz – Em busca de um futuro legal*. A mostra de fotografias denuncia os abusos que a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) vem promovendo na Zona Oeste do Rio desde 2010, operando sem licença legal e causando danos à saúde, ao ambiente e à economia dos que vivem em seu entorno.

‘Os desafios do SUS devem ser lema de todos nós’, afirma diretor da ENSP



O *Dia do Orgulho SUS*, comemorado no Brasil em 21 de março, rememora o encerramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, cujo marco foi a aprovação das diretrizes para a criação do SUS. Segundo o diretor da ENSP, Hermano Castro, atualmente, vivemos momentos de transição na política brasileira, os quais “são delicados e de extrema importância para o fortalecimento da democracia do nosso país”. Além disso, considerou a questão de os desafios do SUS deverem ser tema e lema de todos.

O movimento brasileiro *#orgulhosus* é inspirado na ideia nomeada *Change Day*, nascida em 2013 no Reino Unido. Seu início ocorreu por meio da troca de mensagens entre jovens no twitter a respeito de como poderiam melhorar seu serviço de saúde e a assistência à população daquele país, tornando-se uma campanha que envolveu profissionais de todo o sistema nacional de saúde do Reino Unido. A ideia do movimento popular *#changeday* é promover melhorias na saúde valendo-se de mudanças positivas baseadas na atitude de cada indivíduo.

Zika congênita: doença já é uma epidemia, mas ainda precisa ser desvendada

“Sem novo aporte tecnológico, não há como controlar o vetor em curto prazo no Brasil”. Essa constatação foi de Rivaldo Venâncio da Cunha, pesquisador da Fiocruz Mato Grosso do Sul, sobre o agravamento da incidência de zika congênita no país durante o Centro de Estudos Miguel Murat Vasconcelos da ENSP, intitulado *O estado da arte sobre a epidemia do zika vírus: o que sabemos e ainda precisamos saber*. Conforme advertiu, a maioria dos problemas está fora da governabilidade do setor saúde. No debate, presentes também, Sheila Moura Pone, médica do IFF, Patricia Carvalho de Sequeira, pesquisadora do IOC.

Hélio Fraga lança boletim a respeito da tuberculose e outras micobacterioses

Apresentar à comunidade acadêmica e aos profissionais de saúde o estado da arte do controle da tuberculose. Esse foi o objetivo do CRPHF ao publicar o primeiro volume do *Boletim de Pneumologia Sanitária* — um canal de divulgação de ideias, análises e informes *on-line*. O novo instrumento pretende agregar o resultado de diferentes ações de assistência, ensino e pesquisa voltadas ao controle da tuberculose e enfrentamento de outras micobacterioses no país, além de trabalhar na atualização do campo da Pneumologia Sanitária e da Saúde Pública.

Pesquisadores da ENSP falam sobre zika e determinantes sociais da saúde

O diretor da ENSP, Hermano Castro, a coordenadora do Cepi-DSS, Patrícia Tavares Ribeiro, e a vice-presidente de Ensino da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, foram entrevistados no programa *Sala de Convidados*, do Canal Saúde, sobre a zika e os determinantes sociais da saúde. Na avaliação de Hermano Castro, o saneamento básico é uma dimensão importante. “Melhorando as condições socioeconômicas, melhoram também as questões de saúde das populações. No entanto, os países que não ultrapassaram essa barreira ainda convivem com as mazelas.” Segundo ele, existe ausência do Estado referente à mobilidade urbana e à ausência de políticas, principalmente no campo da infraestrutura e saneamento. Trata-se de um país que apresenta enorme desigualdade, com algumas regiões mais vulneráveis. A questão do lixo, diretamente relacionada à proliferação de vetores, é emblemática, sendo impossível combater qualquer vetor ou enfrentar tal situação sem discutir a situação da infraestrutura urbana.

Tribuna Livre lota auditório da ENSP em defesa da democracia e contra retrocessos

Pesquisadores, parlamentares, estudantes, moradores da periferia, militantes de movimentos sociais e entidades que lutam por direitos no Brasil marcaram presença no debate *Tribuna livre: em defesa da democracia e dos direitos sociais*, organizado pela ENSP. O evento foi um espaço de oportunidade para as vozes preocupadas com a atual conjuntura política e econômica do país que arregaçam as mangas em defesa do estado democrático de direito. Foram ouvidas opiniões e experiências diferentes sobre a atual crise. De forma unânime, elas alertavam para a necessidade de a sociedade civil se manter vigilante quanto aos riscos de retrocesso dos direitos sociais conquistados. O advogado Antônio Modesto da Silveira, defensor de presos políticos durante a ditadura, José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde, Roberto Lehrer, reitor da UFRJ, e Darcília Alves, da liderança do território de Manguinhos, foram destaques do evento.



ABRIL

ENSP inaugura curso de saúde mental em Aracaju

Diante de um auditório lotado de alunos, gestores, acadêmicos e profissionais de saúde, Paulo Amarante, pesquisador da ENSP, promoveu a abertura do curso de especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Aracaju, Sergipe, no dia 31/3. Fruto da parceria entre a ENSP e a prefeitura local, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a especialização formará quadros para a rede de saúde mental do município.



Perspectivas e desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira em tempos de crise, a palestra proferida por Amarante ressaltou os desafios do campo a partir da nova coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, além de destacar as conquistas, ao longo de mais de três décadas, da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Elevados níveis de contaminação por mercúrio preocupam comunidade indígena Yanomami

Além de provocar inúmeros danos ambientais, a presença do garimpo na Terra Indígena Yanomami traz graves consequências à saúde daquela população. A constatação é do estudo inédito, conduzido pela ENSP com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), do Laboratório de Química da PUC, e da Hutukara Associação Yanomami (HAY), que apurou elevado nível de mercúrio (Hg) nos povos da TI Yanomami. O resultado da avaliação das amostras de cabelo de indígenas de diversas aldeias gerou o relatório *Avaliação da exposição ambiental ao mercúrio proveniente de atividade garimpeira de ouro na Terra Indígena Yanomami, Roraima, Amazônia, Brasil*. O documento, após ser apresentado à comunidade indígena, foi entregue às Presidências da Funai e do Ibama, à Secretaria Especial de Saúde Indígena, ao Ministério Público Federal e à relatora especial sobre Direitos Indígenas da ONU.



Pesquisadora da ENSP Cecília Minayo abre seminário na Fiocruz Amazônia

Temáticas que permeiam a pesquisa social há muitas décadas foram abordadas pela coordenadora científica do Claves, Cecília Minayo, ao proferir a palestra *Marcos Teóricos dos Estudos de Determinação do Processo Saúde Doença*, quando da abertura do seminário “Determinantes Sociais do Processo Saúde-Doença: condições desiguais de vida em espaços amazônicos”, realizado pelo ILMD/Fiocruz Amazônia. Em sua análise, o conceito de desigualdade é muito mais complexo que só o conceito econômico. Conforme ressaltou Minayo, nos últimos anos, o tema das desigualdades sociais tem sido enfatizado nas pesquisas, seguido pelas questões de gênero e a temática da vulnerabilidade social.

Cesteh promove palestra em homenagem a trabalhadores e vítimas de trabalho



Em comemoração ao Dia do Trabalhador, 1º de maio, o Cesteh promoveu a palestra *De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1980-2011)*, com a presença de Herval Pina Ribeiro, pesquisador e professor da Unifesp. A atividade simbolizou, ainda, uma homenagem ao Dia Mundial das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, lembrado em 28 de abril.

MAIO

Pelo direito de ser o que se é: seminário discute gênero e violência



O seminário *Diálogos Dissidentes: Pelo Direito de Ser*, organizado pela Pós-Graduação em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos do Dihs, ocorreu na ENSP um dia após a votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rouseff. A proposta era debater questões relativas aos gêneros e às lutas das minorias. Todavia, o que se passou na véspera acabou por invadir as falas dos palestrantes. No entendimento dos presentes ao evento, os discursos dos deputados, em sua maioria, comprovaram a preponderância do pensamento conservador na política brasileira e do avanço de tal conservadorismo sobre direitos conquistados ou por conquistar.

Clementino Fraga Filho: um ícone da medicina brasileira

Ícone da história da medicina, catedrático da Primeira Cadeira de Clínica Médica da Santa Casa, reitor da UFRJ e líder da Reforma Universitária. Inúmeras são as formas de se referir ao médico e professor Clementino Fraga Filho, primeiro diretor-geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), falecido no dia 10 de maio, aos 98 anos. A ENSP recebeu com pesar a morte desse pioneiro dos Programas de Saúde da Família.

O que está em xeque: a saúde mental ou a democracia?

O XI Ciclo de Debates – Conversando sobre a Estratégia de Saúde da Família debateu se a saúde mental está em xeque ou em choque. A questão não foi direcionada apenas àqueles envolvidos pela luta antimanicomial, tendo em vista o momento delicado – chamado “golpe de Estado” – pelo qual passava o país com a presidente Dilma Rousseff afastada de suas funções. Essa foi uma das tônicas apresentadas por Hugo Fagundes, superintendente de Saúde Mental da Secretária Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, ao defender que o SUS é o principal instrumento democrático e de justiça social do nosso país pós-Constituição de 1988. Alertou, contudo, por conta da mudança de gestão do Ministério da Saúde, que as políticas de saúde caminham sem o apoio necessário para garantir os direitos da população.

INACEITÁVEL! – Nota de repúdio à fala do ministro interino da Saúde

A ENSP uniu-se ao Cebes, à Abrasco, à Abrasme e demais instituições da área contra a entrevista, concedida em 16 de maio, do ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), à *Folha de S. Paulo*, na qual afirma o fato de que “o país precisa rever o direito universal à saúde”. Em nota de repúdio, as entidades afirmaram não aceitar tal retrocesso na saúde e não permitir “que rasguem a Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã, que consagrou ‘Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado’ e instituiu o SUS como Sistema de Saúde Pública universal e equitativo, inscrevendo o Brasil no rol dos países civilizados”.

Reportagem associa elevados índices de tuberculose à pobreza no Rio de Janeiro

A Pública – agência de reportagem e jornalismo investigativo – alertou, em reportagem no dia 12/5, para a elevada incidência de tuberculose no Rio de Janeiro a poucos meses dos Jogos Olímpicos 2016. A jornalista Anne Vigna ouviu a pesquisadora Margareth Dalcolmo, do CRPHF, e a médica Celina Boga, do CSEGSF, especialistas da ENSP.

ENSP auxiliará El Salvador no desenvolvimento da Escola de Governo em Saúde



Na intenção de apoiar o desenvolvimento institucional da Escola de Governo em Saúde do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador, a ENSP recebeu uma delegação do referido instituto. Trata-se de uma atividade de cooperação internacional cuja missão é tornar-se referência em pesquisa e desenvolvimento de recursos humanos em saúde para aquele país. O vice-diretor da Escola, Frederico Peres, ressaltou, dentre inúmeros fatores, que o acordo segue a linha do programa de ação da Escola de Governo em Saúde, tendo em vista fundamentar e fortalecer as capacidades formativas em saúde pública de toda a região latino-americana.

Zika: criada rede de especialistas a fim de apoiar enfrentamento ao vírus

Ações e políticas para o enfrentamento ao vírus Zika e às doenças a ele relacionadas contarão com a participação de especialistas. É o que prevê a Renezika, criada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria 1.046/2016. Um dos objetivos da rede é formular e discutir as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor também da dengue e chikungunya.

A Renezika será formada por gestores da saúde, pesquisadores e representantes da sociedade civil, e sua secretaria executiva, composta de técnicos das diversas Secretarias do Ministério da Saúde, ficará responsável pela proposição de eixos de ações prioritárias para o debate, sistematizar as informações relativas às atividades do grupo e buscar fontes de financiamento para desenvolver suas ações.

Deputado federal Chico Alencar abre o XI Ciclo de Debates sobre ESF



O XI Ciclo de Debates – Conversando sobre a Estratégia de Saúde da Família discutiu as consequências da conjuntura política do país e a possibilidade do retrocesso democrático e dos direitos dos cidadãos, a formação do profissional de saúde, os desafios das políticas de saneamento e saúde mental, além da expansão da ESF. A primeira mesa recebeu o deputado federal Chico Alencar.

JUNHO

OcupaENSP: estudantes promovem dia de mobilização pela democracia

Ocupar, debater e resistir. No dia 1º de junho, o Fórum dos Estudantes da ENSP promoveu o primeiro *OcupaENSP*. A proposta foi discutir a atual conjuntura política, protestando contra a perda de direitos e os ataques ao SUS.

Selo Sergio Arouca legitima qualidade das informações em saúde



Anunciado na abertura do XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, ocorrido no Ceará, Fortaleza, o *Selo Sergio Arouca de Qualidade da Informação em Saúde na Internet*, lançado pela ENSP e sob a coordenação de André Pereira Neto, pesquisador da ENSP e coordenador do Laboratório Internet, Saúde e Sociedade, tem, inicialmente, o propósito de certificar sítios eletrônicos das Secretarias Municipais de Saúde de todo o Brasil, a fim de entrarem em conformidade com indicadores e critérios que atestem a qualidade das informações por eles disponibilizadas. O diretor da ENSP, Hermano Castro, legitimou a iniciativa defendendo a avaliação como estratégica para a melhoria do SUS. O selo também será oferecido para outros órgãos e iniciativas.

Conselho Deliberativo convoca reunião ampliada para discutir conjuntura política

Em caráter extraordinário, o CD ENSP convocou os trabalhadores para sua reunião ampliada objetivando debater proposições de enfrentamento dos ataques aos direitos sociais e das ameaças ao SUS. O evento foi parte das ações da Escola na agenda dos movimentos realizados pela Fiocruz, tendo em vista discutir a atual conjuntura política do país.

Quem ganha com a guerra às drogas? Pesquisador da ENSP rebate declaração de ministro que pediu aumento da repressão a usuários

As declarações do ministro interino Osmar Terra, do Desenvolvimento Social, defendendo um recrudescimento da chamada guerra às drogas, recebeu críticas de Marcos Besserman, pesquisador do Dihs. Segundo o ministro, os usuários devem ser punidos para que não voltem a usar drogas, uma ideia contrária às ideias defendidas por pesquisadores de Saúde Pública e pela ONU.

ENSP compõe comitiva da Fiocruz presente ao fórum sobre ciência da ONU



Formada pelo presidente da instituição, Paulo Gadelha, pelo diretor do Cris, Paulo Buss, o diretor do CDTs, Carlos Morel, e o professor da ENSP e chefe do Programa Especial sobre Desenvolvimento Sustentável e Equidade em Saúde da Organização Panamericana da Saúde (Opas), Luiz Augusto Galvão, a comitiva da Fundação Oswaldo Cruz participou do primeiro Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na sede das Nações Unidas, em Nova York.

ENSP e Escola de Saúde Pública da França fortalecem acordo de cooperação

Uma delegação da ENSP esteve na Escola de Altos Estudos em Saúde Pública da França a fim de traçar um plano de ações e atividades prioritárias para o biênio 2016-2017. Frederico Peres, então vice-diretor de Escola de Governo, e Luis Pedro Stauffer, integrante da Assessoria de Cooperação Internacional da ENSP, discutiram o projeto de implantação de um sistema de acreditação pedagógica dos cursos de saúde pública no Brasil. Entre os temas acordados estão a possibilidade de estudos acerca de sistemas de saúde comparados Brasil-França, projetos de fomento na área da gestão hospitalar relacionada à saúde materno-infantil, apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de incorporação de tecnologias educacionais e de educação a distância, além de projetos de pesquisa e aprimoramento tecnológico na área da saúde ambiental e saúde do trabalhador.



ENSP auxilia elaboração de Plano Estratégico de Saúde para CPLP

Contribuir com a elaboração do Plano Estratégico de Saúde para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi o propósito da participação, em Lisboa, Portugal, do pesquisador da ENSP Frederico Peres na reunião que avaliou o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde, além da construção de um novo plano - período 2016-2018. Entre outras ações, definidas as diretrizes básicas e ações estratégicas direcionadas ao campo da saúde e da saúde pública no conjunto de países da CPLP, bem como o papel das redes estruturantes no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Pesquisador da ENSP integra Grupo de Trabalho Global sobre Literacia em Saúde

Durante o 22º Congresso Mundial Sobre Promoção da Saúde e Educação, realizado em Curitiba/PR, o pesquisador da ENSP Frederico Peres passou a integrar o Grupo de Trabalho Mundial (*Global Working Group*) da União Internacional de Promoção da Saúde e Educação (IUHPE) sobre Literacia em Saúde. O GT objetiva desenvolver e apoiar ações, políticas e pesquisas relacionadas à literacia em saúde, com fins, entre outros, de redução de disparidades na promoção da saúde e bem-estar social.

Sindicalistas turcos e brasileiros trocam experiências em encontro no Cesteh



Apesar de já sabido o que se perde num processo de tradução, de natureza mais intangível, há, também, algo novo que emerge do encontro entre idiomas, linguagens e vivências. Em maio, essa troca rara marcou a reunião entre trabalhadores turcos e brasileiros em uma roda de conversa no Cesteh. Como debatedores, Fadel Vasconcelos e Augusto Pina, pesquisadores da Escola, e Nilton Freitas, representante do Sindicato dos Químicos do ABC.

JULHO

Grupo de Condução da RedEscola se reúne para discutir próximas atividades

O RedEscola, composto de 10 membros, realizou encontro na ENSP, sede de sua Secretaria Técnica Executiva. Entre outras funções, o grupo exerce coletivamente a coordenação da Rede e, ao longo da reunião, discutiu a elaboração de um novo formato para os Encontros Nacionais da RedEscola. O crescimento da Rede – tanto em número de instituições como em termos de experiência e maturidade alcançadas –, propicia que tais encontros deixem de ser espaços direcionados ao diálogo interno e se tornem ambientes mais inclusivos e dinâmicos.

Pós-Graduação ENSP discute critérios de avaliação da Capes

Na intenção de manter o debate a respeito do sistema de avaliação da pós-graduação praticado pela Capes, a ENSP realizou encontro a fim de avaliar seus avanços, limites e possibilidades. Compareceram Maurício Barreto e Guilherme Werneck, pesquisadores da área da Saúde Coletiva e críticos do atual sistema. Há algum tempo, a ENSP e seus pesquisadores já veem propondo debates do modelo de avaliação, participam de reuniões e constroem documentos conjuntos na intenção de um modelo de avaliação mais comprometido com a diversidade, o diálogo interdisciplinar e a qualidade do ensino em saúde.

Seminário Desigualdades sociais e tuberculose



Apresentar os resultados do projeto *Desigualdades sociais e tuberculose: dinâmica de transmissão, condições de vida e interfaces entre biomedicina e medicina tradicional indígena*, desenvolvido no âmbito do Inova ENSP, foi o objetivo do encontro realizado na ENSP e coordenado pelos pesquisadores Paulo Cesar Basta e Reinaldo Souza dos Santos. Presentes na ocasião palestrantes de instituições parceiras na elaboração do estudo, membros da Associação Jovens Indígenas Guarani-Kaiowá em Ação. Entre tais resultados estão, segundo Paulo Basta, projetos de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado em desenvolvimento, artigos publicados e criação do grupo de pesquisa Epidemiologia e Controle da Tuberculose em Áreas Indígenas.

Stédile encerra mestrado com foco nos movimentos sociais

O dia 14 de julho foi marcado pelo encerramento da turma Primavera da Luta, do curso de Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, organizado pela ENSP. Trata-se de uma estratégia de implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, com ativa participação dos movimentos sociais. João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST, proferiu a palestra *Educação, Ciência e Lutas Sociais: os desafios da atual conjuntura*.



ENSP e instituto cubano fortalecem acordos e desenvolvem projetos

Em visita à ENSP, o diretor-geral do Instituto Nacional de Higiene, Epidemiología y Microbiología (Inhem/ Cuba), Disnardo Raúl Pérez González, deu continuidade a acordos de cooperação já firmados, bem como tratou de projetos futuros. A continuação do estágio internacional para alunos da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e da Residência de Medicina de Família e Comunidade, a realização do próximo Colóquio Brasil Cuba e publicação conjunta de artigos entre a ENSP e o instituto cubano foram temas debatidos.

AGOSTO

ENSP fortalece parceria institucional com visita à Escola Nacional Florestan Fernandes

Em razão de uma parceria institucional, estabelecida em 2012 entre a ENSP e a ENFF, por meio da criação do Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, as Escolas se mantêm unidas para a formação dos alunos e, como resultado dessa parceria exitosa, registra-se 100% de aprovação nas 27 dissertações da turma Primavera de Luta. Para o coordenador do mestrado, Ary Miranda, as Escolas compartilham da mesma visão do conceito inclusivo de saúde, relacionado às condições de vida, trabalho, moradia e distribuição de riqueza.

SETEMBRO

Vídeo conta a história da 8ª Conferência Nacional de Saúde

Realizada em 1986, 8ª Conferência Nacional de Saúde tem sua história contada por meio de um vídeo, cujos entrevistados são: Christina Tavares, funcionária histórica da comunicação da Fiocruz; Arlindo Fábio de Sousa, atual superintendente do Canal Saúde; Paulo Buss, atual diretor do CRIS; e Ary Miranda, pesquisador da ENSP. Alguns fatos apresentados na produção são as participações no comitê assessor, um singular panorama desde a formulação do pensamento crítico da saúde coletiva, com a decorrente criação do SUS, até os desafios atuais, pautado por um governo não comprometido com os ideais de um sistema que garanta à população os direitos assegurados pela Constituição de 1988.

Aniversário da ENSP celebra 30 anos da 8ª Conferência Nacional de Saúde

“Embora cenários políticos adversos não sejam incomuns na trajetória da Escola, não imaginava que os 62 anos fossem celebrados em um panorama como o atual.” Com essas palavras, foi iniciada a comemoração do aniversário da ENSP pelo seu diretor, Hermano Castro.

Com votos de que, ao longo da celebração, fosse realizado um percurso pela história da saúde pública do Brasil, no intuito de lembrar a trajetória feita com homens, mulheres, índios, negros, além das comunidades do entorno, o diretor, ainda, mencionou “a felicidade conquistada a cada dia desse lado da trincheira, onde temos que estar.”

Paulo Buss aborda importância histórica da 8ª CNS

A importância histórica da oitava foi abordada no primeiro dia de comemorações por, Paulo Buss, atual diretor do Cris e um dos integrantes do comitê assessor da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que traçou um panorama das lutas pelo direito à saúde ao lembrar as sete primeiras conferências.



Brasil e Cuba avançam na formação profissional e no aperfeiçoamento dos sistemas de saúde



A cidade de Havana, Cuba, recebeu o *II Colóquio Brasil-Cuba de Formação em Saúde Pública* reunindo as principais escolas e institutos de saúde pública dos dois países. A proposta foi discutir os desafios e estratégias para o aprimoramento permanente das capacidades formativas do campo, com base na apresentação, discussão e intercâmbio de ideias e experiências bem-sucedidas. A realização da segunda turma do Programa de Estágio Internacional da ENSP também compôs o evento.

Fiocruz promove homenagem aos 80 anos do pesquisador emérito Luiz Fernando Ferreira

Internacionalmente reconhecido pela criação da paleoparasitologia, Luiz Fernando Ferreira, professor emérito da ENSP, recebeu homenagem pela celebração de seus 80 anos. Uma mostra fotográfica retratando parte de sua trajetória, a exibição do documentário *Fé Eterna na Ciência*, baseado em sua vida, e uma manhã de autógrafos do livro *Fundamentos da Paleoparasitologia*, organizado pelo professor em parceria com Adauto Araújo e Karl Jan Reinhard, marcaram a data.



NOVEMBRO

ENSP repudia invasão da Escola Florestan Fernandes do MST por policiais

A invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, pela polícia civil de São Paulo foi repudiada pela ENSP. A ação, uma operação das polícias de São Paulo e do Paraná, objetivou prender integrantes do MST considerados de roubo, invasão de propriedade, cárcere privado entre outros crimes. O MST declarou tratar-se de mais uma ação em busca de criminalizar o movimento e prender lideranças que ocupam, no Paraná, terras da empresa Araupel, que teriam sido griladas e declaradas públicas pela União, destinadas, portanto, à reforma agrária.

Assessora do Ministério da Saúde de Cuba conhece a ENSP e linhas de pesquisas de interesse mútuo



Conhecer as iniciativas da Escola nas áreas de Direitos Humanos e Processos de Judicialização da Saúde, referentes ao acesso a medicamentos, foi a intenção da visita à ENSP da assessora jurídica do Ministério da Saúde de Cuba, Maria Mercedes Acosta. Além de participar de diversas conversas com pesquisadores da Escola, Maria Mercedes foi convidada pelo diretor, Hermano Castro, para a terceira edição do *Colóquio Brasil Cuba e a formação em saúde pública*, a ser realizado em 2017.

Acesse os vídeos da ENSP no canal do YouTube

Apresentado à comunidade ENSP seu canal no *YouTube*. Nele, são disponibilizados vídeos produzidos pelo Núcleo Audiovisual da Escola, reportagens sobre aulas e eventos realizados na instituição, além de entrevistas, projetos e outras produções que abordam a saúde pública.

Criado em setembro de 2014, o canal tem quase mil inscritos, com cerca de 130 mil visitantes, e seu acervo 261 vídeos produzidos, que contemplam as seções Ceensp, cursos, documentário, entrevista, sessões científicas, intranet, reportagens, Terrapia, aniversário ENSP e acesso aberto.

Em nova parceria, ENSP analisará contaminação por mercúrio em indígenas e povos tradicionais da floresta no Amapá

Em parceria com a Unifap, a PUC, a WWF-Brasil e o Iepé, a ENSP analisou a contaminação ambiental por mercúrio e seus impactos à saúde em comunidades tradicionais e áreas indígenas do Amapá. O trabalho baseou-se em pesquisa desenvolvida pela ENSP na Terra Indígena (TI) Yanomami, divulgada no primeiro semestre de 2016. Coordenado pelos pesquisadores da ENSP Paulo Basta, Sandra Hacon e Claudia Vega, a meta do estudo é a construção de um Observatório de Mercúrio na Amazônia com fins de divulgar as pesquisas desenvolvidas na região, sobretudo em comunidades tradicionais, além de prover suporte à elaboração de políticas públicas.

DEZEMBRO

Livro da ENSP recebe premiação da Associação de Editoras Universitárias

“Três Ensaios de Bioética”, livro do pesquisador da ENSP e docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Fermin Roland Schramm conquistou o segundo lugar na categoria *Ciências da Vida* do Prêmio Abeu 2016, uma iniciativa da Associação Brasileira das Editoras Universitárias. A publicação, dirigida em especial a leitores interessados no desenvolvimento teórico da bioética e sua aplicação na solução de conflitos morais, coloca a bioética nos contextos da clínica, genômica e biossegurança.

Mestrado Profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose encerra primeira turma

No dia 9/12, realizada cerimônia de encerramento do Mestrado Profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose, oferecido na modalidade de consórcio entre o Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública da ENSP e o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do CPqAM. O curso, que objetiva formar gestores e profissionais de saúde para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico, tendo em vista a vigilância e controle da tuberculose e de outras micobacterioses de interesse sanitário, é uma iniciativa da VPEIC mediante termo de cooperação entre a Presidência da Fiocruz e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e contou com apoio da Direção da ENSP e do CPqAM.

ENSP e Emerj lançam Mestrado Profissional em Justiça e Saúde

Estabelecido novo convênio entre a ENSP e a Emerj para lançar o Mestrado Profissional em Justiça e Saúde, cuja finalidade é formar profissionais qualificados na área dos Direitos Humanos e Saúde. Dirigido a magistrados da ativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o curso, segundo a chefe do Dihs, Maria Helena Barros de Oliveira, representa enorme avanço na construção de uma política integrada e consolidadora entre o campo da saúde e do direito.

